



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0377/14	DATA: 16/04/2014	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 11h17min	TÉRMINO: 16h35min	PÁGINAS: 129

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Ex-Diretor da Área Internacional da PETROBRAS.

SUMÁRIO

Esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira PETROBRAS.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Há intervenções fora do microfone, inaudíveis e ininteligíveis.

Houve exibição de imagens.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Leitura iniciada na pág. 47 não conferida.

Há intervenções simultâneas ininteligíveis.

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, destinada a prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da Refinaria de Pasadena, Texas, Estados Unidos, por parte da estatal brasileira, objeto dos Requerimentos nºs 611, de 2014, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy, e 615, de 2014, de autoria do Deputado Mendonça Filho, subscritos pelos Deputados Fernando Francischini, Carlos Brandão e Stepan Nercessian; do Requerimento nº 415, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Deputados Emanuel Fernandes, Antonio Imbassahy, Duarte Nogueira e Antonio Carlos Mendes Thame, e do Requerimento nº 151, de 2014, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de autoria dos Deputados Mendonça Filho e Mandetta.

O convidado é o Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da PETROBRAS e ex-diretor financeiro da BR Distribuidora.

Gostaria de agradecer, em nome de todos, pela presença ao Sr. Nestor Cerveró, que prontamente aceitou o convite para comparecer e prestar os esclarecimentos necessários nesta reunião.

Antes de fazermos os esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião, como nós estamos aqui em uma audiência pública conjunta com demais Comissões, gostaria de convidar à Mesa o Deputado Duarte Nogueira, que aqui representa a Presidência da Comissão de Relações Exteriores, que estará auxiliando e conosco promovendo os trabalhos na manhã de hoje.

Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa e para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão: o tempo reservado para o convidado é de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteado.

Ao receber o convidado Nestor Cerveró na Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o mesmo nos requisitou, para a sua apresentação a esta Casa, um tempo entre 50 minutos e 1 hora. Esta Presidência, diante da expectativa para a sua fala, não só desta Casa como também de toda a



imprensa aqui presente, concedeu essa prorrogação do tempo para que ele possa exaurir toda a sua explicação, colocar todos os pontos que ele ache interessante que devam ser explicitados a esta Casa. Nós concedemos esse tempo, e esperamos que não haja nenhum tipo de questionamento com relação à prorrogação desse tempo para que tenhamos uma explanação tranquila.

Após essa explanação, abriremos o período para os questionamentos, em uma ordem que já é requisito e tradição nesta Casa, em que os autores dos requerimentos têm precedência para falar. Após os autores, os Srs. Líderes partidários; após os Líderes, os membros das Comissões que estão conosco realizando esta reunião conjunta e, após os membros, os não membros também terão o direito de se inscrever para fazer os questionamentos ao Sr. Nestor Cerveró.

Consulto o Plenário se há algum questionamento com relação a esse tempo ou se podemos...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu não tenho nenhum óbice em relação a isso. Acho que é muito importante que o Sr. Nestor Cerveró promova efetivamente os esclarecimentos que a Nação espera sobre esse malfadado negócio feito pela PETROBRAS.

O que eu gostaria, Sr. Presidente, em questão de ordem, é chamar atenção para o seguinte: o requerimento de nossa autoria e do Líder Antonio Imbassahy foi na direção de que estivessem presentes o Ministro Edison Lobão, a Presidente da PETROBRAS e o Sr. Nestor Cerveró nesta Comissão. Eram três requerimentos. Nós não aprovamos o requerimento da vinda do Ministro Edison Lobão exatamente por conta do compromisso e do acordo feito de que a Presidente da PETROBRAS viria prestar o seu depoimento nesta Comissão. Ela não veio, adiou por duas vezes e foi ao Senado. Isso não impede que a gente continue querendo explicações dela. Agora, o acordo era o seguinte: se a Presidente da PETROBRAS não comparecesse, o Ministro Edison Lobão teria que comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos, uma vez que a PETROBRAS está sob a sua Pasta.



Portanto, eu quero deixar esta questão de ordem levantada a V.Exa., e que nós aprovemos, fruto desse entendimento, a presença do Sr. Edison Lobão na próxima reunião desta Comissão.

Era a questão que eu gostaria de levantar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou passar a palavra ao Deputado Edson Santos e, em seguida, respondo à questão de ordem de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, eu acho que seria até dispensável a última parte da questão de ordem feita anteriormente, na medida em que isso já faz parte de um entendimento da Casa sobre a vinda do Ministro Edison Lobão a esta Comissão em função das questões da não vinda da Presidenta da PETROBRAS. Nós acordamos aqui, a Oposição e a Situação, sobre a vinda do Ministro de Minas e Energia.

Quero dizer também que a vinda do Sr. Cerveró foi a partir de uma provocação dele, que, com todo o direito da defesa de toda a sua vida profissional na PETROBRAS, da sua honra e da família, também se dispôs a vir a esta Comissão prestar esse depoimento. Eu quero cumprimentá-lo pela decisão.

V.Exa. se referiu à exposição do Dr. Cerveró. Eu acho que tem de haver todo o tempo necessário para ele expor aqui, de forma detalhada, todo o processo, a seu ver, da compra, da aquisição de Pasadena.

Em relação aos requerentes da realização desta audiência pública, não me ficou claro, Sr. Presidente, o tempo que V.Exa. vai dedicar a cada Deputado autor ou subscritor do requerimento para esta audiência pública. Eu gostaria que V.Exa. nos esclarecesse a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra aos demais inscritos, esta Presidência, no cuidado para que viéssemos garantir que o acordo firmado nesta Comissão, tanto pelo Governo quanto pela Oposição, com relação à presença da Presidente Graça Foster, desde a última segunda-feira, quando fomos contatados pelo Líder do nosso partido, Eduardo Cunha, com relação ao acordo feito na reunião da última quarta-feira nesta Comissão, ele havia recebido um comunicado do Ministro Lobão de que a Presidente Graça Foster estaria presente à Comissão no próximo dia 23, na próxima quarta-feira. Ontem ela esteve



no Senado em uma audiência bastante prolongada, e seria impossível ela fazer uma audiência no Senado e começar uma audiência aqui na Câmara às 14h30min da tarde, quando a audiência dela acabou em torno de 16h30, 17h, já tarde, no Senado. Então, de imediato, nós aceitamos essa colocação, porque atende a esta Casa.

Esta Presidência não abrirá mão do cumprimento desse acordo, já que a Presidente foi ao Senado Federal, e ela tem a obrigação de vir a esta Casa, porque nós temos o direito também de tratarmos desse assunto, e, ao tentarmos confirmar com a assessoria da PETROBRAS, nós fomos comunicados, na manhã de hoje, de que não há nenhum compromisso da Presidente de vir na próxima quarta-feira.

O que esta Presidência irá fazer? Nós já havíamos sinalizado, porque há também o requerimento de convite aprovado para o Sr. Ministro da Fazenda Guido Mantega, também com o compromisso de, em o convite não sendo cumprido, haver uma convocação do mesmo a este plenário — nós havíamos marcado, até então, para a próxima quarta-feira, às 14h30min, porque, pela manhã, temos a audiência do Deputado Vanderlei Siraque, que inclusive já está sendo divulgada. Nós vamos manter, Deputado, a sua audiência marcada. Diante desse imbróglio de a Presidente Graça vir ou não vir, eu deixei em *stand by* o convite ao Ministro Guido Mantega, porque entendo que, neste momento, a expectativa da Comissão é ter a presença da Presidente da PETROBRAS para que os esclarecimentos sejam feitos.

Então, como não há o compromisso da Presidente da PETROBRAS, diante de sua agenda — não que a Presidente não queira vir a esta Comissão, mas, diante da sua agenda, não há confirmação, em 100%, de que ela virá na próxima quarta-feira —, nós estaremos encaminhando para que o acordo seja mantido neste Plenário: um requerimento, assinado por este Presidente, de convocação do Ministro Edison Lobão para estar na pauta da quarta-feira, porque isso nos assegurará que o acordo será cumprido. Em a Presidente não vindo, estaremos colocando para apreciação do Plenário a convocação do Ministro Lobão, inclusive subscrita pelo Líder do PMDB, Eduardo Cunha, que é do partido do Ministro Lobão, e deixaremos a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Presidente da PETROBRAS a escolha de vir.

Se nós tivermos a sinalização de que a Presidente se compromete em vir na tarde da próxima quarta-feira, nós não apresentaremos o requerimento. A



Presidente não vindo, nós o apresentaremos, porque este Plenário e esta Presidência irão manter o que é tradição nesta Casa, que é o acordo entre os partidos e aquilo que nós esperamos e com que nos comprometemos com o Governo e com a Oposição, numa linha tênue de imparcialidade: o que esta Presidência resolver será cumprido, acatando-se sempre a maioria e o acordo feito por este Plenário.

Então, na próxima quarta-feira, teremos o requerimento de convocação do Ministro Lobão para termos, até a próxima terça-feira à noite, da assessoria da PETROBRAS, a confirmação da vinda ou não da Presidente. Não podemos permitir que venhamos a ficar sem o cumprimento de um acordo feito por esta Comissão, que tem tido uma boa vontade e tem entendido de uma maneira muito flexível esse problema.

Acredito que a questão de ordem está esclarecida. Indago ao Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, é claro que sim.

Eu concordo com V.Exa. e com a forma pela qual isso foi conduzido. Eu só acho importante que a Presidente Graça Foster venha aqui, ou o Ministro Edison Lobão, e mesmo o Ministro Mantega, que hoje é Presidente do Conselho da PETROBRAS, para esclarecer todas essas questões pendentes, inclusive sobre fatos que eventualmente o Sr. Nestor Cerveró traga hoje à Comissão, e possamos, na sequência, discutir com as demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida alguma.

Eu queria dar prosseguimento à audiência. Tenho aqui o pedido do Deputado Vanderlei Siraque e o do Deputado Mendonça, mas faço um apelo a V.Exas. para que possamos dar prosseguimento à audiência pública.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Muito rapidamente, a propósito dessa discussão de V.Exa. e desse tema envolvendo a Presidente Graça Foster, primeiro manifesto aqui minha insatisfação com o fato de ela não ter confirmado a sua participação na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda há tempo para a Presidente confirmar, e nós esperamos que ela venha à Comissão.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ainda há tempo, mas eu peço a V.Exa. que pressione, porque esta Casa não pode ficar submetida a um segundo



plano com relação ao Senado da República, e ela tem a obrigação de vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle prestar os esclarecimentos que a Nação exige. Ela não pode fugir dos esclarecimentos que são devidos a esta Comissão.

Então, peço a V.Exa. o empenho, a palavra e atuação do representante do PT, Deputado José Guimarães, e do PMDB, Eduardo Cunha, para que a Graça Foster venha, compareça e traga os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito, Deputado Mendonça, que V.Exa. tem visto que esta Presidência não tem subterfúgio e não tem, acima de tudo, faltado com o compromisso com este Plenário. Acredito que a declaração que eu dei é uma declaração firme de que nós prezaremos pelo acordo feito na última reunião.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Nenhuma dúvida com relação ao comportamento de V.Exa.

E, só para concluir, Presidente, eu queria sugerir o seguinte: três intervenções, a palavra do convidado, Dr. Nestor Cerveró, e aí agrupam-se novamente mais três intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos começar a sessão.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente. Temos que decidir essas questões com o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Presidente, eu pedi pela ordem primeiro aqui. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou dar a palavra ao Deputado Stepan Nercessian.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Por favor, eu quero só um esclarecimento. Eu gostaria de saber se o Sr. Nestor está acompanhado do seu advogado; se o seu advogado é o Dr. Edson Ribeiro e se ele está presente aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - É o senhor? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Pela ordem, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Edson.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - O questionamento que está sendo feito de forma repetitiva pela Oposição se refere ao acordo firmado neste plenário em relação à Presidência da PETROBRAS e ao Ministério de Minas e Energia. De forma reiterada, foi colocado aqui que nós ratificamos aquele acordo. Então, é dispensável que o Deputado Mendonça Filho...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Vocês estão negando o acordo, não é, Deputado? Porque, na verdade, o acordo era para a Presidente Graça vir à Comissão.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Eu estou com a palavra, Sr. Presidente. Parece-me que o Deputado Mendonça Filho está me apartando indevidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Asseguro a palavra ao Deputado Edson.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - O acordo aqui foi já ratificado a partir de uma provocação do Deputado Vanderlei Macris de que, em não se confirmando a vinda da Presidente da PETROBRAS, nós iríamos fazer a devida convocação do Ministro de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acho que essa questão já está esclarecida.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Não, está esclarecida, mas a Oposição não pode ficar insinuando que está havendo um rompimento de acordo nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu não estou insinuando, não; eu não estou insinuando; estou afirmando. E não estou insinuando; estou afirmando...
(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, vamos dar prosseguimento ao trabalho. A Presidência já esclareceu a questão de ordem. Tanto o Governo quanto a Oposição sabem do acordo. Nós iremos cumpri-lo.

Vamos dar prosseguimento em respeito ao convidado, que já está aqui há algum tempo aguardando o início da reunião.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Presidente, só para eu fazer um convite — não vou entrar no mérito dessa questão aqui —, peço 1 minutinho da atenção dos Srs. Deputados e Deputadas.

Na próxima quarta-feira, estaremos fazendo uma audiência pública aqui na Comissão sobre o jogo legal, sobre a regulamentação dos jogos no Brasil. Nós vamos trazer aqui o Boni, que é da *TV Vanguarda*; vamos trazer o Lessa, economista, que foi do BNDES; vamos trazer representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, padres, pastores e outras pessoas estudiosas do assunto.

Então, quero convidar os Deputados para a audiência, na próxima quarta-feira, sobre a regulamentação dos jogos no Brasil. Só para se ter uma ideia, são 2 bilhões de dólares de evasão só pela Internet, no Brasil, todos os anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está feito o convite. Vai estar todo mundo presente, Deputado Siraque.

Encerrada a exposição, falarão os Deputados autores dos requerimentos, pelo prazo de 5 minutos improrrogáveis — nós daremos 5 minutos, improrrogáveis, aos autores. Em seguida, falarão os Líderes inscritos, também pelo prazo de 5 minutos. Após os Líderes, o Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo por 3 minutos — inicialmente, o Deputado membro das Comissões participantes da audiência conjunta e, posteriormente, o Deputado não membro. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

Passo, então, a palavra ao Sr. Nestor Cerveró, antes convidando para a Mesa o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Deputado João Arruda, e o 2º Vice-Presidente, o Deputado Felipe Bornier, que estão aqui presentes.

Gostaria, Sr. Cerveró, de garantir o compromisso de o senhor fazer uma apresentação na qual não será interrompido. E, após a exposição, nós abriremos com a ordem já explicitada por esta Presidência.

Queria pedir à Secretaria da Mesa para apagar as luzes, para que seja possível uma visualização melhor.

V.Sa. tem a palavra.



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Bom dia a todos os Exmos. Srs. Deputados, os senhores da imprensa, os Srs. Congressistas, a todas as senhoras e os senhores presentes.

Antes de mais nada, eu queria agradecer, na pessoa do Exmo. Deputado Hugo Motta, o convite que me foi feito para aqui comparecer a fim de esclarecer o processo de aquisição, o processo de compra e o processo de dissolução da sociedade de Pasadena.

Eu vou me permitir pedir um pouco mais de paciência aos senhores. Como o Deputado Hugo Motta falou, eu tenho uma apresentação bastante técnica, e já peço, antecipadamente, desculpas pelo nosso vício, na PETROBRAS, de usar alguns jargões e algumas expressões técnicas que nem sempre são do conhecimento de todos. Vou procurar ser o mais simples possível nesse sentido de não usar termos extremamente técnicos.

Então, eu vou iniciar a apresentação buscando fazer uma sequência desde o cenário em que se decidiu a expansão de refino no exterior do Brasil, ou seja, a expansão do refino PETROBRAS no exterior; o que baliza essa decisão, o planejamento estratégico da companhia; depois, a decisão, a escolha, o processo de compra de Pasadena, que foi bastante demorado e bastante analisado; o processo de conflito com relação ao investimento a ser realizado e, finalmente, o processo de separação, vamos chamar assim. Por último, vou tentar esclarecer, com um pouco mais de detalhe, as questões que estão sendo apontadas com mais destaque pela imprensa em relação às cláusulas de saída e cláusulas de petróleo Marlim.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aquisição da refinaria de Pasadena. Por que comprar uma refinaria no exterior? Não é só comprar uma refinaria no exterior. Por que expandir o refino no exterior?

Vamos colocar o cenário no qual é tomada essa decisão, no início da década de 2000, nos anos 2000, em que o planejamento estratégico da PETROBRAS já apontava para essa decisão de expansão do refino no exterior.

O mercado brasileiro de combustíveis, como os senhores podem ver pelo gráfico, depois de uma década de crescimento significativo, a partir dos anos de 1998 e 1999, sofre uma estagnação que permanece por cerca de 10 anos. Ou seja,



não há espaço para crescimento de novas refinarias, não há necessidade de novas refinarias no País. Só que a nossa produção de petróleo continua crescendo.

É conhecido dos senhores que, na década de 90, melhor dizendo, na década de 2000, a produção de Campos, a nossa produção da Bacia de Campos, cresce significativamente. Então, temos um cenário de um mercado interno estagnado e uma produção de petróleo crescente, com particularidade na região de Campos.

Por que há esse destaque? O petróleo da região de Campos é um petróleo de característica pesada. Ou seja, na produção total que os senhores veem aqui do petróleo brasileiro, grande parte dela é originária da Bacia de Campos, petróleo esse que tem uma característica pesada.

O que significa petróleo pesado e petróleo leve? Essa é uma classificação que o mercado faz: petróleo pesado, petróleo médio e petróleo leve. Depois nós vamos ver que há uma classificação internacional que diz respeito à classificação desse petróleo, atribuindo-se um grau, um valor chamado API. A American Petroleum Institute classifica o petróleo de acordo com sua densidade pelo número do grau API. Quanto mais baixo o valor do grau API, mais pesado é esse petróleo.

Então, no gráfico seguinte, nós vamos ver, nesta pizza, nesta torta, que as reservas provadas em 2005, ou seja, o cenário de crescimento do petróleo brasileiro — nós estamos falando de 2004 e 2005 — estava todo ele apoiado no desenvolvimento, na exploração do petróleo de Campos, petróleo esse de característica pesada.

Qual é a diferença entre petróleo pesado e petróleo leve? Os dois, em termos de custos de produção, são equivalentes. O problema não é o custo de produção do petróleo.

Como os senhores sabem, em nenhum lugar do mundo se utiliza petróleo diretamente, para nenhuma finalidade. O petróleo é produzido, mas demanda um processo de refino, isso em qualquer lugar e com qualquer petróleo, seja ele pesado, seja leve.

O que acontece? O petróleo pesado, pelas características dele, demanda investimentos maiores para ser refinado; o petróleo leve demanda investimentos menores para ser refinado. O importante é a qualidade dos produtos obtidos. Uma



vez refinado, a qualidade dos produtos obtidos têm que atender aos requisitos de mercado.

Aí já fica sinalizada a principal característica que baliza a decisão estratégica da PETROBRAS de expandir o refino de petróleo pesado no exterior. Por quê? O nosso mercado estagnado em termos de combustíveis, a nossa produção de petróleo aumentando continuamente, isso obrigava, ou era uma oportunidade de exportação desse petróleo para o mercado externo. Só que esse petróleo pesado tem um desconto em relação ao petróleo leve.

Existem duas referências internacionais para a classificação do petróleo, uma americana, que é WTI, e a outra inglesa e europeia, que é o Brent. O petróleo pesado tem um preço menor. Então, quando nós exportávamos, ou exportamos, petróleo pesado — continuamos exportando petróleo pesado —, esse petróleo pesado tem um preço menor do que o petróleo leve, o petróleo de referência Brent. Ou seja, simplificando, o petróleo nigeriano — naquele país nós temos produção inclusive, graças à nossa ampliação da atividade internacional — tem um preço mais alto que o Brent, por ser um petróleo extremamente leve. O petróleo de Campos, o petróleo Marlim, tem um preço mais baixo que a referência, por ser um petróleo pesado, devido aos investimentos necessários ao seu refino.

Então, temos esse cenário de mercado estagnado — estagnado em termos; é um mercado sem crescimento, ou seja, não justificando inversão em novas refinarias — e temos um cenário de produção de petróleo caracteristicamente pesado. Essa é a situação do mercado do petróleo no Brasil em 2005.

Qual é o Planejamento Estratégico da PETROBRAS, que já vem da década anterior? De 1991 a 1999, é feito um planejamento com um cenário até 2010, em que as estratégias... Aliás, planejamento este do Governo anterior, mas que em 2004 foi confirmado, mantendo-se as mesmas estratégias de expansão de refino no exterior. Então, quais são essas estratégias? Manter a capacidade de refino no Brasil, investindo na melhoria de qualidade dos produtos e na capacidade de processar petróleo mais pesado; e expandir a capacidade de refino de petróleo pesado no exterior.

Eu queria fazer um parêntese aqui, uma explicação em termos do que é o nosso parque de refino. Eu entrei na PETROBRAS em 1975. Sou engenheiro



químico e engenheiro de processamento formado pela PETROBRAS. Naquele momento, todas as nossas refinarias — inclusive a última refinaria a ser instalada no Brasil, que é a refinaria do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, ou seja, desde a RLAM, na Bahia, em 1953, até a última refinaria instalada no Brasil, que foi em 1980 —, todas elas foram configuradas e projetadas para processar petróleo leve. Então, a PETROBRAS demandou um esforço enorme, um esforço de transformar e adaptar todas as nossas refinarias, todas elas, para poder processar o petróleo pesado produzido no Brasil.

Isso foi feito com o apoio da engenharia básica desenvolvida na PETROBRAS, grupo ao qual eu tenho o orgulho de ter pertencido, ser um dos pioneiros da engenharia básica na PETROBRAS, engenharia de refino, criada em 1977, no centro de pesquisas do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa Leopoldo Miguez, onde foram desenvolvidos os primeiros projetos que adaptaram todas as refinarias. São projetos... Um investimento gigantesco foi feito ao longo desses últimos anos, mais de 20 anos, em 25 anos, de maneira a poder processar petróleo pesado nas nossas refinarias.

Então, essa estratégia não é nada mais do que uma estratégia que já estava consagrada não só no mercado brasileiro como no mercado americano, como nós vamos ver adiante.

Seguindo, o Planejamento Estratégico da PETROBRAS, no cenário de 2000 a 2010, prevê, na área de refino, e refino tanto nacional como internacional, a consolidação da liderança do mercado brasileiro e a garantia do escoamento da produção excedente de petróleo pesado através de uma ação integrada com a distribuição.

Nesse momento, nós também — vale a pena destacar — já tínhamos iniciado um processo de internacionalização em termos de atuação da PETROBRAS. Compramos posições aqui na América do Sul; compramos refinarias na Bolívia e refinarias na Argentina, quando foi comprada a Perez Companc Internacional, isso no ano de 2002, mas eram refinarias que não tinham condição. Quer dizer, não houve um direcionamento de compra de refinaria, houve um direcionamento de posicionamento no mercado sul-americano, que depois foi expandido. Mais adiante eu falo nisso.



Então, para refinar petróleo pesado, o Planejamento Estratégico da Área de Refino — aqui já aparecem os números que estão consagrados nesse planejamento, mantidos em 2004 — previa se refinar um total de 2,1 milhões de barris, refino total da PETROBRAS, sendo 1,8 milhão no Brasil, dos quais 1,5 milhão de petróleo nacional e 300 mil de petróleo importado — petróleo importado esse que até hoje continua sendo importado, devido à necessidade de atender a uma determinada qualidade de combustíveis no mercado brasileiro. Quer dizer, o petróleo pesado precisa de uma complementação de petróleo leve internacional para atender a características especiais de combustíveis no mercado brasileiro. E aqui há um destaque: 300 mil barris por dia de refino de petróleo pesado nosso no exterior. Então, esse é o foco da expansão de refino no exterior.

Muito bem, conclusão disso: a compra da refinaria de Pasadena ou de qualquer outra refinaria no mercado americano — aí eu vou explicar por que o mercado americano — estava perfeitamente enquadrada dentro do Planejamento Estratégico e na obtenção de oportunidades de agregação de valor ao nosso petróleo pesado.

Por que comprar, então, uma refinaria nos Estados Unidos? Ora, o mercado americano, os senhores sabem, é um consumidor voraz de energético. Somente na área de petróleo, para os senhores terem uma ideia, dos oitenta e poucos milhões de barris por dia que o mundo consome, 25% são consumidos nos Estados Unidos, ou seja, mais de 20 milhões de barris por dia são consumidos no mercado americano, entre petróleo americano e petróleo importado. Então, é um mercado. Só de gasolina, são mais de 9 milhões de barris por dia que o mercado americano consome. Então, todas as grandes — não é uma exclusividade da PETROBRAS —, as grandes petroleiras internacionais já estavam ou estão no mercado americano, porque é o melhor mercado em termos de quantidade, em termos de preço, em termos de infraestrutura. Então, é uma expansão natural do nosso mercado.

Detalhe: nós já estamos também, estávamos no mercado americano e permanecemos no mercado americano até hoje, não só na área de refino, não só na área de comercialização, mas nós temos uma presença marcante no Golfo do México. No Golfo do México, nós tivemos uma estratégia na área internacional, há 10 anos, de crescimento de produção fora do País. Nós não tínhamos ainda as



perspectivas do pré-sal. Então, trabalhamos profundamente no Golfo do México, levando a nossa *expertise*, o nosso conhecimento tecnológico, para o Golfo do México.

E eu tenho uma satisfação, nesse meu período de gestão na área internacional: nós fomos a primeira companhia do mundo a utilizar um navio de produção no Golfo do México. Convencemos a Guarda Costeira americana, que não autorizava a utilização de navios de produção. Somente eram permitidas plataformas. E a PETROBRAS foi pioneira na utilização de um navio de produção no Campo de Chinook. Está produzindo até hoje, na ordem de 25 mil a 30 mil barris por dia, em sociedade com a Chevron, mas nós somos os operadores. Por quê? Dada a nossa experiência aqui na Bacia de Campos na utilização de navios, foi convencida a Guarda Costeira. Isso porque existem procedimentos de segurança, por conta dos furacões habituais na região do Golfo do México. O navio foi autorizado, e hoje já é uma prática comum, mas estou falando em 2005 e 2006.

Então, a nossa presença não se limitava só ao refino, a nossa presença era verticalizada. Nós iríamos nessa refinaria — ela expandida — processar não só o petróleo pesado brasileiro como o petróleo produzido nos nossos campos do Golfo do México.

Aqui, então, é uma ilustração do refino de petróleo no mercado americano. Nos anos 2000, ele sofre um processo... Aí não é só o petróleo, todos nós sabemos que nos anos 2000 o mercado americano, o mercado mundial esteve num processo de expansão enorme, até a sucessão da crise de 2008, que paralisou toda a... Houve uma contração grande, devido à crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos. Mas reparem a margem de refino, ou seja, o preço entre o petróleo processado e os derivados obtidos. Margem de refino é a diferença entre o preço dos derivados obtidos e o preço do petróleo processado na refinaria. Essa margem é que torna a refinaria rentável ou não e que justifica o investimento na adequação para petróleos pesados. Ou seja, se reduzirmos o custo da matéria-prima, que é o petróleo pesado, obtendo a mesma qualidade dos produtos vendidos no mercado, naturalmente essa margem cresce e, com isso, justifica os investimentos nessa modificação para petróleo pesado. Os senhores veem que, a partir do início da



década, as margens, devido ao aumento de consumo americano, crescem impressionantemente.

E aqui, esse processo todo que eu falei sobre a adaptação das refinarias para o processamento de petróleo pesado também foi feito nos Estados Unidos. Nós não inventamos a roda. Nós tínhamos a capacitação tecnológica, mas os americanos — nos Estados Unidos existem centenas de refinarias — também entraram num processo justamente de maximizar o seu resultado, processando cada vez mais petróleo pesado. Então, a gente vê a evolução do grau de API do petróleo médio processado nos Estados Unidos. Ele vem caindo, cai ao longo da década, até 2005, ou seja, a média de petróleo americana passa a ser mais pesada, caracterizando os investimentos que foram feitos nessas refinarias.

Seguindo, então, aqui sim é uma ilustração rápida de como cresceu o mercado americano no início da década. Em pouco mais de 4 anos, o mercado americano cresceu mais de 1 milhão de barris por dia. Se os senhores considerarem que o Brasil hoje consome dois milhões e pouco de barris por dia, só nesse período o mercado americano cresceu 1 milhão de barris por dia, pressionando os custos, ou seja, aumentando as margens de refino, ou seja, melhorando o preço dos derivados obtidos.

O gráfico seguinte ilustra exatamente a diferença de margem entre uma refinaria que pode processar óleo pesado e uma refinaria que só pode processar óleo leve. Temos uma evolução de 2000 a 2005. A parte de cima é a refinaria para óleo pesado. O *coking* aí é a expressão, é o jargão. São unidades que têm condições de processar petróleo pesado. E a refinaria de óleo leve, *cracking*, que somente processa óleo leve. Embora o crescimento tenha sido da mesma ordem, a diferença entre a margem de refino para o petróleo pesado e o óleo leve é extremamente significativa. Nós estamos falando em mais de 10 dólares por barril processado por uma refinaria que pode processar óleo pesado e uma refinaria que só pode processar óleo leve. As margens são, evidentemente... Daí a decisão de investir na conversão.

Conclusão a que quero chegar, a que nós chegamos à época: em 2005...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Posso continuar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode continuar.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Em 2005, comprar uma refinaria nos Estados Unidos e adaptá-la para processar petróleo pesado era uma ação alinhada completamente ao Planejamento Estratégico da PETROBRAS e uma oportunidade de negócios, inclusive com números que nós vamos ver adiante.

Então, como é que se dá o processo? Esse é o cenário em que se coloca a questão de Pasadena. Como é o processo de aquisição da refinaria de Pasadena — na realidade, a aquisição de 50% da refinaria de Pasadena? Foi a primeira fase do processo.

Em fevereiro — eu vou procurar ser mais rápido, atendendo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Por obséquio, foi combinado aqui...

Use o seu tempo, é importantíssimo. Isso aqui não é inquisição. Os seus esclarecimentos são excelentes. Eu acho que nós temos que levar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foi acordado, antes de V.Exa. falar, que S.Sa. terá o tempo necessário para fazer a sua explanação. Temos que entender que o Deputado Fernando Francischini é Delegado da Polícia Federal, aí quer apressar um pouco mais. Mas vamos ter paciência, que V.Exa. será...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, aqui eu me permito fazer uma sequência do processo de aquisição, que foi um processo longo. Reparem que nós já vínhamos prospectando o mercado americano, examinando, dentro dessa lógica que apresentei aos senhores. Nós já vínhamos prospectando uma série de refinarias.

E aí é importante destacar o seguinte: não faria sentido a aquisição de uma refinaria que já tivesse capacidade de processar petróleo pesado. Por quê? Porque os investimentos já estavam realizados, e nós pagaríamos um preço muito superior ao preço de uma refinaria que só pudesse processar petróleo leve.

Qual é a nossa vantagem competitiva? Nós tínhamos, e temos, toda a tecnologia interna, graças à capacitação do nosso pessoal técnico, para projetar,



desenvolver e construir as unidades necessárias para a adaptação de petróleo pesado — como tivemos no Brasil — no mercado americano. Então, a oportunidade era adquirir uma refinaria de petróleo leve, que tinha um custo menor, e transformá-la ou adaptá-la para petróleo pesado, agregando o valor adicional ao nosso petróleo exportado, entrando no mercado americano.

A ideia não era simplesmente refinar: nós íamos, como vamos ver aqui... Por isso, adquirimos uma comercializadora, não adquirimos só a refinaria. Nós tínhamos que entrar no mercado de derivados americano, que é um mercado complicado. Lembrem-se de que são 20 milhões de barris o mercado americano, com centenas de operadores e dezenas de comercializadoras. Nós não tínhamos a *expertise* necessária para atuar no mercado americano. Então, além da refinaria, nós vamos ver aqui, foi negociada também a questão da comercializadora.

Então, vamos lá, a sequência é esta: em 23 de fevereiro de 2005, recebemos da Astra Oil Company, que é — aí faço questão de ressaltar — uma *trading*, é uma comercializadora de grande porte, como existem algumas no mercado... Esta aqui é belga. Tem a Glencore, suíça, tem a Vitol, que é europeia também, que são especializadas em compra e venda. Elas não são caracteristicamente investidoras em refino, são empresas de comercialização, são comercializadoras. Então, por que eles nos oferecem essa parceria? Têm o interesse exatamente de poder se associar com uma empresa que tem toda a condição e toda a capacitação para poder adaptar a refinaria para processamento de petróleo pesado e aumentar a margem, tanto que eles não nos oferecem a venda completa da refinaria, eles nos oferecem uma parceria, ou seja, uma participação no negócio — isso, dentre outras ofertas que nós tivemos.

Em função dessa carta, assinamos um Acordo de Confidencialidade com a Astra em março, de maneira a permitir que nós tivéssemos acesso às condições, às características desse negócio dessa refinaria. Aí vem a sequência: em março, então, uma equipe de técnicos da PETROBRAS visita a refinaria para ter uma avaliação preliminar. Ou seja, não era simplesmente... Havia a necessidade de... Isso nós fizemos com várias refinarias no mercado americano. Nós tínhamos uma equipe técnica, constituída pelo nosso pessoal, o pessoal do refino, o pessoal técnico de desenvolvimento de projetos, o pessoal da área ambiental, para conhecer



as características e saber se havia possibilidade de continuar ou não com esse processo.

Com isso, o relatório preliminar desta equipe encaminha favoravelmente a que se continuasse o negócio. Só que, para continuar o negócio, precisa ter um documento mais forte, que aí já permita levantamentos, uma *due diligence* mais aprofundada das condições do negócio em si. Isso vale para refinaria como vale para qualquer ativo que a PETROBRAS, ou qualquer outra empresa, venha a comprar no mercado.

Então, é assinado um Memorando de Entendimentos, em maio de 2005, entre a Astra e a PETROBRAS, estabelecendo as condições para essa *due diligence*, ou seja, esse levantamento de informações, e dando um prazo de 90 dias para que houvesse ou não uma proposta por parte da PETROBRAS.

Quero destacar que, nesse Memorando de Entendimentos, já está previsto que a refinaria... Porque era nosso interesse, ou seja, nosso interesse não era simplesmente comprar qualquer refinaria ou ter uma refinaria de petróleo leve nos Estados Unidos. Nós queríamos expandir o nosso refino de petróleo pesado. Então, nesse Memorando de Entendimentos, é prevista já a utilização de 70 mil barris por dia de refino de petróleo pesado brasileiro. Essa refinaria tinha, e tem, e continua processando — isto é importante destacar, essa refinaria nunca parou de operar... Ela processa 100 mil barris de petróleo leve, por dia, no mercado americano. Desde 2000, quando nós a adquirimos, já estava processando, estava em condições de operação e continua operando até hoje. De maio a junho, foi realizada essa *due diligence* preliminar ainda nas áreas jurídicas, de recursos humanos, na área tributária, na questão ambiental, na questão de finanças, na questão de TI, de instrumentação, na questão de processo, de contabilidade e de auditoria, com nossos técnicos e consultores do nível da Deloitte & Touche, que é uma das maiores consultoras do mundo, da Muse Stancil, que é uma projetista, uma empresa especializada em refino nos Estados Unidos, e da Thompson & Knight, que é uma empresa jurídica, com escritório em Dallas, que já era nosso cliente. Melhor dizendo, a PETROBRAS era cliente do mercado internacional dessa Thompson & Knight e da Jacobs Consultancy, que é uma empresa especializada na área de refino e na área ambiental, nos Estados Unidos.



Então, em agosto de 2005, foi realizada a primeira aprovação pela diretoria, de forma colegiada. Todas as decisões da PETROBRAS são aprovadas de forma colegiada. Isso vale tanto para a diretoria quanto para o conselho. Então, a diretoria aprova uma oferta para aquisição de 70% da Refinaria de Pasadena, porque era exatamente a capacidade de petróleo que nós iríamos processar. Setenta por cento de 100 mil barris seriam 70 mil barris. Entregamos uma primeira proposta à Astra no valor de 365 milhões de dólares, balizadas nas avaliações que já tinham sido feitas. A Refinaria, nesse período, foi visitada por um grupo de gerentes de alto nível da área internacional e da área de abastecimento, para conhecer com mais detalhes os processos de governança e de administração da refinaria e da comercializadora de petróleo e derivados.

Em sequência, em setembro de 2005, a Astra enviou uma contraproposta pedindo 475 milhões de dólares por 70% ou 407 milhões de dólares por 60%.

Em setembro, novamente o processo volta para a Diretoria da PETROBRAS, que autoriza que a Diretoria Internacional, ou seja, nossa área, faça aquisição de 60% a 70%, limitada pelo preço que a Astra havia nos oferecido. Então, em função dessa aprovação, novamente é enviada uma equipe de alto nível para completar as *due diligences*, os levantamentos e as informações necessárias nas áreas que nós já vimos, mas agora acrescida da Kirkpatrick & Lockhart, que é uma consultora tributária americana, e isso é fundamental, porque o mercado de derivados, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, é bastante complicado na questão tributária. Também contratamos a PriceWaterhouseCoopers, auditora mundial especializada, para também fazer essa avaliação.

Já em novembro de 2005, é feito um anúncio corporativo ao mercado, conforme mostrado neste gráfico, em que a nossa área de relacionamento com os investidores é uma satisfação ao mercado de acionistas e ao mercado de investidores na PETROBRAS. Nós anunciamos, juntamente com a Astra, que estávamos negociando uma parceira para comercialização e refino nos Estados Unidos e, tão logo possível, investiríamos para aumentar a conversão da Refinaria de Pasadena. O plano de negócios previa operação conjunta, aumento da conversão e processamento de petróleo pesado.



Em setembro de 2005, foram estabelecidas várias rodadas de negociação e é contratado o CITIGROUP, um dos maiores bancos do mundo, para emitir uma *fairness opinion*, que é uma avaliação global de todos os processos envolvidos, de tudo aquilo que foi visto por aqueles consultores. O *Citigroup*, através dos seus técnicos de reconhecida importância e com a reputação do nome *Citigroup*, emite um comunicado que esta operação está ou não dentro dos parâmetros internacionais de negociação. Reparem que isso foi contratado em novembro. Elas só levaram dois meses analisando toda a documentação para finalmente emitir esse parecer positivo.

Essas são as condições finais que foram aprovadas para a compra de 50% da refinaria e 50% da comercializadora, da Trading Company, da Astra.

Então, fecharam um acordo em 189 milhões, para metade da refinaria, para a comercializadora e para os estoques que essa comercializadora tinha. Uma comercializadora de derivados necessita ter derivados. Ela negocia com isso, com compra e venda de gasolina, de diesel. Ela tinha estoques dentro da refinaria. Então, isso foi avaliado em mais 170 milhões a serem pagos em duas parcelas: uma, 1 ano após o fechamento; e outra, 2 anos após o fechamento. Como curiosidade, a segunda parcela só veio a ser paga por ocasião do fechamento do acordo extrajudicial, em junho de 2012, porque quando houve a dissolução, já havia decorrido 2 anos e, como houve o impasse judicial, não se pagou essa parcela. Mas aqui é somente uma ilustração, ou seja, no total da primeira fase foram pagos 359 milhões de dólares pela refinaria e pela Trading Company e mais os estoques envolvidos.

Em 2 de fevereiro de 2006, a área internacional... É uma refinaria fora do país, embora toda ela fosse avaliada por todos os técnicos da companhia envolvidos: o jurídico, a área financeira, os *players*, os técnicos e mais todos os pareceres consultados e o *fairness opinion* do Citigroup. Em 2 de fevereiro, a diretoria submete à aprovação da diretoria — como eu disse, as aprovações são colegiadas —, que aprova a compra de 50% das ações e propõe também a proposta de investimento necessário. Não era só comprar a refinaria, nós tínhamos que fazer investimento para transformá-la em refinaria de óleo pesado.



Então, essa estrutura aprova a proposta de investimento e a estrutura organizacional da refinaria da Trading Company. Só que isso tem que ser encaminhado. O que acontece? Essa refinaria foi comprada no mercado americano. Nós tínhamos uma empresa e continuamos tendo, que é a PETROBRAS American Internacional. A diretoria e o conselho recomendam à PETROBRAS America, Inc. — PAI que siga os procedimentos necessários para efetuar essa compra e essa associação. Também são recomendadas as criações das sociedades necessárias para operar tanto a refinaria quanto a comercialização. Como é de praxe na Diretoria, ocorre uma aquisição de ativos, que é submetida à aprovação final do Conselho de Administração.

Em sequência, o Conselho de Administração autoriza a PETROBRAS, nos termos do Resumo Executivo, conforme consta da ata, a adquirir os 50% da refinaria e participar com 50% na administração da sociedade.

Aqui decorre um período de fevereiro de 2006 até setembro de 2006, em que são necessários atendimentos. Nós estamos comprando uma refinaria e uma comercializadora no mercado americano.

Então, têm que ser seguidos todos os procedimentos de atendimento a questões tributárias legais e jurídicas do mercado americano. Como os senhores estão vendo, demandou uma série de aprovações, porque os americanos são muito ciosos, cuidadosos com investimentos estrangeiros, principalmente na área de energia no mercado americano.

Então, em setembro de 2006, foi feito formalmente... É quando nós consideramos a data. Houve uma festa em Houston, na qual nós e o Presidente Gabrielli comparecemos. Recebemos a visita do Governador do Texas, que reagiu com receptividade e com entusiasmo à escolha da PETROBRAS, que foi bem-vinda no investimento a ser realizado, pela confiança que depositava no crescimento do mercado americano.

Foi feito esse anúncio ao mercado de investidores, em que se informa que foi concluída a compra de 50% da refinaria. Como os senhores veem no quadro marcado abaixo, já se anuncia um plano de negócios que prevê a operação conjunta da refinaria e reformas para aumento da conversão e duplicação da capacidade. Essa vai ser a principal causa do conflito posterior. Mas eu estou aqui antecipando.



Já estavam nos nossos planos, conforme os estudos que vinham sendo realizados por nossa equipe técnica, as mesmas equipes que eu citei, as vantagens não só para adaptar a refinaria, mas para ela duplicar a sua capacidade.

Eu queria mais uma vez fazer uns parênteses. Pasadena tem sido muito questionada por ser uma refinaria antiga. Todas as refinarias, nos Estados Unidos, são antigas. A mais nova foi instalada em 1976. De lá para cá, nunca mais se construiu uma refinaria nos Estados Unidos. É muito difícil, é praticamente impossível conseguir licenciamento ambiental, conseguir permissão para novas refinarias, ou seja, pegar um terreno e construir uma refinaria. No mercado americano isso é impossível.

Esta refinaria de Pasadena tinha essa licença, tinha essas condições e tinha terreno adquirido recentemente, tinha espaço para essa ampliação. Além disso, ela estava localizada em Houston, capital americana do petróleo. Em volta dela existem sete refinarias de maior ou menor porte, que usam em conjunto o sistema de infraestrutura, de utilidade, de manutenção, ou seja, é uma refinaria estrategicamente muito bem colocada e com possibilidade de ampliação.

Do ponto de vista da Trading, a Astra já estava presente no mercado americano há bastante tempo. Então, nós compramos uma posição no mercado de combustíveis e não somente compramos a refinaria. Nós compramos a expertise da comercialização que a Astra dispunha. E a Astra tinha contratos de acesso aos principais oleodutos que dão escoamento a esses derivados. Ao lado da refinaria, nasce o principal oleoduto americano, que é o Colonial Pipeline, que liga Houston a Nova Iorque e ao Maine. Por quê? Porque o preço dos derivados na costa leste é bem superior ao do resto dos Estados Unidos, é o grande filão do mercado americano. Então, a Astra já tinha espaço para usar esse oleoduto. Então, esta é a valorização feita na comercializadora. Quer dizer, além da localização estratégica da refinaria, havia essa vantagem competitiva da comercializadora. Isso é o que compõe a totalidade do negócio, ou seja, não é simplesmente a refinaria, mas a refinaria, a venda e o escoamento de seus derivados.

Vamos ao projeto de ampliação. Tão logo foi concluída a aprovação da Diretoria e do Conselho, foram iniciados os estudos da reforma da refinaria, com o nosso pessoal técnico apoiado pelo pessoal de operação da refinaria de Pasadena.



Aí surgem duas hipóteses: a primeira, já prevista, o conceito original, que era simplesmente transformar a refinaria para 70 mil barris de óleo pesado; a segunda, que é mais ambiciosa e muito mais rentável, que é duplicar a capacidade dessa refinaria para 200 mil barris por dia. Havia condições de licenciamento e condições de terreno para fazer esse projeto.

Então, aqui surge o grande momento dessa discussão. Aqui são os números desenvolvidos, que foram em conjunto com a Astra, em que o projeto original de adaptação demandava um investimento de 1,1 bilhão de dólares, com uma taxa de retorno de 10,7% e um valor presente líquido de 1,5 bilhões de dólares.

Agora reparem a diferença para um projeto de 200 mil barris por dia. Embora com um investimento maior — naturalmente, teríamos que colocar novas unidades de processamento na refinaria —, ele vai para 2,3 bilhões de dólares. Só que com uma taxa de retorno de 18%, que é uma taxa extremamente elevada para projetos dessa característica. Esse é o nosso foco. Esse é o negócio que baliza todas as nossas ações futuras, que não foram adiante, lamentavelmente, por uma série de problemas. Mas o projeto que foi concebido e que a Diretoria vai aprovar, como os senhores vão ver mais adiante, é esse de 200 mil barris por dia, conforme anunciado ao mercado de investidores, e de um valor presente líquido desse investimento de 3,5 bilhões de dólares.

O que ocorre? São iniciados, então, os estudos, e, em setembro de 2006, após esses estudos, a Diretoria Executiva de novo aprova o relatório desses estudos e já o orçamento da ordem de 62 milhões de dólares para a fase de engenharia do projeto de ampliação para 200 mil barris por dia. Isso seria o necessário para permitir a continuação do projeto — projetos custam dinheiro, e a nossa parte seria de 62 milhões de dólares.

Só que a Astra em nenhum momento, mesmo tendo participado... É curioso isto. A Diretoria da PRSI — Pasadena Refining System Inc. era dividida em 50% PETROBRAS, 50% Astra... O Diretor da Astra em Pasadena aprova o investimento, porque conhece o projeto. Só que a alta direção da Astra se recusa a investir tal quantidade de recursos num projeto industrial. Por que isso? Entendo que por não ser uma empresa de refino, por ser uma empresa comercializadora, e, tradicionalmente, empresas comercializadoras não têm por hábito investir grandes



quantidades de recursos como nós. Uma refinaria é um investimento para 50 anos, não é um investimento de curto prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Pois é. Então, exatamente por isso, após várias reuniões entre as nossas Diretorias, chegamos à conclusão de que seria impossível continuar com essa sociedade. Em setembro de 2007, aproveitando uma viagem do Presidente Lula à Escandinávia em que o acompanhava a Diretoria da PETROBRAS, convidamos o CEO da Astra para se reunir com o Gabrielli, CEO ou Presidente da PETROBRAS na época, e com mais dois diretores da companhia, eu e mais outro, em Copenhague, quando ficou definido que a Astra não seguiria adiante com o investimento e que nós, então, negociaríamos ou a venda, ou a compra dos 50% restantes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Isso foi em setembro de 2007.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não; não estava. Assim como o Gabrielli não é o dono, mas o CEO da PETROBRAS, o CEO da Astra não é o dono da Astra, mas seu principal executivo.

Então, com essa situação, o que nós fazemos? Iniciamos uma negociação para a compra dos 50% restantes, conhecendo os valores, porque já tínhamos levantado os valores, o valor de retorno e o resultado da ampliação. A Diretoria, então, em reunião interna, resolve fazer uma proposta inicial de 550 milhões por esses 50% adicionais. A Astra, também conhecedora — lembrem-se de que ela tinha participado dos estudos de ampliação e sabia do valor dessa ampliação —, pede-nos 1 bilhão de dólares pelos 50% restantes.

Após uma série de negociações, a Diretoria da PETROBRAS autoriza que seja feita uma proposta final de 700 milhões pela compra dos 50% restantes. Em fevereiro, após as tratativas intermediárias, ela aprova que seja feita essa proposta. É então criado um grupo de trabalho dentro da PETROBRAS, com a participação das áreas de financiamento corporativo, contabilidade, tributária e planejamento financeiro, e de equipes de finanças, da equipe da Pricewaterhouse... E de novo contratamos o *fairness opinion* do Citigroup.



Os senhores vão perguntar por que do Citigroup. Porque o Citigroup é um banco especializado, e são poucos os bancos que trabalham com esse tipo de análise, com essa abrangência de análise.

Após a obtenção de todos os pareceres favoráveis, ou seja, o valor de 700 milhões era adequado ao mercado, aos padrões de mercado americano naquele momento, é feita a proposta e acordado que fossem acertados os detalhes, já que havia estoques e operações a serem encerradas.

Então, de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008 é feita toda a análise dessas operações, e, finalmente, em 21 de fevereiro de 2008, a Diretoria Executiva da PETROBRAS aprova a compra dos remanescentes 50%, acrescidos do pagamento...

Aí vou voltar: não sei se os senhores se lembram de que nós fizemos o pagamento da *trade* em duas parcelas, então, nós tínhamos que encerrar o pagamento. Já haviam decorrido 2 anos, então eram 700 milhões, mais 85 milhões e mais uma dívida que havia, totalizando 798 milhões de dólares, que foi o valor aprovado pela Diretoria Executiva em 21 de fevereiro de 2008.

E, naturalmente, por ser uma compra de ativos, submete-se à aprovação final do Conselho.

Bem, vamos fazer um parêntese aqui. Nesse momento — nós estamos falando já do início de 2008 —, o cenário nacional muda radicalmente em termos de consumo de combustível.

Eu tive a oportunidade de conviver com isso, já que fiquei 6 anos na Diretoria Financeira da BR Distribuidora; nós estamos fazendo investimentos grandes na BR Distribuidora para atender a esse consumo crescente de combustíveis.

Pois bem, os senhores veem que, a partir de 2007, o mercado brasileiro de combustíveis muda completamente, e já no planejamento estratégico de 2007 entra a previsão de novas refinarias no Brasil. Ou seja, depois de décadas sem construção de refinarias, além da refinaria de Pernambuco, que estava em fase de projetos, são aprovadas, no planejamento estratégico de 2007, refinaria nova aqui no Rio, o COMPERJ, refinaria no Ceará e refinaria no Maranhão. Esse é um componente do cenário.



Mas o componente mais decisivo... Ou seja, aquela prioridade de refino no exterior compete agora com a necessidade de recursos de refino para atender ao mercado brasileiro. E, paralelamente a isso, sabem os senhores que em 2007 é confirmada a descoberta de 2006, uma descoberta que muda o cenário da história do País, não só da PETROBRAS: o pré-sal é uma realidade fantástica, coisa reconhecida pelo mercado — eu vivi 5 anos no mercado internacional e posso dizer que o pré-sal é uma realidade fantástica —, mas que demanda um volume de recursos enorme, como se discute diariamente. O pré-sal demanda um esforço enorme da PETROBRAS e uma concentração de recursos para sua exploração.

Então, nós temos dois cenários que se conjugam: um de mudança do mercado brasileiro de combustíveis e outro de demanda de concentração de recursos necessária no mercado nacional. Então, deixa de fazer sentido o investimento — isso na visão do Conselho, já que a Diretoria o havia aprovado.

O Conselho, então, resolve não aprovar a compra dos 50% restantes, que tinha sido acordada com a Astra no valor de 798 milhões, porque, além desses 798 milhões, seria necessário investir cerca de mais 3 bilhões no investimento, para transformar essa refinaria. Então, estamos falando de 3,5 a 4 bilhões de dólares a serem despendidos numa refinaria no exterior, que já não tinha a mesma prioridade que o atendimento ao mercado brasileiro.

Mais um fator decisivo: em 2008 advém a crise do mercado americano, ou seja, as margens, que estavam extremamente elevadas no mercado americano, retrocedem. Então, aquela competitividade, aquela economicidade que havia no projeto já não é a mesma. Então — e acho que isso eu entendo, embora nunca tenha sido colocado para mim —, o Conselho tomou uma decisão acertada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Nós aprovamos em fevereiro, a proposta foi submetida ao Conselho no mês seguinte, mas o Conselho não a apreciou e, depois, resolveu não ir adiante.

Daí surge, então, a necessidade de um processo de arbitragem, e o processo de separação judicial, diferentemente do que nós tínhamos acordado. Curioso é que o valor acordado, e aprovado pela Diretoria, de 798 milhões é praticamente o mesmo valor que acabaria sendo pago em junho de 2012. Quer dizer, no processo



foram 798 milhões e, pelo acordo extrajudicial, a PETROBRAS pagou 820 milhões. Uma diferença que prova que não havia nenhuma incorreção naquele cálculo, naquela negociação que teria permitido, na época, desenvolver o projeto, não fosse essa mudança radical no cenário de consumo e no cenário de recursos necessários ao desenvolvimento do pré-sal.

Vamos às explicações finais — peço mais um pouquinho de paciência. Quanto custou a Refinaria de Pasadena, então? Essa é uma discussão que tem sido muito colocada. Essa tabela mostra qual foi, efetivamente, o custo da Refinaria de Pasadena.

Se nós colocarmos os valores totais que foram despendidos até o acordo extrajudicial, nós chegamos a 555 milhões de dólares com essa refinaria. O custo de uma refinaria é medido, para efeitos de comparação com o valor pago, ou com o valor de aquisição, pela capacidade de refino.

Pasadena tem uma capacidade de 100 mil barris. Então, nós estamos falando de um custo de 5.500 dólares por barril de capacidade de refino, um custo muito abaixo da média do processo de compra de refinarias no mercado americano e muito abaixo do processo de construção de refinarias novas. Esse foi o custo da refinaria.

O custo da comercializadora está aqui também destrinchado: um total de 343 milhões de dólares, aqui incluídos os estoques de combustíveis que faziam parte do ativo da comercializadora.

Aí tivemos custos com garantias bancárias, necessárias para a operação no mercado americano, porque nós estávamos operando com uma comercializadora — comercializadoras demandam operações de comercialização, demandam garantias bancárias. Foram 156 milhões. Juros contraídos durante a operação: 130 milhões. E ajustes finais — não vou entrar na explicação de cada um dos detalhes, porque esse é o total efetivamente contabilizado.

Ou seja, o custo contábil da refinaria mais a *trading company* foi de 1,23 bilhão de dólares. Se dividimos esse valor por 100 mil, estamos falando de 12 mil dólares por barril refinado. Valor que continua muito abaixo do custo de uma refinaria, mesmo de petróleo leve, no mercado, naquele momento.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edson, se eu lhe der a palavra, vou ter que dar a palavra a todos os outros.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Então as intervenções fora do microfone também têm que ser cerceadas, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, pelo Regimento, ninguém pode interferir na apresentação, mas houve diversas interferências. Nós exigimos o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência está muito confortável, porque a discordância é dentro do PT. Vocês resolvam isso em casa.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Houve diversas interferências, e V.Exa. anuiu. Queremos o mesmo tratamento.

(Não identificado) - Eu só quero saber o estoque de hora.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Isso faz parte do total.

Eu queria pedir mais um pouquinho de paciência aos senhores para concluir a apresentação entrando em três aspectos que foram muito falados e abordados. E peço agora um pouco mais de atenção.

Foi amplamente divulgado que nós compramos uma refinaria, a parte da Astra, por 359 milhões, e os senhores viram que não foi esse o valor, mas metade dele. De qualquer forma, por uma refinaria pela qual a Astra havia pagado 42 milhões de dólares. Isso não é verdade. Essa foi uma operação complexa. A Astra comprou essa refinaria, que estava parada por problemas operacionais, ambientais e trabalhistas, da Crown Refining, uma companhia de refino muito antiga nos Estados Unidos, detentora de várias refinarias, que tinha problemas trabalhistas e ambientais a serem solucionados.

Então, além dos 42 milhões *in cash*, em dinheiro, a Astra pagou à Crown mais 22 milhões em dinheiro e ajuste do fechamento. A compra dos estoques: uma refinaria pode ter dezenas de tanques. A nossa Refinaria de Duque de Caxias, só para ilustrar, tem 400 tanques de armazenamento derivado. Se nós fôssemos vender ou comprar a REDUC, o valor do óleo estocado nesses tanques seria muito maior do que o da refinaria — é importante que isso seja conhecido. Uma refinaria — e Pasadena tem uma tancagem considerável — tem um valor em combustível muito grande. Isso também é comprado, ou seja, compra-se o pacote e leva-se tudo.



Pois bem, a Astra comprou esses estoques existentes da Crown. Depois, como ela não é uma refinadora — a Astra é uma comercializadora —, contratou a Crown para continuar operando a refinaria durante um período. Isso custou mais 80 milhões de dólares à Astra. E aí há os investimentos, como eu falei, na questão ambiental. Importante: a Astra teve que investir numa unidade de especificação de gasolina para atender ao exigente mercado americano e não ficar afastada do mercado. E, por causa dessa unidade desenvolvida pela Astra quando comprou a refinaria, ela até hoje produz e vende, e exporta até para o Brasil, gasolina de excelente qualidade.

Então, o total da aquisição, que foi um bom negócio, sem dúvida, foi de 360 milhões. A Astra tinha interesse em entrar no mercado de refino e utilizar a sua capacidade. Era uma maneira de ancorar as operações de comercialização. Esse foi o custo da refinaria para a Astra, muito distante dos 42 milhões de dólares divulgados no mercado.

Aqui, só como ilustração, valores de compra de refinarias na época. Os senhores veem que nós temos refinarias completas por 13 mil, 13.900 dólares por barril, tudo isso no mercado americano. A Refinaria de Pasadena, baseada no custo total, depois do acordo final judicial, saiu por 555 milhões. Ou seja, nós compramos uma refinaria de 100 mil barris por dia por 5.500 dólares por barril, valor muito abaixo da média de aquisições.

A média de aquisições nesse período é de 9.700 dólares por barril. Então, mesmo depois de todo o conflito, a refinaria saiu por quase metade do valor médio de aquisição de refinarias no mercado americano no período.

A cláusula falada, *put option*, nada mais é do que cláusula de saída. A cláusula de saída é uma prática mais do que comum. Quem conhece negócios, questões de parceria e de sociedade, sabe que em qualquer sociedade, principalmente naquelas em que a proporção é de 50%, cláusulas de saída são para os dois lados: estabelecem defesas cruzadas, pagamentos a serem feitos para evitar que um sócio imponha condições prejudiciais ao outro. São cláusulas comuns.

Nossos contratos de aquisição, nossos contratos de sociedade, de desenvolvimento — a PETROBRAS tem centenas de participações, não só no Brasil, no mundo inteiro — sempre têm cláusulas de saída, que foram



sofisticadamente chamadas de *put option*. Uma colocação de compra ou de saída — isso e nada mais do que isso é a cláusula *put option*. A minha preocupação é deixar claro que não há relevância nessa cláusula de saída, porque ninguém faz uma sociedade para sair da sociedade. Isto é, não há objetivo em criar uma cláusula para depois exercê-la. Essas cláusulas são de proteção dos sócios — os senhores podem perguntar isso ao mercado, que ele vai confirmar. São cláusulas normais, sem muita relevância.

Por último, senhores, a cláusula Marlim. Em nossos acordos, nós impúnhamos ao sócio, que, embora comprando metade da refinaria, nós processaríamos 70% de petróleo Marlim, ou seja, 70 mil barris por dia dos 100 mil de capacidade. Detalhe: a Astra não é nem refinadora, nem produtora de petróleo; quem produz petróleo pesado somos nós.

Nós íamos colocar nosso petróleo pesado dentro dessa refinaria, e ao preço em que nós estabelecêssemos, que era o que viabilizaria, o que daria razão à economicidade de transformar essa refinaria em refinaria de óleo pesado. Só que esse óleo pesado sofre um desconto em relação ao petróleo leve, que eu não falei. Hoje, esse desconto está na faixa de 10 dólares por barril; na época, ele era de 15 a 20 dólares por barril.

Então, a Astra, que não é produtora de petróleo, e teria metade da refinaria, processaria 70% de petróleo Marlim. Na realidade, é uma defesa da Astra, uma defesa contra exercício de poder nosso na refinaria e contra transferência de lucro da nossa produção, em detrimento do resultado da refinaria.

É importante que os senhores entendam que a cláusula Marlim é estabelecida a partir da seguinte premissa: é colocada uma diferença mínima que nunca aconteceu, que não acontece. O petróleo leve é sempre muito mais caro do que o petróleo pesado. Há uma diferença de 3 dólares e meio entre o petróleo leve e o petróleo pesado, ou seja, entre o petróleo referência Brent ou WTI e o nosso petróleo pesado. Essa diferença corresponde a uma rentabilidade da refinaria de 6,9%.

Então, qual a lógica da cláusula Marlim? É uma proteção negociada com o sócio, senão nós poderíamos simplesmente transferir o resultado. O petróleo pesado não tem tabela, e também não nos interessava marcar o preço do petróleo. Uma das



alternativas colocada pela Astra para fechar o negócio seria tabelar, referenciar o nosso petróleo pesado. Não nos interessava isso. Não nos interessava isso, porque nós vendemos petróleo para o mundo todo, e passaria a haver um preço de referência. Nós não tínhamos interesse nisso.

Então, nós colocamos uma cláusula que nunca foi atingida, e por dois motivos. Primeiro, porque essa refinaria nunca foi modificada. E, mesmo que houvesse sido construída a modificação, também nunca teria sido atingida, porque, ao longo desses anos, nunca a diferença do petróleo pesado para o petróleo leve ficou abaixo de 3 dólares e meio.

Portanto, esta cláusula era inócua, não significava nenhum risco para a PETROBRAS. É isso o que eu queria deixar bem claro. Não se trata de uma garantia adicional de rentabilidade para o sócio; é uma proteção. Nós poderíamos muito bem colocar o petróleo pesado artificialmente valorizado, transferindo o resultado da exportação de petróleo em detrimento da refinaria. A diferença de três dólares e meio nunca houve nem vai haver. O petróleo leve vai ser sempre bem mais caro do que o petróleo pesado, dada a necessidade de investimentos entre uma refinaria e outra.

Senhores, era isso. Encerro agradecendo a oportunidade do convite e manifestando o meu orgulho. Eu estou na PETROBRAS desde 1975. Fui admitido em 1975, por concurso público, entrei na área de refino, trabalhei em várias áreas da companhia e tive a oportunidade de dirigir a área internacional por 5 anos.

Como falei, nós expandimos a área internacional. Quando eu entrei na área internacional, a PETROBRAS estava presente em sete ou oito países. Quando eu saí de lá, a PETROBRAS estava presente em 26 países. Nós levamos a PETROBRAS a todos os países da América do Sul, à África. Levamos a PETROBRAS à China, ao Japão, ao Oriente Médio e à Europa. Eu tenho a satisfação e o orgulho de ter dirigido a empresa na área internacional, em companhia dos meus colegas daquela época, seguindo uma orientação estratégica e uma orientação do Presidente Lula, que era nosso Presidente na época e um entusiasta — e ainda é — da internacionalização da PETROBRAS. Hoje, dada a mudança radical de cenário com o pré-sal, toda a demanda de recursos da PETROBRAS é hoje gigantesca.



Os ativos que nós adquirimos ao longo desses 5 anos, ativos no Golfo do México, ativos na África, ativos na Ásia, estão hoje servindo até para capitalizar os investimentos necessários ao desenvolvimento do pré-sal, como tem sido amplamente divulgado.

Senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência pergunta ao Plenário, não só à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, mas também à Comissão de Relações Exteriores e à de Defesa Nacional e à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, se existem membros que ainda não estão inscritos.

Pergunto isso porque nós vamos encerrar as inscrições em respeito aos Parlamentares que acompanharam desde o início a audiência pública e para que tenhamos um bom funcionamento.

Nós daremos 5 minutos de prazo para que quem ainda não se inscreveu tenha oportunidade de se inscrever. Após esse tempo, as inscrições estarão encerrados, para que possamos prosseguir com os questionamentos ao Sr. Nestor Cerveró.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, eu não sou membro da Comissão, mas gostaria de me inscrever na condição de não membro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe também, Deputado Fernando Ferro, a opção de inscrição para os Deputados não membros. Peço que procure a Secretaria da Mesa, que está à disposição de V.Exas.

Dando prosseguimento ao debate, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, passaremos a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. Para que não haja dúvidas com relação ao tempo, pedimos à coordenação do plenário que use o cronômetro. Não queremos ser justos com alguns e injustos com outros, porque não vamos prorrogar em nem 1 segundo o tempo, em prol do bom funcionamento da Comissão. Há vários inscritos, e nós queremos dar a todos a oportunidade de falar.
(Pausa.)

Parece que o cronômetro não está funcionando — peço, então, que seja retirado.



O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Sr. Presidente, faço uma solicitação a todos os companheiros: que prestemos atenção às perguntas de cada um dos Deputados, para evitarmos a repetição absurda de perguntas que ouvi ontem no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria de agregar o meu tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, com anuência do Deputado Macris, quero fazer só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Nós temos os Deputados autores dos requerimentos. Eu só queria pedir a V.Exa., que preside os trabalhos, que nos desse a sequência em que falarão os autores dos requerimentos, pelas respectivas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer a relação dos que estão inscritos? Deputado Vanderlei Macris, Deputado Mendonça Filho, Deputado Fernando Francischini, Deputado Carlos Brandão, Deputado Stepan Nercessian, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Deputado Emanuel Fernandes, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; e, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Mendonça Filho e Deputado Mandetta.

Indago do Deputado Mendonça se ele se sente satisfeito com apenas uma intervenção.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu me sinto sim satisfeito com uma intervenção. Na verdade, eu tenho direito a três intervenções: como autor do requerimento aqui na Comissão de Fiscalização, como membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico e como Líder.

Eu pretendia fazer uma colocação mais objetiva ao Dr. Nestor Cerveró, nos primeiros 5 minutos, ceder meu tempo de Líder ao Deputado Rodrigo Maia, e usar



dois tempos divididos em 5 minutos. Como autor, eu teria até 10 minutos. Estou abrindo mão de 10 minutos do meu tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está sempre contribuindo para o bom funcionamento dos trabalhos. Espero que esse sentimento esteja presente até o final da audiência pública.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. pode esclarecer o procedimento que vai adotar, por gentileza?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por favor, Sr. Presidente, qual será o procedimento? Quando falarão os Líderes? Poderão falar em qualquer momento da reunião, como permite o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Poderão falar a qualquer momento, Deputado Ivan Valente. Mas comumente nós temos adotado que os autores têm precedência. Após os autores, nós passamos a palavra aos Líderes. É uma forma de valorizar o bom funcionamento das Comissões e estimular os autores a apresentar requerimentos em audiências públicas, reuniões que sem dúvida contribuem para o bom funcionamento do País como um todo.

(Não identificado) - O ar condicionado está ligado, Sr. Presidente? O calor está grande aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acredito que é pelo volume de pessoas presentes, mas eu vou pedir que aumentem o ar frio. Espero que o ar condicionado não esteja quebrado, como o cronômetro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Convenientemente estava desligado o ar e, convenientemente, o placar também de tempo.

Só quero fazer meu protesto: comprei mil reais de ações há 5 anos e estão valendo hoje 431 reais e 97 centavos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem que procurar a Justiça. Aqui não é o palco.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu acreditei que a PETROBRAS seria...

(Tumulto no plenário.)



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Eu compro! Eu compro! Eu compro essas ações.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sugiro ao Deputado Haully que venda essas ações.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Eu quero comprá-las. Eu compro agora!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Venda agora que está em baixa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Aqui não é local de leilão não, mas eu topo comprar essas ações.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero sugerir, porque está previsto no Regimento, a possibilidade réplica e de tréplica. Como V.Exa. está encaminhando de uma forma em que haverá grandes blocos, quero sugerir que, com a prerrogativa que V.Exa. possui, de Presidente conduzindo os trabalhos desta audiência pública, havendo algum aspecto técnico que convenha ao Dr. Nestor Cerveró, que ele proceda a solicitação a V.Exa., mesmo que informalmente, para evitar que alguma resposta... Já que regimentalmente é previsto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Após o bloco, se algum dos integrantes do bloco que usou a palavra não se sentir satisfeito com a resposta do Sr. Cerveró, nós vamos ventilar o direito à réplica e à tréplica.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não. O que eu estou sugerindo é que, se ele quiser, se convier a ele, dentro do bloco, entre a terceira ou a quarta intervenção, uma pequena resposta em 2 minutos, 3 minutos, que se facilite a resposta dele, porque, como ele precisa de muito tempo para cada resposta e a intervenção dele é muito circunstanciada em dados, em documentos, talvez, num intervalo, entre uma intervenção e outra. Isso fica a critério de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida alguma nós vamos prezar pelo bom funcionamento, vamos procurar dar agilidade aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Haverá tréplica, Sr. Presidente, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se for da vontade de algum membro que não se sentir satisfeito, claro que nós vamos garantir esse direito, até porque é regimental. Nós vamos cumprir o Regimento.

Nós esperamos que o Sr. Nestor Cerveró atenda os anseios e que não seja necessário usar esse recurso.

Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, agregue, por favor, o meu tempo de Liderança, portanto, mais 5 minutos, para eu concluir o meu trabalho e não precisar mais falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está agregado. V.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bem, Sr. Cerveró...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, desculpe-me. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos prosseguir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, esse critério dá margem a que outro Líder peça que o tempo seja...

(Não identificado) - Mas é regimental, meu amigo! Se ele está como Líder, ele tem todo o direito!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Depois eu não vou falar mais como Líder! Eu vou agregar o meu tempo até para dar seguimento a um raciocínio lógico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental! E ele não fala mais como Líder. Se ele quiser usar 5 minutos agora e 5 minutos mais à frente, ele pode. Se ele puder usar de uma vez, ele está contribuindo para o bom funcionamento. Está esclarecido.

S.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer ao Sr. Nestor Cerveró a presença. Havia muita dúvida sobre a sua presença aqui, Sr. Nestor, e o senhor veio para defender o ponto de vista em relação à compra dessa refinaria. Eu queria agradecer-lhe pela sua presença.

A questão é a seguinte: a Presidente Dilma disse que foi enganada. Técnica e juridicamente falhas eram as informações do relatório que o senhor apresentou à Presidente. Ela não teria concordado com o negócio e não teria feito o negócio, se tivesse conhecimento das cláusulas Marlim e *put option*, dentro dessa lógica na negociação que o Conselho estava naquele momento aprovando, em relação a Pasadena. A posição da Presidente Dilma é diferente da sua, Sr. Nestor. Ela disse que, se tivesse o conhecimento que o senhor tinha, ela não faria o negócio

Portanto, eu queria saber o seguinte: o senhor considera ter enganado a Presidente Dilma? Essa é a grande pergunta que fica e é tudo isso que quer saber a sociedade brasileira. A Presidente da República disse que foi enganada e que não teria feito esse negócio que o senhor acabou de defender aqui. Essa é a pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Será em bloco, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não. Ele pode responder dentro do meu tempo, rapidamente.

O senhor considera ou não? (*Pausa.*)

Dentro do meu tempo. O senhor considera ter enganado a Presidente ou não, Sr. Nestor? É a pergunta. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, está dentro do meu tempo! Está comendo o meu tempo, Sr. Presidente! Por favor.

O senhor considera ter enganado a Presidente, Sr. Nestor?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - De forma nenhuma, Deputado Vanderlei Macris. Não.

Hoje, como os senhores viram, eu apresentei o trabalho que foi desenvolvido ao longo de mais de 1 ano para a aquisição dessa refinaria, então, não houve nenhuma intenção de enganar ninguém. Isso eu acho que fica claramente demonstrado.



Então, não há nenhum sentido de enganar ninguém.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ou seja, o senhor tem uma posição em relação ao negócio e ela tem outra? É isso que ficou claro.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Vamos deixar bem claro, Deputado, se me permite. A posição não é uma posição só minha; essa posição é a posição da Diretoria e do Conselho que aprovou esse projeto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não existem decisões individuais. Desculpe-me insistir nisto: não existem decisões individuais nem na Diretoria, nem no Conselho. Então, como os senhores viram, foi tudo baseado numa série de consultoria, de trabalhos técnicos, ao longo de mais de 1 ano, ou seja...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Nestor, apenas para dizer, o senhor está muito claro. Houve um convencimento comum entre a Diretoria e o Conselho, que tem a Presidente Dilma, na época, como Presidente.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Portanto, todos foram informados das questões e sabiam que o negócio estava sendo feito.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - O senhor me permita que... Essas cláusulas não têm, na avaliação que nós fizemos, não têm essa representatividade no negócio. Ou seja, a apresentação que foi feita, ela busca — isso aqui está citado aqui no trabalho —, ela busca destacar os principais aspectos do negócio que está sendo submetido e não é, como os senhores viram, importante do ponto de vista negocial, do ponto de vista da valorização do negócio, nem uma cláusula, nem outra. Então, não é...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Nestor, quero deixar bem claro aqui...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Só isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. Ela sabia do negócio, ela era Presidente do Conselho e, portanto, juntamente com os demais membros do Conselho e também com a Diretoria, aprovaram o negócio. Ponto final. Isso para mim é suficiente.

Agora, eu gostaria de fazer...



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu não vou... Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria apenas de dizer, dentro da lógica que o senhor colocou, o seguinte: quando foi decidida a carta de intenção em relação à compra desse negócio? Foi no último quadrimestre de 2005. O senhor acabou de dizer. No início de 2006 a NPM/CNP, que é a *holding* belga que controla a Astra, deixou claro numa ata interna a seguinte questão: *"terminou sendo um sucesso financeiro e operacional, além de qualquer outra expectativa razoável"*. Dito na ata da NPM, controladora da Astra, sobre o negócio que estava em andamento, antes mesmo dos pareceres jurídicos, dos pareceres técnicos que respaldaram a decisão da PETROBRAS na compra dessa refinaria.

A avaliação da Seidman, em 30 de janeiro... Agora vejam bem como foi tudo rápido. Isso é o que eu não entendo. O último quadrimestre de 2005, final de 2005, começo de 2006, 30 de janeiro, já a avaliação dizia... O senhor falou que todas essas questões foram levantadas em avaliação de entidades respeitadas internacionalmente. Quatro dias antes da reunião do Conselho, dia 30 de janeiro, a avaliação foi de que essa Seidman apresentou 40 ressalvas em relação à compra. Isso, 4 dias antes do Conselho.

No dia 31 de janeiro, um documento da PETROBRAS revela que a auditoria da PRSI — Pasadena Refining System Inc. previa a compra, que foi feita por uma empresa independente e que durou apenas 20 dias. O ideal, diz a própria empresa, seria que durasse pelo menos 60 dias.

Aí entra uma questão interessante. Dentro dessa lógica, Sr. Presidente, nós temos aqui o processo de aquisição da refinaria, dito pelo senhor aqui, nas suas transparências, de 23 de maio a 17 de junho. Portanto, 25 dias. Foi realizada uma *due diligence* preliminar nas áreas legal, recursos humanos, impostos, meio ambiente, finanças, TI, processo de contabilidade e auditoria, com técnicos da PETROBRAS, em apenas 25 dias para compra da refinaria. Está mais rápido do que concessão de visto americano, Sr. Nestor Cerveró. Foram 25 dias para fazer uma avaliação da compra dessa refinaria.

Pois bem, além disso aí, existem outros. O parecer tributário, datado de 31 de janeiro, diz o seguinte: *"O prazo é curto demais na análise financeira e contábil que*



foi feita.” O senhor disse que todas as auditorias foram colocadas aqui, mas não disse o resultado delas. Então, aqui, neste caso, eles disseram que o prazo foi muito curto. Aqui atrás, nesta outra avaliação, de que 20 dias era muito pouco e que 60 teria que ser suficiente.

Portanto, eu considero que houve muita pressa nessa decisão. Essa é a minha visão clara em relação a esse negócio.

Em função dessa questão, Sr. Cerveró, queria deixar algumas perguntas que eu acho importantes.

Foi veiculado pela imprensa brasileira que em troca de *e-mails* em sua equipe Mike Winget, Presidente da Astra, afirmou que a *put option* valia cerca de 550 milhões de dólares, 30% a menos do que a proposta apresentada pela PETROBRAS para a compra dos 50% restantes da PRSI Trading, Pasadena. Em resposta, Terry Hammer, Diretor de Operações da Astra, afirmou: *“Pode apostar que o Alberto (Alberto Guimarães, Presidente da PETROBRAS América, em 2007/2008) está pregando para o Rio que a refinaria não vai fazer dinheiro esse ano e não vale nem US\$ 650 milhões.”* Isso está aqui na imprensa brasileira.

Nessas condições, a oferta de 700 milhões feita por V.Sa. para a compra da metade da Refinaria de Pasadena, cujo valor total era estimado pela Astra em 650 milhões, parecia razoável para o senhor?

Consta em reportagem da *Folha de S. Paulo* que o valor foi ofertado por V.Sa. com base em estudo feito pela Consultoria Muse Stancil, que fez três projeções de valor para 50% da Astra.

Por que foi escolhido para oferta o maior valor estimado pela Muse Stancil?

Outra pergunta. O senhor foi demitido da diretoria onde estava. O senhor se sente traído, abandonado, injustiçado por este Governo, quando demitido da Diretoria da Área Internacional, ou rebaixado, como afirmou ontem a Presidente Graça Foster?

Mais uma pergunta: quanto vale hoje a Refinaria Pasadena, na sua concepção?

Outra coisa: eu gostaria que o senhor esclarecesse essa reunião entre Lula, Gabrielli e Astra. Aí foi a decisão da compra dos outros 50%?



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não. Desculpe. Só uma correção. Não houve essa reunião.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Houve conversas?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Só para responder: nós estávamos acompanhando a visita do Presidente Lula à Escandinávia, Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega e aproveitamos...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Lá foi o processo...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Nada a ver.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas o senhor disse isso aqui...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu disse...

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, ele está botando palavras na boca do depoente. Isso não houve. Não houve na fala do depoente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou voltar a palavra a V.Exa. Quero dizer ao Deputado Edson Santos o seguinte: esta Presidência não vai permitir que haja... Eu vou garantir a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, e vou pedir a V.Exa. para concluir. Em seguida, darei a palavra ao próximo inscrito.

Agora, nós não permitiremos que esta Comissão vire uma baderna e não atenda aos anseios do povo brasileiro, que pede que esta Casa faça as cobranças necessárias.

Quero fazer um apelo aos Deputados Edson Santos e Domingos Sávio.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem a palavra para concluir.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu até compreendo o que ele está dizendo e acredito que não houve essa reunião. Pronto, acabou. Não precisa... Ele está dizendo que não houve. Acabou. Pronto, é a palavra dele. Mas ele disse que foi lá a decisão de comprar os outros 50%.

Bem, o senhor vai esclarecer depois. Foi isso o que eu compreendi.

Então, quanto vale a Pasadena hoje, na sua concepção?

Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência.

Sr. Nestor Cerveró, não é nada pessoal, é apenas uma obrigação minha como Parlamentar. Eu quero só que haja um esclarecimento sobre a malfadada compra dessa refinaria americana pela PETROBRAS.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra ao próximo inscrito.

Quero pedir a atenção do pessoal que está controlando o cronômetro. Parece que tivemos o conserto do cronômetro.

Passo a palavra ao Deputado Mendonça Filho, próximo inscrito. S.Exa. terá até 10 minutos.

Eu quero pedir, Deputado Domingos Sávio, que V.Exa. contribua para o bom funcionamento dos trabalhos.

Deputado Mendonça Filho com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu terei direito à réplica? Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ao final da resposta do Sr. Cerveró, se V.Exa. achar necessário, poderá requisitar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O.k.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Bom, Sr. Presidente, eu quero saudar V.Exa., os demais Presidentes e representantes das Comissões que participam desta audiência pública na Comissão de Fiscalização, saudar e cumprimentar o Dr. Cerveró e os demais Parlamentares presentes.

Primeiro, eu afirmo que essa operação envolvendo Pasadena vai entrar para a história do Brasil como um dos maiores e mais negativos exemplos de má gestão envolvendo o interesse público. A PETROBRAS assume um prejuízo brutal que, segundo a Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, disse ontem, significa ou significou, assumido por ela, mais de 500 milhões de dólares. E, a meu ver, ela está contaminada pela tática do Ministério da Fazenda de adotar a chamada contabilidade criativa, porque na prática o prejuízo é bem maior do que está exposto.

Eu acho interessante que na exposição feita ontem pela Presidenta Graça Foster e hoje pelo Dr. Cerveró as contas, quando da aquisição da Refinaria de Pasadena pela Astra Oil, são basicamente as mesmas, semelhantes. O argumento é muito parecido. Já se consagrou para a opinião pública que essa refinaria custou efetivamente para a Astra, na aquisição, 42 milhões de dólares. E aí se tenta construir uma contabilidade para inflar essa conta: adiciona-se 22 milhões de dólares de pagamento extra feito à Crown, fala-se de estoque, quando você compra



uma empresa em operação — sobre estoque inclusive, numa matéria do *Valor Econômico*, há um questionamento em relação à comprovação do seu volume, quando da aquisição da Astra junto à Crown —; leva-se em consideração 80 milhões de dólares em serviço de refino. Ou seja, a Crown contratou a Astra depois que a empresa comprou Pasadena para serviço de refino. O contrário, melhor dizendo. A Astra foi contratada pela Crown para serviço de refino, e pagou a Crown pelo serviço de refino 80 milhões de dólares. Essa é a verdade. Então, como é que você vai incluir nessa conta mágica esses números que na verdade demonstram claramente que essa operação foi um desastre?

Soma-se ainda 112 milhões de dólares de investimento feito pela Astra, pós-aquisição junto à Crown, não é isso, Dr. Cerveró? Cento e doze milhões de dólares. Só que se usa o argumento do investimento realizado pela Astra depois da aquisição e se esquece de quanto a PETROBRAS investiu em Pasadena depois da aquisição da Refinaria de Pasadena junto à Astra.

Salvo engano, a Dra. Graça falou ontem em mais de 600 milhões de dólares. Confirma isso? O volume de investimento pós-aquisição? É esse o número? Menor ou maior? Tem ideia de quanto representa, de quanto foi gasto, investido, despendido? Qual o custo de investimento pós-aquisição?

Na verdade, se porventura a gente fala em 42, em 80 milhões de dólares para uma operação que custou aos cofres da PETROBRAS cerca de 1 bilhão e 250 milhões de dólares, fora os investimentos adicionais, isso significa um prejuízo brutal, monumental para a companhia, propriedade de todo o povo brasileiro. E a gente tem que reconhecer isso.

A Presidenta da República Dilma Rousseff afirma que foi enganada, e nomina que foi enganada pelo Diretor da Área Internacional da PETROBRAS, Nestor Cerveró. Quem está com a verdade? Quem está mentindo? É a afirmação da Presidenta da República que diz que foi enganada, que não recebeu os documentos e que, por conta disso, 7 anos depois, demitiu o Diretor da Área Internacional da PETROBRAS, ou pediu o afastamento dele? Quem está com a verdade, Dr. Cerveró? É o senhor ou é a Presidenta Dilma Rousseff? É a Graça Foster ou o ex-Presidente Gabrielli?



São duas versões. Não dá para as duas serem verdadeiras. Uma das duas tem que ser verdadeira. Não dá para combinar um jogo onde os dois acertam os treze pontos nessa loteria.

Essa reunião de Copenhagen. Ao longo do processo o senhor recebeu alguma pressão política de algum político para a concretização dessa operação? Alguém “gestionou” no sentido de que essa operação fosse fechada? Pós-operação, o senhor está sendo vítima de algum processo de investigação interna dentro da PETROBRAS? Só recentemente? Essa coisa ficou por isso mesmo? O senhor acha que foi penalizado, como fez crer ontem a Presidente Graça Foster, ao ser deslocado da Área Internacional da PETROBRAS para a Vice-Presidência Financeira da BR Distribuidora? Neste caso, esse cargo que o senhor ocupou pouco tempo atrás representa uma pena a V.Sa. pelo fato de ter participado dessa operação?

Dr. Nestor, eu acho que a gente tem uma grande oportunidade de esclarecer um episódio que o Brasil todo quer saber: se, porventura, a versão da Presidenta Dilma é a correta ou a versão que V.Sa. apresenta é a correta. Qual das duas versões é a correta? V.Sa. disponibilizou os documentos que a Presidenta da República diz que não chegou ao seu conhecimento relativo às duas cláusulas, *put option* e Marlim, ou esses documentos nunca chegaram ao conhecimento da Presidenta Dilma, então Presidenta do Conselho, e dos demais conselheiros? É prática corrente na PETROBRAS esse tipo de cláusula *put option*? Ela só vale para um lado? Não houve cláusula *put option* para o outro lado em benefício da PETROBRAS? E em quais operações isso aconteceu? *put option* ou *call option*. Houve alguma cláusula no sentido reverso de benefício direto à PETROBRAS?

Matéria de um dos jornais de circulação nacional diz que na PETROBRAS, quando da apreciação de qualquer matéria no Conselho de Administração, normalmente se disponibiliza para os conselheiros todo o processo, além do resumo executivo, 15 dias antes.

Todo esse processo foi disponibilizado para a Presidenta Dilma, então Presidenta do Conselho, e demais conselheiros? E os documentos que V.Sa. disponibilizou, que dizem respeito a essa operação, levaram em consideração e incluíram essas duas cláusulas fortemente lesivas ao interesse da PETROBRAS, a



put option e a Marlim, ou não? Existiam ou não na documentação ofertada aos conselheiros que compõem o Conselho de Administração da PETROBRAS?

Eu acho que o senhor tem uma oportunidade muito grande. O senhor foi escolhido como o bode expiatório dessa operação toda. Toda culpa e responsabilidade pelo desastre de Pasadena recai sobre os ombros, sobre a face, sobre o nome do Sr. Nestor Cerveró. O senhor é o único responsável? O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva não têm nenhuma responsabilidade? Todos foram enganados pelo senhor ou todos participaram dessa operação desastrosa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra para o próximo autor do requerimento.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini, que está inscrito como Líder e como autor do requerimento. S.Exa tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Inicialmente, Presidente, eu gostaria de ler para o Dr. Cerveró, se ele já não leu, a entrevista do Procurador do Ministério Público do TCU, Dr. Marinus Marsico. Não sei se o senhor já leu a entrevista dele.

Vou citar alguns trechos para depois o senhor comentá-los.

“Se a PETROBRAS não se preocupasse tanto com a questão do sigilo comercial, muitas vezes indevido, tenho certeza de que esses contratos desastrosos, como o de Pasadena, não teriam ocorrido.”

Veja, não sou eu nem outro Deputado. Quem está dizendo é o Procurador que vai oferecer todas as ações no Tribunal de Contas da União: *“Ela se fecha”* — a PETROBRAS — *“no falso argumento de que é uma empresa de mercado e com sigilos comerciais.”*

Outro trecho:

“(…) agora são problemas em grau exponencial e se chegou a um ponto intolerável em que a empresa, se não fosse pública, quebraria.” Ou seja, nosso dinheiro tampando o buraco da PETROBRAS. *“E isso tudo ocorreu no período de 2005 a 2010. Esse foi o período mais sério para a PETROBRAS mesmo.”*



Outro trecho: *“Há uma forte ingerência política na PETROBRAS.”*

Essa era importante o senhor dizer. Muitas vezes disseram que o senhor é até apelidado de *holding* aqui, tamanha é a quantidade de Deputados e Senadores que gostam do seu trabalho. *Holding* é aquele que é apadrinhado por vários.

“A Presidente da PETROBRAS não consegue colocar o preço do seu produto principal, que é a gasolina, em um patamar compatível com uma empresa de mercado (...).”

“A PETROBRAS está afundando, sem sombra de dúvida.”

“É isso que o mercado pensa sobre a empresa. Há uma mistura de má gestão com o fato de a empresa ter se tornado um braço político do Governo.”

Quem está falando isso é o Procurador da República, que vai fazer todos os pareceres.

Mais uma parte: *“A área internacional é a que tem mais irregularidades.”*

Entrevista do Procurador que vai oferecer o caso. Por fim, ele respalda: *“A CPI tem instrumentos superiores aos do TCU para a investigação.”*

Queria ler mais algumas coisas aqui, Presidente, de forma geral.

Depois do vazamento pelo *Estadão*, matéria da jornalista Andreza Matais, em vez de o Governo, a PETROBRAS e a Advocacia-Geral da União se preocuparem com o resultado de tudo isso, que é horrível para o nosso País, é o dinheiro de todos nós, o Sr. Adams está preocupado em ir ao Conselho Nacional do Ministério Público contra a entrevista do Procurador junto ao TCU e preocupado em pedir a abertura de uma sindicância, provavelmente para constranger todos esses jornalistas que dão furos de reportagens que colocam o Governo numa saia justa, principalmente como esta, quando diz que a própria Presidenta Dilma pode responder com seu patrimônio pessoal por esse desastre a que a gente acabou de assistir.

Eu vou ler, Presidente, alguns trechos do relatório famoso do TCU, que até agora não saiu, que está sob segredo de Justiça. E invoco aqui a minha imunidade parlamentar para fazer sua leitura, e a reserva da fonte.



“A primeira questão não foi suficientemente esclarecida; diz respeito aos parâmetros que levaram à fixação de 50% da refinaria em 2006. Por que a estatal concordou em pagar 360 milhões por um ativo que, poucos meses antes, fora negociado por 21,25 milhões, relativo a 50% das ações?”

E a gente viu aqui que o Governo, especialista em fazer maquiagem de contas, também continua maquiando as contas da PETROBRAS.

“Portanto, existem evidências consistentes de dano aos cofres públicos, de gestão antieconômica na aquisição de 50% das ações de Pasadena, em 2006. Aparentemente, o valor pagou superou em muito o valor real de mercado.”

“Pelo teor do artigo transcrito acima,” — ele transcreve o artigo da própria PETROBRAS, respondendo à consulta do Procurador — “vê-se que a Astra tinha todas as opções possíveis.” E esta é uma das perguntas, Dr. Cerveró. “Ela podia manter a participação, arcando com 50% dos custos do revamp project; vender sua participação total ou parcial para a PETROBRAS; arcar com o valor das obras proporcionalmente à sua participação residual; vender apenas parte das suas ações, sem arcar, ou arcar apenas parcialmente com o valor da readequação. Para ela, tudo era possível.”

Ou seja, a Astra tudo podia no contrato; e à PETROBRAS, ao que parece, restava acatar a decisão da sócia, uma pequenina, que vendeu uma refinaria para a potente 12ª empresa, à época, do mundo. Mas tudo ela podia, e a PETROBRAS nada...

“Há indícios de gestão temerária e antieconômica.”

Outro trecho: *“Com a devida vênia, cremos que a PETROBRAS foi vítima da inabilidade de seus gestores em firmar acordos contratuais”.*

Mais um trecho, Dr. Nestor:



“A impressão que se tem é de que, à época, a Astra impôs várias condições à PETROBRAS para firmar a parceria. Todavia, pelas informações, especialmente em relação às condições prévias do ativo negociado, quem devia fixar as condições de se precaver do risco era a própria PETROBRAS”.

Ela estava entrando com o dinheiro, comprando algo menor do que ela, entrando no mercado nos Estados Unidos. E, finalmente, aqui no documento do TCU, ainda, Sr. Presidente. *“Acreditamos que também seja pertinente”* — e deve isso chegar em alguns dias às suas mãos e às mãos de todos os membros da Diretoria e do Conselho, à época, da PETROBRAS — *“a análise dos termos da Letter of Intent,”* — a carta de intenções que o senhor citou — *“firmada em 2007, pelo Sr. Nestor Cerveró e pelos Sr. Gilles Samyn.”* Esse é o Sr. Gilles Samyn, que assinou como senhor um pré-contrato, antes dessa negociação, que tratava dos valores que a estatal pagaria pela participação residual — Anexo VIII do Relatório do TCU.

“Ao que parece, esses números” — diz o relatório ainda do Procurador junto ao Tribunal de Contas — *“que vinham sendo negociados pelos gestores eram ainda mais prejudiciais à PETROBRAS. De acordo com o item ‘i’”* — imaginem quantos itens de ressalvas — *“apenas as ações de Pasadena representavam 700 milhões de dólares. Previa-se também o pagamento de uma segunda parcela de alocação especial”* — que o senhor citou — *“de 85 milhões de dólares, bem como valores relativos a contribuições não amortizadas, estoques, resultados líquidos”.* A carta foi objeto de demanda judicial, e essa carta que o senhor assinou, juntamente com o Sr. Gilles, é a que está sendo usada numa ação judicial, que foi a que obrigou a PETROBRAS...

Então, eu queria que o senhor explicasse qual é essa demanda judicial que a Astra tem, que exige o cumprimento dos termos acordados.

Há também, Dr. Cerveró, uma ação do Estado da Califórnia cobrando impostos da refinaria de Pasadena. O senhor tem conhecimento dessa ação? Ela cobra, em 2004, acho que 154 milhões de dólares de imposto residual; em 2005, uma ação do Estado da Califórnia contra a Astra cobra mais 87 milhões de dólares



em impostos. A PETROBRAS sabia desses impostos, pelo *due diligence*, quando comprou a refinaria? E por que, depois que ela comprou — se ela sabia e adquiriu —, entrou na Justiça americana contestando essa dívida? Foi alguma estratégia da PETROBRAS ou ela não sabia realmente? Houve também falhas na *due diligence*, já que ela foi feita, como falou o Deputado Macris falou e também o Deputado Mendonça Filho, de forma tão rápida assim? E por que o senhor escolheu o maior preço ao fazer a oferta? Se não foi na reunião com o Presidente Lula fora do País, quando o senhor falou que esteve com a Astra fora do País? Matérias também — eu citei o *Estado*, agora cito a *Folha de S.Paulo* — dizem que o senhor escolheu a avaliação mais alta para sustentar a decisão de oferecer 700 milhões, nessa tentativa frustrada de comprar o restante da refinaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Existia a de 582 milhões e até a mais otimista de 1,5 bilhão. Por que o senhor escolheu 700 milhões? Qual foi a motivação?

Eu finalizo com a seguinte pergunta. O senhor acha que... Eu ouvi esta semana... O senhor assistiu o *Fantástico* há 2 semanas? O senhor deve ter visto o Sr. Afanásio Guimarães e o Sr. Fernando Gatuno. O Sr. Afanásio está respondendo pelo furto de duas galinhas; e o Sr. Fernando Gatuno, por quatro, lá em Minas Gerais. E o Supremo Tribunal Federal vai decidir se isso é insignificante, mas eles respondem ao processo, e o Ministro quer inclusive colocar o patrimônio deles em multa.

O senhor acha que a Presidente Dilma, o senhor e o restante da Diretoria têm que pagar com o patrimônio pessoal essa dívida que foi dada ao País, ou o senhor tomou todas as ações que tinha que tomar e agora o senhor está sendo usado, realmente, não como bode expiatório, porque eu não vejo o senhor como um coitadinho, como alguns o veem... Eu vejo que o senhor sabe muito a respeito da PETROBRAS. É um funcionário de carreira, que tem família e tem toda a chance agora de limpar seu nome, contando a verdade para todos nós. Ou o senhor vai abraçar uma culpa, que vai ser levada para o restante da sua vida e, com certeza, pelo resto da história que o seu nome e o seu sobrenome tem na PETROBRAS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Para concluir, Presidente. Mesmo com a bancada do PT vindo aqui para lhe convencer a ficar de boca fechada, o senhor amanhã estará abandonado. Hoje o senhor não fala; e amanhã o senhor está abandonado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Delegado, tenha respeito, delegado! Você não está numa delegacia, viu delegado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu estou aqui pela Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fernando Francischini, 10 segundos para V.Exa. concluir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, para finalizar. Por que não gritaram desse jeito, Presidente, quando viram um caso rumoroso desses? O Dinheiro não é do PT, não é nosso; é do povo brasileiro. Não adianta gritar.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não tem argumento e usa... Parlamentar do PT ou de qualquer partido, eu tenho direito aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, *(ininteligível)*. Quero saber se ele acha *(ininteligível)* verdade ou não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Tem poder *(ininteligível)* de concluir. Eu quero um tratamento igual. Já *(ininteligível)* há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei tempo a V.Exa. Para concluir, Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se ele acha... A pergunta final, Sr. Presidente: se ele acha que o patrimônio pessoal dele e da Presidente Dilma vão responder... Se acha justo eles responderem, já que o Tribunal de Contas e o Ministério Público estão na cola dessa transação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Obrigado, Deputado Francischini.



Daremos a palavra ao próximo autor do requerimento, Deputado Stepan Nercessian. S.Exa. está inscrito como autor e como Líder. Eu darei a S.Exa. 10 minutos. Peço que soltem o tempo do cronômetro. S.Exa. tem até 10 minutos. Não, bloco de cinco.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Presidente, Dr. Nestor, agradeço a presença de V.Exa., juntamente com a de seu advogado. Eu vou querer o desconto de todo o tempo em que ficar essa perturbação ali atrás. Vamos ouvir aqui as pessoas.

Olha, aqui, eu vivo no mundo da realidade e no da fantasia. E, com todo o respeito, eu diria ao senhor que, dentro da minha fantasia, se eu pudesse hoje adquirir ou entrar no ramo dos negócios do petróleo, o senhor pode ter certeza de que eu iria lhe tirar da PETROBRAS, mesmo com toda a dedicação que o senhor tem, para cuidar dos meus negócios. Eu fiquei absolutamente convencido do seu trabalho, do seu profissionalismo, da sua dedicação, que não é diferente da dedicação que a maioria dos profissionais de carreira da PETROBRAS têm.

É inadmissível que a gente jogue lama na paixão e na dedicação de um funcionário de carreira da PETROBRAS. E o senhor aqui para mim só demonstrou isso. Quem quiser colocar dúvida sobre o trabalho que o senhor apresentou aqui hoje ou está muito mal-intencionado ou quer, de alguma forma, denegrir o trabalho que foi feito, que seguiu absolutamente as regras de mercado. Agora, foi um negócio espetacular, foi uma compra muito boa, dentro do planejamento, das metas da PETROBRAS, mas que, de alguma forma, deu errado. Deu errado para quem? V.Exa. falou aqui: mudou o mercado, não tinha pré-sal etc. e tal. Mas nada disso importa. Isso é mais um negócio da PETROBRAS, como outros que estão sendo feitos, como outros sobre os quais estão sendo levantadas dúvidas, como Abreu e Lima. O grave da história foi o abraço entre o Presidente Lula e o Presidente da Venezuela. Aquilo é que foi grave! Fazer um acordo, começar a construir, mas sem contrato assinado, com um tapa nas costas. *“Vamos embora, vamos companheirada!”* Isso ainda vai vir à tona, porque é muito mais grave do que isso.

O que me assusta é que, no meio dessa transação toda da PETROBRAS, eles começam a dizer o seguinte: *“Tudo isso...”* Estavam lá... Não foi o senhor não! O senhor não fez nada sozinho. Nada, nada, nada que o senhor fez foi sozinho.



Estavam lá Claudio Haddad, que não é bobo não, foi sócio do Banco Garantia e é um dos pioneiros da fase de fusões dos anos 90, lá atrás; Jorge Gerdau Johannpeter, que não é bobo também não, tem dinheiro; Fábio Barbosa, atual Presidente da Abril. Ele presidia apenas a ABN. Quer dizer, não tinha bobo ali não! A Presidenta Dilma Rousseff, a maior gerente de que o País já teve notícia, cujo desempenho é tão reconhecido que foi eleita Presidenta da República. Disse o Presidente Lula em certa ocasião: *“Eu não sou ninguém. Sem essa mulher, eu não teria chegado aonde eu cheguei.”* E ela foi eleita Presidenta da República. E ela era Presidenta desse Conselho.

O senhor vai ganhar o Premio Nobel, vai para o Guinness, porque como é que um engenheiro da PETROBRAS, sozinho, por que não apresentou duas clausulazinhas, a de saída e a outra, conseguiu enganar esse universo de gerentes, de empresários? É um Conselho inteiro! Como conseguiu passar para trás todas as diretorias da PETROBRAS! Dr. Cerveró, eles querem colocar o senhor como o gênio. Se fosse um bom negócio, o senhor iria ser o gênio do bem. Como ninguém quer assumir a paternidade do que eu considero ainda, pelas suas explicações, um bom negócio — um bom negócio —, querem colocar o senhor como o gênio do mal. O senhor acha que foi por justa causa a sua demissão dessa diretoria?

Houve sempre na história da PETROBRAS a indignação dos sindicatos, a indignação dos funcionários com injustiças na empresa, sempre que havia uma demissão sem justa causa, uma injustiça com qual funcionário de carreira. Se não me engano, o senhor trabalha há 39 anos ou mais na PETROBRAS; 40 anos de PETROBRAS. Só agora descobriram que o senhor é o gênio do mal da PETROBRAS? Que coisa impressionante! Então, nunca se aceitou injustiça dentro da PETROBRAS.

Está ali o Deputado Jair Bolsonaro. *(Risos.)*

Não, estou falando Deputado que está à esquerda... *(Risos.)* O síndico do prédio onde eu morava é um coronel do Exército. Esta semana ele passou por mim e disse: *“Você veja, hein, a única vez em que nós estivemos juntos, comunistas e militares, foi por causa da PETROBRAS, e até isso conseguiram agora destruir.”*

A PETROBRAS tem um significado muito grande para nós. O que eu quero objetivamente aqui dizer é o seguinte: por que agora se apega... A Presidenta



Dilma... A Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Silva Foster, ontem, no Senado Federal, disse, nem no resumo executivo, nem na apresentação em PowerPoint, que o senhor fez ao Conselho de Administração da PETROBRAS, continha qualquer menção à cláusula Marlim e à cláusula de saída.

O que me impressiona nisso tudo, se eu entendi o que o senhor falou, é que isso aqui é tão usual, é tão normal como rubricar contratos. É como você chegar e falar: *“Esse contrato não vale porque você se esqueceu de rubricar uma página”*. Isso é normal. O que me assusta nisso aqui — e é talvez a única pergunta que eu quero fazer ao senhor, porque eu quero entender — é saber se essa cláusula de saída só valia para um lado. A PETROBRAS poderia ter saído também usando essa cláusula. É isso o que queria saber.

O senhor pode me responder agora dentro do meu tempo? A cláusula vale para os dois lados? Vale para os dois lados.

Bom, então nós tivemos oportunidade de, no meio do caminho... Se a PETROBRAS estivesse fazendo um mau negócio, ela poderia ter saído, mas não saiu, porque não era um mau negócio.

Então, o resumo da ópera que eu quero fazer aqui é o seguinte: não está comprovado, até onde eu sei, pelos meus poucos conhecimentos de economia... Eu gostaria de saber também qual é a correlação entre as dificuldades financeiras, a queda do preço das ações. Eu gostaria de saber, nesse negócio de Pasadena, qual é a influência que ela tem no atual momento financeiro e econômico da PETROBRAS. Porque parece que foi por causa disso que as ações caíram, que o valor de mercado... Eu gostaria que o senhor respondesse essa pergunta.

E, no mais, em nome não só do senhor, mas em respeito ao histórico da PETROBRAS, eu olho para o senhor não como um agente político dentro da PETROBRAS, mas como um funcionário de carreira da PETROBRAS, a quem eu dedico o meu respeito, a minha consideração e o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, mais um inscrito, e V.Exa. terá o mesmo tempo para responder.

Eu vou passar a palavra agora para os membros da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes, por até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Serei breve, Sr. Presidente. A minha pergunta é bastante objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço para cronometrarem 5 minutos para o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Quanto vale, em valor de mercado hoje, a refinaria de Pasadena e o resto, a comercialização? O senhor poderia me responder isso agora? O senhor tem ideia de quanto vale? O senhor não sabe?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não posso responder. Eu estou afastado, como foi dito aqui, há 6 anos.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Como engenheiro, eu estou perguntando ao senhor.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Isso depende muito da oportunidade, da situação de mercado. Hoje vale mais, porque, como foi mostrado na apresentação da Graça, essa refinaria hoje consegue uma margem mais alta, mesmo processo petróleo leve, porque, dada... Os senhores devem ter acompanhado a revolução energética que aconteceu no mercado americano. O mercado americano foi completamente modificado em termos de produção de petróleo, produção de gás. Discute-se hoje no mercado americano, no Governo americano... Nos Estados Unidos, era proibido exportar petróleo americano, uma questão de defesa, de interesse nacional.

Dada a produção tão significativa, tão grande de gás e de petróleo, graças ao *shale oil* — que agora todo o mundo já está conhecendo —, mudou completamente a situação do mercado americano. Inclusive, reduzem-se os custos da matéria-prima, embora sendo petróleo leve, porque esse petróleo produzido no *shale oil* é um petróleo mais barato. Então, os custos de aquisição do petróleo leve reduziram-se; não que tenham ficado menores do que o petróleo pesado.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Eu sei. Mas, de qualquer maneira, *ex post*, o prejuízo é de 500 milhões?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, com isso, a refinaria tem uma margem mais alta do que vinha tendo, ou seja... E mais um esclarecimento, já que o senhor abriu essa oportunidade. Eu gostaria de dizer o seguinte: essa refinaria,



quando foi adquirida, nos primeiros meses, no primeiro ano, teve um resultado muito positivo. Porque, naquele momento, como ficou demonstrado aqui, mesmo as margens para petróleo leve eram altas. Então, quando nós assumimos a operação, essa refinaria tinha uma rentabilidade elevada.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - O.k.. Não! Tudo bem...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, eu não sei dizer, francamente, apesar de... Primeiro, pelo meu tempo de afastamento da área internacional...

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - O.k. O senhor não sabe, então. Eu só queria saber... Eu quero ver do ponto de vista do contribuinte...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não! Isso, não sei.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - ...se ele levou ou não prejuízo. Essa é a minha questão, simplesmente. Quer dizer, gastamos 1 bilhão, duzentos e não sei quanto, e nós não sabemos o quanto temos de patrimônio? Eu queria saber o tamanho do prejuízo.

Segundo, reforço a questão que foi colocada: se a cláusula *put option* poderia ser exercida ao contrário, por que nós não a exercemos?

Terceiro, parece-me que está havendo certo entrevero entre o atual Governo e o Governo anterior, e o senhor está nesse meio aí. É a briga do rochedo contra o mar. O senhor está no meio, porque poderia ter continuado a comercialização, ter investido mais, e não foi investido. Parece-me que o senhor está bastante incomodado com essa situação.

Agora, eu gostaria de falar ao senhor o seguinte sobre a apresentação do senhor — eu sou engenheiro como o senhor. Fazer um negócio com uma empresa que não é refinadora e 6 meses depois descobrir que ela não vai querer refinar junto contigo parece-me uma infantilidade. Perdoe-me o termo. Como é que se faz... Como você vai desposar com uma noiva se não sabe qual é a origem dessa noiva? Ou melhor, você sabe a origem dessa noiva, mas ela é completamente diferente de você. Não me parece que foi uma decisão profundamente errada, porque, se tivessem tratado com uma empresa, não com uma comercializadora, de refino de petróleo teria sido um bom negócio. Mas não foi!

Então, eu gostaria que o senhor respondesse a essas três questões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu passarei a palavra agora ao convidado, e o Deputado Duarte fala em seguida, como autor, porque nós nos comprometemos a fazer um bloco de cinco. Além do Deputado Duarte Nogueira, estão inscritos o Deputado Mandetta, o Deputado Mendes Thame, que não está aqui presente, e o Deputado Imbassahy, que também não está. O Deputado Mandetta também não está.

Então, falará o Deputado Duarte. Logo após, passaremos para as inscrições dos Líderes.

Eu vou passar a palavra a S.Sa., que tem até 45 minutos para responder. Foram quatro...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não! Foram... Ele tem igual direito de responder, porque foi interpelado durante 45 minutos.

Então, S.Sa. disporá de até 45 minutos para responder.

Agora, faço um apelo a S.Sa., para que seja mais conciso, até porque, acredito, pode ocorrer pedido de réplica dos autores.

Tem S.Sa. a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Bom, dando sequência, vou responder ao Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Macris.

Eu vou tentar responder, porque anotei aqui as perguntas. Eu quero deixar bem claro que acho que a apresentação que fiz foi na linha de demonstrar a economicidade desse investimento. Aí, o senhor falou... Se faltar alguma coisa, o senhor me corrija, porque eu não... O que eu não posso aceitar é que seja colocada, repetidas vezes, esta expressão: "malfadada operação da refinaria de Pasadena". Essa operação não foi uma operação malfadada. Esse projeto não foi completado. Ele não foi completado conforme estava previsto e conforme foi aprovado pela Diretoria e pelo próprio Conselho. Ou seja, a rentabilidade desse projeto — e acho que eu demonstrei isso — só se dá no momento em que se conclui... Só se daria, melhor dizendo, no momento em que fosse concluído o projeto de *revamp*, para o qual ele foi aprovado.

Então, nós estamos... Quando se diz que este projeto causou prejuízo, é um prejuízo contábil, por quê? Esse projeto, diferentemente das condições iniciais em



que ele foi aprovado, não obteve o rendimento esperado, e aí é feito contabilmente... Há que ser feito um lançamento da diferença entre o que foi gasto e o resultado obtido. Isso simplesmente acontece, não é raro acontecer, mas o projeto em si não foi malfadado. Então, quando o Presidente Gabrielli — trabalhamos juntos — disse que foi um bom projeto, foi um bom projeto na época. É muito fácil...

(Não identificado) - Quando? Quando...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Espere aí, eu posso responder... Nós estamos fazendo uma análise depois do jogo, quer dizer, posterior a uma série de eventos que modificaram completamente o cenário. É isso que eu quis mostrar no relatório, ou seja, na apresentação.

Esse projeto tinha uma rentabilidade que a gente nunca vai saber se foi atingida ou não, e seria certamente ser atingida, porque não foi feito, por decisão estratégica do Conselho, da Diretoria da PETROBRAS, por uma mudança drástica. Nós não estamos falando de uma pequena mudança de orientação estratégica, não! Nós estamos falando de uma mudança que muda completamente o destino da PETROBRAS, o destino deste País.

Então, quando o Deputado se referiu à questão das ações, as ações da PETROBRAS sofrem uma redução devido ao volume de investimento necessário ao desenvolvimento do pré-sal. Mas, com certeza, o mercado e os especialistas do mercado acionário reconhecem que a PETROBRAS é um excelente investimento, não de curto prazo, mas de médio prazo. Eu também sou acionista da PETROBRAS, as minhas ações perderam valor, mas eu tenho plena confiança de que com essa mudança... O pré-sal, senhores... Eu não estou aqui... Eu não sou mais empregado da PETROBRAS. Eu sou PETROBRAS. Trabalhei 39 anos nesta companhia. Então, quando eu falo isso, eu falo com certeza do que foi feito.

Então, nós estamos analisando algo que não foi realizado em comparação com o que estava previsto, entendeu? Não! Porque o projeto não foi concluído. Houve uma mudança de prioridades, o que impediu... Por uma decisão que eu não posso condenar, porque realmente a demanda de recursos é muito grande. Então, essa refinaria vai continuar operando por mais 50 anos, como operam as nossas refinarias. Agora, contabilmente... O sistema contábil exige que seja lançada essa diferença de resultado. É isso que acontece. Então, eu queria só...



Mas, continuando a responder a sua pergunta, a questão da posição não é uma posição divergente. Eu não tenho procuração. É uma questão subjetiva. Nós encaminhamos a documentação necessária para a Diretoria aprovar, e a Diretoria e o Conselho aprovaram. Daí em diante... Quer dizer, o que eu acho que ficou claramente demonstrado é que a tal “malfadada operação”, atribuída a duas cláusulas que não têm essa importância — que não têm essa importância... E, por conta dessa falta de prioridade...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Que documentos, senhor, foram encaminhados?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - São todos os... Repare, esse é um...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É um processo? É muita coisa.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - É um processo. São centenas de... Nós estamos falando de um resumo executivo de uma página e meia, que é o normal. Simplesmente, são alguns pontos principais da negociação. E na apresentação também são apresentados os pontos principais. Esse documento tem... Só o contrato tem 400 páginas, sem...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E todos tiveram conhecimento?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu não sei! Eu não posso afirmar pelos outros. Os documentos estavam... São colocados, são enviados para a Diretoria, e, uma vez aprovados, são encaminhados ao Conselho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Individualmente, aos conselheiros?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Hein? Desculpe.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Individualmente ao Conselho?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não! Isso é tarefa, isso é uma sequência. Ou seja, os projetos aprovados pela Diretoria, quando demandam aprovação — porque nem todo projeto da PETROBRAS... Aliás, a maior parte deles não é assim. O Conselho só entra em questões de ativos, de... São, uma vez aprovados pela Diretoria, encaminhados normalmente para o Conselho. Então, o que nós fizemos — e aí eu vou ter que discordar, seguindo a sua... Não houve nenhum açodamento na avaliação disso. Lembre-se de que nós começamos a negociar em fevereiro de 2005; houve dois períodos *duo diligence*: um preliminar, e



depois há um segundo período, com seis ou sete consultorias. Então, não houve nenhum açodamento. Eu não vou, agora, senão teríamos que chamar a apresentação de novo... Esse processo foi extensamente, intensamente avaliado não só pelo nosso pessoal como pelos consultorias externas. Ou seja, um banco como o Citigroup não coloca o seu nome, não dá esse aval se não estiver convencido da clareza... Eu não estou dizendo... Eles não iam... Ninguém faz isso, nenhum banco desse porte se envolveria numa atividade justificando um negócio que não fosse, do ponto de vista... A palavra “*fairness*” significa “justo”; não que seja bom ou ruim, é justo. Essa *fairness* quer dizer isso: justiça. Ou seja, justiça no sentido de que está adequado aos parâmetros de negociação internacional.

Em cima disso — desculpe-me, o que mais a senhora perguntou? Ah, sim: por que a proposta de 700 mil? Essa proposta foi negociada, é uma proposta negocial que envolveu a Diretoria. Essa proposta não é uma proposta aprovada só por um diretor. Isso foi levado e foi aprovado pela Diretoria. Foi aprovado e encaminhado ao Conselho. Quer dizer, não foi uma... E também foi fruto de uma série de análises e de mais uma *fairness opinion* do Citigroup. Então, quer dizer, não houve nenhum açodamento, independente de pareceres.

Outra coisa, o senhor fala em ressalvas. Pareceres normalmente contêm ressalvas, ressalvas essas que são analisadas. E são analisadas em conjunto, não só por um diretor ou por um técnico, são analisadas por toda a equipe técnica envolvida no assunto, equipe especializada que leva em consideração... A não ser... Uma coisa é ressalva, outra é impedimento, outra é quando há uma recomendação de não execução ou de processo lesivo. Em nenhum momento isso foi apresentado; e nenhuma consultoria colocou nenhuma ressalva do tipo “*esse negócio é inviável*”. Então, ressalva é um processo normal, entendeu?

Bom, quanto à... Eu estou seguindo aqui. O senhor me explique se estiver faltando alguma coisa. Eu não me senti rebaixado. Eu não fui rebaixado na Diretoria, eu fui substituído, o que é um processo normal na Diretoria da PETROBRAS ao longo dos 60 anos de história da PETROBRAS. Não existe emprego de diretor. Diretor é uma condição especial. Da mesma forma com que eu fui nomeado diretor em 2003, fui substituído em 2008; como outros diretores, ao longo desses anos, têm



sido substituídos. É uma questão de conveniência. É o Conselho que decide, não sou eu ou, de repente...

Não houve nenhuma punição. Não houve nenhuma punição, inclusive na minha saída, porque isso é aprovado pelo Conselho. Está registrada na ata do conselho uma série de elogios ao meu desempenho na área internacional, fruto do trabalho que foi feito na área internacional. Então, eu não me senti rebaixado. Eu fui ocupar uma posição de destaque. Pode ser a que não seja no mesmo nível hierárquico, nem financeiramente, mas é praticamente igual. Eu não posso entrar em detalhes, mas o salário é praticamente igual ao do Diretor, porque a BR é a maior distribuidora de combustíveis deste País, tem 40% do mercado e é a segunda empresa em faturamento deste País. Não sei se os senhores sabem disto: a PETROBRAS é a primeira, e a BR é a segunda. Nós estamos crescendo a taxas enormes!

Então, ao ser diretor financeiro durante 6 anos — eu fiquei 6 anos à frente da Diretoria Financeira da BR —, tive a satisfação de ver a BR dobrar. Este ano de 2013, Deputado, a BR, pela primeira vez, atingiu o lucro de 1 bilhão de dólares. A BR, vendendo com margens extremamente apertadas, graças ao esforço que foi feito de contenção de custos, de otimização do mercado, atingiu, este ano, uma cifra de lucro líquido próximo a 1 bilhão de dólares, entendeu? Então, por que eu me sentiria desprestigiado ocupando a diretoria financeira de uma empresa de sucesso?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi a Presidente Graça Foster quem disse que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou garantir a palavra...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe... Desculpe. Deixe-me continuar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Os Deputados de oposição estão vendo que os seus argumentos estão todos sendo demolidos e agora querem conturbar o depoimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A resposta é do Cerveró. V.Exas. depois poderão fazer a réplica.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - A Graça Foster... A Graça, quando disse... Realmente — eu acabei de dizer isso, não estou desmentindo —, o Diretor



da PETROBRAS tem uma hierarquia e um nível salarial um pouco superior ao do Diretor da BR. Isso é verdade! Mas em nenhum momento eu me senti desmerecido por isso. Foi um orgulho profundo encerrar a minha carreira na PETROBRAS à frente da Diretoria Financeira da BR, entendeu? Então, é isso que eu estou querendo dizer.

Então, eu não concordo com essa questão de ser rebaixado e, muito menos — soa-me muito mal —, com essa repetição do “projeto malfadado”, do “projeto ruinoso”. Isso, pelo amor de Deus, não é justo! Não é justo! Não é justa essa classificação. Eu admitiria, e continuaria admitindo — não me cabe admitir ou não —, mas me permitam dizer que houve equívocos ou que não foi o melhor projeto do mundo. Isso evidentemente não foi; mas daí a dizer que foi uma operação malfadada?! Nós temos hoje um ativo que produz 100 mil barris e que vai ficar com a PETROBRAS, a exemplo das refinarias que nós temos! Então, não é justo — e aí, desculpem a emoção —, não é justo classificar essa operação como malfadada e como causadora de grande prejuízo à PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Talvez o erro tenha sido o seguinte: não foi um bom negócio.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não! Desculpe. Desculpe, já que o senhor... Deixe-me falar mais uma coisa: quando se diz “*Não foi um bom negócio*”, é porque não foi um negócio projetado, não foi um negócio aprovado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A Presidente Graça Foster...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu sei que ela falou isso. Eu sei que ela falou isso. Mas ela fala isso no sentido de que, olhando do ponto de vista da ótica atual, evidentemente não se pode comparar um negócio que tem um resultado maior com um resultado menor. Então,... Mas isso não é uma decisão, não é uma consequência do projeto e do negócio em si, é uma consequência das mudanças que ocorreram e que concorrem no mercado. Ou seja, não foi o projeto malsucedido. O mercado muda, a situação de mercado muda, e não se faz o projeto aprovado.

Então, nós não estamos julgando. Quando se diz que o projeto não foi um bom negócio, diz-se de um projeto que não pôde ser concluído. Então... E há necessidade de fazer essa previsão contábil, já que não se atingem as margens previstas no projeto conforme a concepção original.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. encerrou todas as...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - A do... Acho que sim, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. V.Sa. tem tempo para responder a todos.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, vou seguir aqui. Bom, ao Deputado... Prazer em... Ao Deputado Mendonça Filho, que eu já conheço há bastante tempo...

Deputado, eu mostrei um levantamento que foi feito — são dados da contabilidade — de quanto a Astra desembolsou efetivamente para colocar a refinaria em operação. A Astra não tinha capacitação para refinar petróleo para a refinaria. Então, ela contrata por um tempo. Enquanto a Astra contratou... Esta informação faltou. A Astra contratou uma equipe altamente especializada no mercado do Texas, que é a capital mundial do petróleo, para poder operar essa refinaria. Enquanto isso, ela contratou a Crown, que é uma empresa de refino, para manter a refinaria em operação.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ou seja, para concluir, só para ajudar o meu raciocínio: o senhor está dizendo que os 80 milhões de dólares pagos foram por serviços de refino à Crown...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Mas é porque ela não...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ...e está sendo contabilizado como um valor de compra. Isso não pode ser!

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não! Não é questão de valor de compra, desculpe. Isso é contábil: é quanto significou de custo à Astra colocar Pasadena em operação. Pasadena não estava em operação.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Tudo bem! Mas o senhor não pode contabilizar os serviços contratados entre a Astra e a Crown com um valor pago pela aquisição de Pasadena. É uma forma... É a chamada contabilidade criativa, permita-me.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não é... Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - É o valor de Pasadena que está acrescido. Valor de compra.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, mas aí... Não dá para fazer assim, porque o Deputado Mendonça está usando a criatividade dele para reinterpretar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Mendonça está fazendo uma interrogação. Eu vou garantir a palavra ao convidado e pedir mais uma vez aos colegas que nós respeitemos aquilo que acordamos no início.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - É importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá direito à réplica, se pedir.

Dr. Nestor, o senhor tem a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Essa empresa... Posso?

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir respeito ao convidado, que está com a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe. Não é questão de contabilidade criativa. Nós compramos uma empresa que não tinha mais passivo — nem passivo ambiental, nem passivo trabalhista. Então, a Astra, para poder entrar no mercado de refino americano, teve que zerar as pendências que a Crown tinha antes da venda. Então, quanto ao desembolso que a Astra fez — isso é o que está sendo demonstrado —, o valor não é de 42 milhões. Ou seja, essa refinaria custou realmente 42 milhões mais todo o investimento necessário para se poder operá-la. É isso.

Então, seguindo a sua pergunta, não houve nenhuma pressão política — aliás, não existiu —, para aquisição de Pasadena. E não era a pressão política que nos faria decidir. Nós estamos usando, depois de 1 ano de consultoria, de 1 ano de análises técnicas, o que houve foi uma negociação de dissolução, ou seja, uma solução amigável, antes de irmos para os tribunais. Isso foi a decisão tomada.

O valor do... Desculpe-me por voltar à sua pergunta, mas estava escrito aqui, e eu acho que tem a ver. Quanto aos 700 milhões, não foi uma decisão minha. Os 700 milhões foram um processo negocial aprovado pela Diretoria Executiva da PETROBRAS. E foi baseado numa análise de mercado feita. Havia diversas opções



baseadas no retorno previsto desse projeto. Então, este é o esclarecimento adicional que eu queria fazer.

De novo, Deputado Mendonça Filho, voltando... Desculpe-me, eu não concordo de nenhuma forma com essas expressões. Foi usada a expressão “malfadada” e a expressão “desastrosa”. Isso não foi uma “operação desastrosa”. Desastrosa seria se a refinaria tivesse explodido ou não tivesse condições de operar. Aí eu concordaria com isso. Em nenhum momento isso aconteceu. Pelo contrário, essa refinaria continua operando. Então não há desastre nenhum nesse processo.

Quanto à expressão “penalizado com a transferência”, eu acho que já expliquei na resposta anterior.

Ao Deputado Francischini, se me permite,...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tinha visto o TCU... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. Francamente, eu queria me abster de comentar porque isso é uma opinião de um Procurador do TCU, e eu não posso entrar em julgamento nem em análise. Não discordo do que o senhor falou. Não estou... Tudo bem, é um direito que o senhor tem, mas isso é uma opinião do Procurador, que pode encaminhar completamente em desacordo.

O que eu me permito dizer é que ele não conhece esses fatos. Ou seja, esse senhor, Dr. Marinus, não conhece os números que estão envolvidos e, como qualquer um, tem o direito de manifestar a sua opinião. Eu não vou entrar no mérito, porque não me cabe entrar no mérito de um Procurador do TCU.

Essa carta a que o senhor se refere, a segunda questão, essa carta foi uma carta firmada. Eu, como representante da PETROBRAS, com uma delegação que eu tinha da Diretoria, assinamos uma carta de intenção, que não foi... O senhor falou que foi usada em processo arbitral. Foi, e foi rejeitada pela Justiça americana. Em nenhum momento, a Justiça americana... Isso é claramente demonstrado, existe registro disso. Essa carta não vale como contrato, apesar de ter havido uma tentativa judicial. O juiz americano desqualificou essa carta, porque nada mais é do que uma carta que estabelecia condições iniciais, porque o valor final — lembra? —



foi de 700. Quer dizer, foi um valor que levou 3 meses sendo analisado. Então, não há esse comprometimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não podia e assinou essa carta?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Podia, porque não é uma carta de compromisso, é uma carta na qual eu, na condição de Diretor, representando a Diretoria, assino. Tanto é assim que... Posso falar?

(Não identificado) - V.Exa. vai ter a réplica...

(Não identificado) - Deixe-o falar.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. Eu estou dizendo que esse argumento que o senhor está utilizando foi completamente desqualificado pela Justiça americana, onde se deu o acordo extrajudicial.

Vamos ressaltar que esse acordo extrajudicial não foi feito no Brasil. Todo esse processo ocorre na Justiça americana. Então, a Justiça americana entendeu que essa carta é uma carta simplesmente de intenção, não um contrato nem um valor definitivo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então o senhor podia representar a PETROBRAS?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. Eu não podia representar a PETROBRAS para uma decisão final. Eu posso encaminhar, eu posso... Justamente por isso é que o juiz americano... Ficou claramente demonstrado. Os nossos advogados demonstraram — isso é importante que o senhor anote — que qualquer decisão só é válida na PETROBRAS com aprovação da Diretoria Colegiada ou do Conselho. Então, o juiz, baseado nesse estatuto, desqualificou qualquer tipo de valor contratual para essa carta.

Eu estou lhe esclarecendo. Hein?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então o senhor não tinha o respaldo da Diretoria.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu tinha o respaldo!. É claro que eu tinha o respaldo! Não. Eu tinha o respaldo para negociação e depois... Eu tinha o respaldo para negociação. Eu tinha esse respaldo. Os preços, a negociação era acompanhada semanalmente.



A Diretoria da PETROBRAS se reúne toda semana formalmente, mas se reúne informalmente todo dia, pelo menos no meu tempo. Então, esse tipo de negociação não envolvia só... E não existe a possibilidade de um Diretor ou de um conselheiro, única e exclusivamente, aprovar qualquer coisa na PETROBRAS. É essa a questão. Tanto é assim que o juiz americano, que a Justiça americana desqualifica isso, melhor dizendo, desqualifica a intenção da Astra de tentar validar isso como um documento contratual.

Aqui o senhor pergunta... Desculpe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O patrimônio que o senhor... Se o senhor acha justo, como a relação do TCU (*ininteligível*). Se o senhor tem patrimônio para...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. E eu acho que o senhor também não deve ter, porque, se for isso que o senhor traz... Esse valor contábil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu sei disso, mas o TCU, como em outros processos, não quer dizer... Isso é um parecer. Ainda não foi o parecer definitivo nem o julgamento do TCU. Então, o senhor está antecipando um documento que o senhor disse que tem direito a antecipar. Eu não posso julgar algo que eu não tenho acesso. O senhor tem direito, eu não tenho. Então, eu tenho que me abster de qualquer comentário sobre isso, se o senhor concorda.

Deputado Stepan Nercessian, eu queria agradecer o seu... Agora eu estou desempregado. Talvez eu tenha que trabalhar. (*Risos.*) Aceito. Eu acho que eu tenho... Eu vou pensar seriamente. Depois podemos conversar para ver.

E um detalhe: eu tenho um orgulho muito grande... O meu filho está aqui do meu lado me ajudando na apresentação. Meu filho é produtor teatral. Então, acho que, por ter... Pois é, eu tenho um profundo orgulho da atividade que meu filho desenvolve como produtor teatral e agradeço muito o seu elogio, a maneira que... Então, talvez eu vá procurá-lo para tentar... Eu tenho que continuar trabalhando.

O senhor fez uma pergunta: se eu considero que foi justa a causa a minha demissão. É isso? Na verdade, eu fui desligado da Diretoria. Na realidade, eu já sou um funcionário aposentado da PETROBRAS há algum tempo. É uma prerrogativa



que eu e outros Diretores da PETROBRAS temos. Isso vale pelo Estatuto. Eu estou aposentado.

Mas, quanto ao cargo de direção, tanto da Diretoria da BR como da PETROBRAS, não é uma demissão, é uma substituição ou uma destituição. No caso, equivaleu a uma demissão porque eu não sou mais empregado da PETROBRAS. Se eu fosse empregado da PETROBRAS eu teria que ter me apresentado no meu órgão de origem. Então, não é uma questão de julgar justo ou não. Cumpri o meu período e foi uma decisão normal. Dentro dos procedimentos, recentemente houve a substituição de dois Diretores da BR, sem nenhum problema. Ou seja, isso é prática comum na Diretoria. Não existe empregado eterno, ou seja, não há estabilidade para diretor.

Finalmente... O Deputado se ausentou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Cláusulas de saída em contratos desse tipo são cláusulas... Quer dizer, nós poderíamos ter, só que...

Vamos deixar isso bem claro. Nós não tínhamos interesse em sair da companhia. O que eu apresentei aqui é que nós tínhamos interesse em adquirir, tanto que a Diretoria aprova o acordo antes da questão judicial. O acordo visava ao quê? Visava a adquirir 100% da refinaria e realizar o projeto de ampliação e de adaptação para processamento pesado. E a Diretoria aprova isso, aprova o investimento, que já era de conhecimento — foi apresentado aqui que era da ordem de 2 bilhões de dólares —, só que nós não podíamos fazer isso sem comprar o sócio, já que o sócio não estava disposto a investir essa quantidade de dinheiro. Então, nós não tínhamos interesse de sair ou de ser comprados. Nosso interesse era permanecer na refinaria, era ficar com a refinaria e com a comercializadora, como acabamos ficando.

Independente da cláusula, que é uma cláusula normal, volto a repetir, a decisão não foi usar a cláusula para lá ou usar a cláusula para cá. A decisão foi: vamos continuar com a refinaria. E isso foi encaminhado para o Conselho. Mudança no Conselho, ou seja, já não é mais prioridade da PETROBRAS ampliar uma refinaria nos Estados Unidos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Indago aos Deputados que fizeram questionamentos quais vão querer fazer réplica. *(Pausa.)* Três.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para fazer um encaminhamento dos nossos trabalhos aqui, Presidente, eu queria colocar o seguinte: falaram várias pessoas. Os proponentes tiveram bastante tempo para falar, e já houve uma troca aqui de sugestões e questionamentos ao nosso convidado. Então, eu pediria o seguinte: que a réplica e que a tréplica fossem pontuais e que se seguisse a lista de oradores. São 14h!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É o que nós estamos fazendo, Deputado Ivan. Esta Presidência tem a consciência de que, muitas vezes, o prolongamento das audiências públicas não contribui para o bom rendimento. Mas nós aqui, infelizmente, temos que seguir o Regimento. Não há outra forma de fazer. O Deputado Mendonça Filho, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Edson Santos e os Deputados do PT sabem, sempre acompanham as audiências públicas de 6 horas, de 7 horas. Da mesma forma em que é cansativo para quem está questionando também é cansativo para quem está nesta Presidência, mas não há outra forma de fazermos a não ser seguindo o Regimento e sendo justos com relação a isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma réplica de 1 minuto, Sr. Presidente.

Eu vou passar a palavra para réplica, pela ordem, ao Deputado Macris, ao Deputado Mendonça, ao Deputado Francischini e ao Deputado Stepan. Vamos fixar em 2 minutos?

Então, concedo 2 minutos, no cronômetro, ao Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nem isso.

Apenas uma coisa. O senhor disse que não houve rebaixamento na sua saída da Diretoria para a BR. Agora, mas a sua demissão da BR foi uma injustiça? A sua demissão da BR, no bojo de todas essas denúncias, como quem fosse o



responsável pelo problema, foi uma injustiça? O senhor considera isso? Lincando inclusive com todo esse problema?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Essa questão de justiça ou não... Não sei. Não, não estou fugindo da resposta, não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim. Parece.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não estou fugindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem. Pois não.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu estou dizendo o seguinte: isso é uma decisão que cabe ao Conselho de Administração da BR, que é o mesmo Conselho de Administração da PETROBRAS, que toma uma decisão baseada em motivos dos conselheiros.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor sabe qual foi a motivação, Sr. Nestor. A motivação foi a questão de Pasadena. Essa foi a motivação da sua demissão.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Mas aí, se fosse isso que o senhor está dizendo, teria que ter sido feita 6 ou 7 anos atrás. E eu não fui demitido 6 ou 7 anos atrás. Eu não fui destituído, entendeu? Então, por isso não é uma questão que possa se vincular diretamente à questão de Pasadena.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bem, é a sua concepção.

E a ultima questão. Se não foi uma operação malfadada, houve equívocos. Essa foi a sua expressão que eu notei aqui. Que equívocos foram esses? Ponto.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe, eu me expressei mal. Eu não falei que... Eu falei que poderia ter havido equívocos na condução, mas não que foi malfadada. Equívocos, talvez, na negociação da ampliação, mas equívocos técnicos, não de conceito. Então, não há... Não há... É muito pesada, é muito forte a palavra "malfadada" para um projeto que não foi, de forma nenhuma, aprovado — já lhe respondi — de um dia para o outro. Esse projeto foi profundamente analisado, entendeu? E estava totalmente inserido no planejamento estratégico da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para concluir, Sr. Presidente, é só para dizer que há a opinião dele e do Gabrielli, da Presidente Dilma e da Graça



Foster. São duas versões absolutamente diferentes. Isso está ficando muito claro para mim.

(Não identificado) - Não é verdade, Presidente. Isso não é verdade, não. Não é verdade isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Serei bem objetivo, Presidente. Eu, infelizmente, tenho que reforçar a tese e a posição de que eu considero um desastre essa operação. Do ponto de vista comercial, do ponto de vista histórico, é uma operação que provocou um enorme prejuízo aos cofres da PETROBRAS. Isso está, para mim, sedimentado.

Agora, Sr. Nestor Cerveró, tem um ponto que não foi respondido na sua exposição e após a minha indagação. Gostaria que o senhor, por favor, nos respondesse de forma clara e objetiva.

A Presidente Dilma Rousseff soltou uma nota dizendo que foi traída quando da apreciação, pelo Conselho de Administração, da operação que envolveu a aquisição de Pasadena, nos Estados Unidos. E ela alega, na nota divulgada pelo Palácio do Planalto, que não recebeu os documentos. Existia um resumo executivo, e os documentos não chegaram ao conhecimento dela.

Objetivamente, Dr. Nestor, esses documentos foram ou não foram disponibilizados, seja no resumo executivo ou no conjunto de documentos, que normalmente são disponibilizados para qualquer conselheiro, seja a Presidente Dilma ou qualquer outro membro do Conselho de Administração da PETROBRAS?

Nós queremos saber, e o Brasil quer saber, se o senhor disponibilizou ou não os documentos, todos eles relativos à operação de aquisição de Pasadena, e se nesses documentos constavam as duas cláusulas. O senhor está dizendo que é pouco importante a cláusula *put option* e a outra, a Marlim, mas nós consideramos extremamente relevantes.

Eu quero saber se, nos documentos que o senhor disponibilizou para os conselheiros, constavam ou não essas duas cláusulas; se eram de conhecimento dos conselheiros ou não e se o senhor faria de novo essa mesma operação, se tivesse a oportunidade de fazê-lo neste instante.



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Reforçando, eu acho que ficou demonstrado que as cláusulas Marlim — pelo menos eu entendo assim —, e a de saída são cláusulas que não são lesivas à companhia.

Bom, o que foi feito, como com qualquer projeto na PETROBRAS, qualquer investimento ou qualquer aquisição de ativos, é que foi submetido à Diretoria todo um conjunto de documentos, todo o contrato, que é submetido à aprovação da área tributária, da área jurídica. Isso foi encaminhado à Diretoria e aprovado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E ao Conselho também.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Daí em diante, a Diretoria é que encaminha ao Conselho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E isso chegou aos conselheiros?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu não sei dizer isso. Eu não tenho essa certeza, porque eu não posso desmentir ou afirmar...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O senhor está com receio de desmentir a Presidente da República?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu não estou com receio. Não é questão de desmentir ou de confirmar o que a Presidente... Eu estou dizendo... A minha resposta, Deputado Mendonça... *(Pausa.)* Desculpe.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O advogado pode falar, se quiser. Eu sei que é uma situação complicada para responder.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não é complicada.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero saber se, no conjunto dos documentos, constavam as duas cláusulas?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - O conjunto dos documentos...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ou o senhor omitiu isso?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. Eu vou...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Deixe-o responder!

(Não identificado) - Ele já falou 10 minutos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu já repeti isso várias vezes.

(Não identificado) - Que seja garantida ao nosso convidado a exposição. E lembrando que aqui não é uma CPI, não é processo de interrogatório.



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Dado o nosso conhecimento e em respeito a...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Lógico! Eu quero saber só a verdade. Só isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Faz a pergunta e quer fazer a resposta? Não é possível isso!

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu vou, de novo... Toda a documentação... A Diretoria, quando aprova, recebe toda a documentação, certo? E essa documentação, depois... Esse projeto é encaminhado pela Diretoria. Diretoria.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Aos conselheiros.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Sim, mas não sou eu, repare. Então...
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir a ordem, mais uma vez. V.Exas. sabem a importância desta audiência pública. Fica chato para esta Presidência interromper a todo instante para orientar os senhores, que são até mais velhos do que eu. *(Risos nas galerias.)*

Eu acho que V.Exas. têm o devido saber de como deve se comportar um Deputado Federal em uma Comissão importante como é a Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, eu vou garantir a palavra ao convidado para que ele possa terminar sua explanação e para que a gente possa seguir com a reunião.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Os documentos são enviados para a Diretoria, através de um documento interno e são submetidos a todas as aprovações necessárias e, daí em diante, são encaminhados... Eu tenho que repetir isso.

É praxe que seja encaminhado à Diretoria. Essa é a sequência normal.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É praxe que os documentos sejam encaminhados à Diretoria? E foi encaminhado ao Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Isso eu não... Se foi encaminhado, se o Conselho de Administração tomou conhecimento ou não, isso...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - A responsabilidade não é sua?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não é minha, no sentido de que não é atribuição de cada diretor fazer esse encaminhamento.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mas no conjunto dos documentos constavam as duas cláusulas? Se foi encaminhado ou não... Mas constavam as cláusulas?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Evidente. Isso aí é evidente, senão seria crime de responsabilidade, seria incluir uma cláusula depois da aprovação. Isso nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ou seja, todos os conselheiros chegaram...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não, não. Eu acho que isso tem que ficar claro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Isso é importante.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Uma coisa... Espera aí. Desculpe, desculpe.

(Não identificado) - Presidente, não é CPI. Tem que deixar ele responder.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Aqui é esclarecimento.

(Não identificado) - Tem que ter respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Fernando Francischini e pedir para o convidado concluir.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só para concluir. Ele está concluindo. Essa resposta é a mais importante. Só para concluir, Dr. Nestor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele já se sente satisfeito e não tem mais o que falar sobre a pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Faltou a questão se faria ou não a operação novamente. O senhor faria hoje essa operação novamente?

(Não identificado) - Hoje nem eu.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Nem o senhor?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, mas é isso... Eu acho que... Nós estamos analisando... Essa pergunta tem que ser respondida, e não fui eu o primeiro a responder. Uma coisa é, depois do jogo terminado, aquela história do comentarista de jogo acabado.

Hoje eu tenho informações e eu sei que esse projeto não foi realizado porque não teve condições. Aí, eu diria que é fácil dizer que esse projeto não era para ser



realizado. No momento, até a execução e a aprovação, como foi demonstrado, ele tinha todas as condições econômicas para ser realizado.

Então, se as condições se repetissem, Deputado Mendonça, eu faria de novo o mesmo projeto, dentro do nível de conhecimento que eu tinha na época. Eu não tenho dúvida quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, o documento da Procuradoria de Contas, que eu já li e volto agora a mais um trecho, diz que subsidiará esse documento dela a decisão dos Ministros do Tribunal. Sugere que *“a alta cúpula da PETROBRAS, incluindo os membros do Conselho de Administração, respondam por dano aos cofres públicos, por ato antieconômico e por gestão temerária. As falhas dos gestores da PETROBRAS na condução do negócio foram acima do razoável. A PETROBRAS foi vítima da inabilidade de seus gestores em firmar acordos contratuais.”*

Portanto, o Deputado Stepan tem toda razão. Nós não estamos falando dos funcionários e da PETROBRAS, que é um patrimônio nosso. Nós estamos falando do aparelhamento político da PETROBRAS, que fez uma gestão temerária, vamos dizer assim.

Eu queria voltar ao ponto central do Tribunal de Contas, que é a questão da Procuradoria, Dr. Cerveró. O senhor tinha ou não tinha o aval do Conselho de Administração para assinar a carta de intenções com o Sr. Gilles Samyn, em 2007? Porque o senhor falou que tinha o aval, e a Justiça americana recusou. Mas, se o senhor tinha o aval, que tornava esse um documento legal, por que a Justiça americana o recusou?

Segundo, se a Justiça americana recusou um documento — e o senhor tinha o respaldo para assinar — que fazia um acordo, antes mesmo de ele acontecer, de 700 milhões de dólares, por que a PETROBRAS acabou condenada, então, nesse processo? Por que não acabou em um acordo bem menor?

É importante, finalizando a minha pergunta, que o senhor também termine a pergunta do Deputado Mendonça Filho. Eu acho que, afirmando isso hoje, o senhor sai de grande parte da responsabilidade perante o Tribunal de Contas.



Eu gostaria que o senhor também reafirmasse, Dr. Cerveró, se o senhor, encaminhando as duas cláusulas necessárias, eximiu-se da sua responsabilidade por improbidade administrativa e gestão temerária, porque, na hora em que acabar esta audiência, vai ficar tudo nas suas costas.

O senhor encaminhou realmente as duas cláusulas? Porque, perante o Tribunal de Contas, isso exige, e muito, a sua responsabilidade, com o patrimônio pessoal, por esse prejuízo bilionário que o povo brasileiro sofreu.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe-me, Deputado, mas o senhor está repetindo a pergunta. Mas, vamos lá, vamos esclarecer. Quanto à carta, eu tinha a delegação da Diretoria, não do Conselho. Essa delegação era para negociar um preço de aquisição dos 50%, só que essa carta não tem valor de contrato. Isso foi — vou repetir — definido claramente pela Justiça americana. Então, não foi por aí. O que houve, o encerramento do processo foi um acordo extrajudicial, não foi uma condenação, porque quando se fala em condenação fica uma...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O valor foi de quanto?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Foi de 820 milhões de dólares, mas isso é um acordo extrajudicial, não foi condenação da Justiça, foi baseado em avaliações em que as duas empresas chegaram a um acordo. Então, não houve condenação, isso eu quero deixar bem claro.

Quanto à questão do Tribunal de Contas, eu não vou poder responder, porque o senhor tem acesso a um documento que eu não tenho. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Stepan Nercessian.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Dr. Cerveró, o Dr. Edson Ribeiro, seu advogado, disse que o Conselho de Administração da PETROBRAS recebeu o contrato de compra da refinaria no Texas com a antecedência de 15 dias. Segundo o advogado: *“O Conselho não pode aprovar algo com base em um relatório sucinto.”* E acrescenta: *“Eu quero crer que nosso temporal tenha afetado a memória dos conselheiros.”*

A minha pergunta: O senhor tem provas de que o contrato foi realmente enviado com 15 dias de antecedência da reunião do Conselho de Administração da



PETROBRAS e que foi decidida a compra da metade no dia 3 de fevereiro de 2006? É a primeira pergunta. A quem foi enviado esse contrato, caso tenha sido enviado?

E outra pergunta que eu gostaria que o senhor nos respondesse. Certo documento interno do sistema PETROBRAS, o DIP, com detalhes do negócio, de nove páginas, elaborado pelo então Gerente-Executivo de Desenvolvimento de Negócios Internacionais, Luís Carlos Moreira, deveria embasar o resumo executivo que o senhor, na qualidade de Diretor da área internacional da empresa, elaborou. No entanto, de acordo com matérias publicadas na imprensa, no dia 4 de abril último, embora o senhor tenha carimbado o recebimento do documento em 2 de fevereiro, o resumo executivo foi originado pela Diretoria da área internacional em 31 de janeiro, 2 dias antes.

A minha pergunta: como é que o senhor elaborou o resumo executivo com base em um documento que, em tese, ainda não havia sido enviado ao senhor?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Bom, é um procedimento normal. Ou seja, ao Conselho, quando são encaminhadas as matérias, cabe aprovar, melhor dizendo, preparar um resumo executivo com as principais cláusulas, as cláusulas que realmente embasam o negócio. Existe a necessidade de esse resumo ser disponibilizado para que a Secretaria-Geral o encaminhe aos conselheiros. O que acontece... Então, realmente, a data é anterior, porque, como houve uma mudança na data da reunião do Conselho, que foi antecipada, porque normalmente não acontece... A Diretoria...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - O senhor recebeu antes o documento?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - É claro! A carta, é evidente... Eu não só recebi antes como eu tinha conhecimento do assunto. Então, como isso já estava agendado para ser apresentado ao Conselho, era necessário preparar um resumo de maneira a se ter uma informação básica, resumo este baseado evidentemente no que tinha sido negociado e aprovado pela Diretoria. Mas aí é uma questão de atendimento às datas. O resumo tem uma data anterior não porque eu não tinha as informações, foi uma questão de...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Formal.



O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ -...aproximação de data de reunião do Conselho com data da Diretoria.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - E a outra pergunta, por favor.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe-me, qual foi?

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Foi a primeira. O advogado do senhor, o Dr. Edson Ribeiro, também disse à imprensa que o Conselho de Administração da PETROBRAS recebeu um contrato de compra da refinaria com a antecedência de 15 dias.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, aqui...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Eu gostaria de...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu vou, não sei se...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Defenda o seu advogado.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, na verdade eu vou atacar o meu advogado. O que acontece é o seguinte. Eu estava viajando, e acho que isso foi amplamente divulgado.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Foi.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Quer dizer, essa matéria me surpreendeu — esse assunto todo, essa agressão de que fui vítima na imprensa —, mas eu estava viajando. Então, o meu advogado, atendendo a um questionamento que foi feito por não sei quem da imprensa, deu uma informação baseada em informações gerais. Em nenhum momento eu falei que essa informação estava disponível 15 dias antes. Houve uma precipitação baseada num procedimento que ele, sem conhecer o mecanismo de aprovação da casa, se permitiu admitir que havia esse prazo anterior. Eu não sei quanto tempo.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Pois não. Para concluir, então, se não foi com 15 dias de antecedência, tem razão a Presidenta Dilma Rousseff e o Conselho quando dizem que não receberam em tempo hábil nenhuma informação da Diretoria que o senhor era responsável para aprovar o negócio?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. Essa questão de tempo hábil é muito relativa, porque... Repare... Os documentos, Deputado, são... É uma coleção enorme de documentos, milhares de páginas, não são nem centenas. Então, o que é colocado à disposição... E, depois de aprovado pela Diretoria, tudo é encaminhado,



ou seja, nesse período, é encaminhado para a Diretoria. O prazo que chegou às mãos do Conselho eu não sei, está certo?

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Teria algum lugar para a gente poder saber isso dentro da PETROBRAS?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Só na...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Só com CPI?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Com CPI, não. São documentos, são datas internas, eu não sei exatamente...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Entendi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento à audiência pública, vou passar a palavra para o Deputado Duarte Nogueira, também um dos autores do requerimento de convite ao Sr. Nestor Cerveró. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Cinco minutos, Sr. Presidente? Obrigado.

Sr. Nestor Cerveró, no caso das negociações para aquisição da refinaria de Pasadena, houve a participação do então Diretor de Refino e Abastecimento, Paulo Roberto Costa? Se a decisão, como o senhor disse, é e foi colegiada, ele participou das análises e das discussões sobre Pasadena?

A outra pergunta que faço ao senhor: O senhor foi o responsável pelo resumo que a Presidente Dilma qualificou, na nota oficial dela, abre aspas, "como técnica e juridicamente falho" e que a teria induzido à decisão errada de, como Presidente do Conselho de Administração, ter avalizado a compra de Pasadena?

Eu pergunto: O senhor participou da reunião do Conselho de Administração da PETROBRAS que analisou a compra da refinaria de Pasadena? Se não participou, o senhor teve conhecimento de como ocorreu a discussão? Durante a reunião do Conselho, foram apresentados o resumo técnico e um Power Point. Quem fez a apresentação?

Houve questionamentos por parte de membros do Conselho? Quais perguntas a Presidente Dilma, à época Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, fez? Quanto tempo durou a discussão do Conselho sobre a compra?



Encerro essa parte: tendo a ex-Ministra como Conselheira, ela poderia ter solicitado acesso aos documentos completos?

Sr. Nestor, o senhor está na PETROBRAS desde 1975. Passaram por lá, portanto, oito Presidentes da República. Nesse período, o senhor disse que avançou a PETROBRAS para mais 26 países, até 26 países. Hoje a PETROBRAS é a empresa não financeira mais endividada do mundo. Eu queria saber se o senhor concorda com isso. E, no período entre o Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique, período razoável de tempo, de mais de 10 anos, a PETROBRAS passou de 800 mil barris por dia para 1 milhão e 600 mil barris por dia, um crescimento de 11% médio/ano. Durante os 10 anos de Dilma e de Lula, ela subiu apenas 300 mil barris: foi de 1 milhão e 600 para 1 milhão e 900. Por que esse crescimento tão pequeno?

Pergunto também ao senhor. Essa política de preços atual da PETROBRAS leva a um prejuízo operacional, porque ela compra gasolina, compra subprodutos de petróleo e, às vezes, até petróleo, e vende mais barato, levando-a a um prejuízo bilionário ao longo do ano. O senhor concorda com essa política de preços, que faz com que a PETROBRAS seja a única, talvez, empresa de petróleo do mundo que, quando sobe o preço do barril, aumenta o prejuízo?

Em relação à cláusula de *put option*, que o senhor disse que é mais do que comum e que a Presidente Dilma disse que desconhecia, por que, nesse caso do contrato de Pasadena, havia um ágio de mais de 20%? Esse não é um assunto, em tese, comum. Eu queria indagar isso ao senhor.

Encerro esta minha participação. Não estou aqui duvidando do seu trabalho, respeito-o, são quatro décadas na PETROBRAS, mas é muito estranho o azar que essa Diretoria desses tempos para cá teve. Eu não afirmaria nenhuma forma de ineficiência ou incompetência, mas muito azar, porque, num período em que a PETROBRAS se endividou cinco vezes, de 47 bilhões de dólares, que era a sua dívida, para quase 250 bilhões de dólares, nesse período, de 2006 para cá, ela perdeu metade do seu valor de mercado.

E eu soube também que, em 2008, a então Ministra Dilma quis demiti-lo, e ela não o fez por interferência do então Presidente Lula. Eu indago ao senhor, encerrando as minhas perguntas, se isso procede.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento aos demais...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. responderá ao final do bloco de cinco intervenções.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero saber se já terminou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já estamos dando início a outro bloco. Vou passar a palavra agora ao Deputado Rodrigo Maia, pela Liderança do Democratas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas o Deputado Rodrigo Maia não é Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele tem o ofício do Líder Mendonça Filho colocando-o para falar pela Liderança do Democratas.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - E estou como o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso que quero entender. Eu quero saber a ordem que V.Exa. vai seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rodrigo Maia, Deputado Domingos Sávio, pela Liderança da Minoria, Deputado Lucio Vieira Lima, pelo PMDB, e Deputado Edson Santos, pelo PT.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas e os Líderes que estão aqui? Os Vice-Líderes vão falar na frente dos Líderes! É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. conseguir um ofício da Liderança do seu partido, V.Exa. também será inscrito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Eu já me inscrevi com V.Exa. Eu quero dizer a V.Exa. que eu poderia ter usado a palavra, regimentalmente, desde o começo, e, por respeito aos que convocaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os demais Líderes também estão respeitando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espere aí, Presidente, deixe eu acabar de falar, pelo amor de Deus. Entendeu? Não dá para ser assim. Veja o seguinte: o Vice-Líder não fala na frente de Líder. Começa por aí. Segundo, Líder fala a



qualquer momento na sessão, regimentalmente. Então, quero pedir ao senhor que coloque os Líderes presentes para falar, em primeiro lugar, neste momento. Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência não acatará a questão de ordem de V.Exa., até em respeito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. tem que acatar, porque a questão é regimental. Chame o regimentalista aí e pergunte a ele se V.Exa. pode acatar ou não, desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. falará como Líder na ordem de inscrição. V.Exa. nem inscrito como Líder está.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu me inscrevi com V.Exa. daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. devia ter se inscrito quando chegou ao plenário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Líder fala a qualquer momento, não tem que se inscrever. Eu pedi a palavra a V.Exa. Eu respeitei a ordem. Eu respeitei a ordem dos primeiros. Agora, se há Líder... O Deputado Mendonça falou como Líder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Líder Ivan, com todo respeito, eu cheguei ao plenário antes de V.Exa. e me inscrevi. Então, não é justo que V.Exa. agora queira falar. Eu sou Líder também e aguardei a orientação tomada pela Presidência de que os Líderes falariam na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência garantirá a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria perguntar a V.Exa. se V.Exa. vai desrespeitar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não estou desrespeitando o Regimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vai desrespeitar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. irá falar no momento da inscrição. Eu passarei a palavra a V.Exa. quando devido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E quando é o devido, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Após os Deputados Rodrigo Maia, Domingos Sávio, Lucio Vieira Lima e Edson Santos. Aí é V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria protestar e dizer a V.Exa. que...,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É um direito de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...como Líder de bancada, eu deveria ter falado anteriormente. V.Exa. devia ter dado a palavra quando eu a requisitei. Eu perguntei a V.Exa. e me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V. Exa. se inscreveu...,

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu me inscrevi com V.Exa., como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...e esta Presidência já acatou. Já coloquei V.Exa. na lista de Líderes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - No momento atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Porém, existem Líderes inscritos que irão falar, que se inscreveram primeiro que V.Exa. E esta Presidência irá seguir a ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou aqui desde o começo da sessão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência irá seguir a ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não existem Vice-Líderes falando na frente de Líder. Isso é outra incongruência. V.Exa. está alterando o Regimento duas vezes.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não. O Regimento foi alterado no final do ano.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu peço à assessoria técnica do Regimento que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rodrigo Maia com a palavra, enquanto eu vou mandar checar a questão de ordem de V.Exa. Porém, até então, iremos cumprir a ordem de inscrição dos Líderes.

V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Nestor Cerveró, eu vou tentar ser bastante objetivo nas minhas perguntas. Eu ouvi aqui a sua apresentação, eu ouvi as perguntas, e fica cada vez mais clara para mim a forma como a Presidente Dilma vem tentando se eximir das suas responsabilidades. É grave!

Eu fico observando essa discussão da cláusula de *put*. A gente pode até questionar se caberia o interesse da PETROBRAS de comprar a outra metade da refinaria. Mas, naquele momento da decisão, a Presidente Dilma não pode dizer, do ponto de vista da posição dela, que aprovou, que aquilo não está no resumo executivo, que era argumento para depois justificar que ela votaria contra.

A Presidente Dilma tem total responsabilidade como Presidente do Conselho de Administração. E quero lembrar aqui... Eu vou pedir ao Sr. Cerveró que faça um relato a esta Comissão de como se deu esse procedimento, passo por passo: quando começou, desde a apresentação da DIP até chegar ao Conselho de Administração; quantos assessores cada Diretor tem em cada uma das áreas, tributária e jurídica; qual é o espaço do Conselho de Administração na PETROBRAS; quantos assessores cada membro do Conselho de Administração tem para tomar suas decisões. Explique para leigos como é a formação de uma decisão da Diretoria e do Conselho de Administração, até porque, lendo aqui o Estatuto da PETROBRAS, os arts. 30 e 31, que tratam do Conselho de Administração, dizem o seguinte:

“Art. 30. O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomadas de contas das companhias, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação.”

“Art. 31.....

§ 2º - As matérias submetidas à apreciação do Conselho serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva” — que, segundo o Dr. Cerveró, foi embasada em toda a documentação e em todo o contrato —, “as



manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e, ainda, o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.”

Nós temos que focar a nossa investigação aqui na CPI no Conselho de Administração. Por quê? Por que digo isso? Porque não foi só o valor de mercado da PETROBRAS que despencou; o da OGX também. O Conselho de Administração recebia milhões! E ninguém é responsável por nada. Então, para que ter um Conselho de Administração?

Peço ao Dr. Cerveró que possa fazer essa explicação desde o início, tecnicamente, como isso se procede. E pergunto: O senhor acha que é viável que, não apenas nesse caso, a Presidente Dilma, como Presidente do Conselho, tome decisões lendo apenas o resumo executivo? Foi apenas nesse caso ou o Conselho de Administração vem sendo negligente nos últimos anos? Porque, independente de qualquer coisa, Sr. Presidente, com a CPI aberta, o Presidente do Conselho vai ter que falar. Por isso é que o PT está nervoso. O PT não quer CPI por esse motivo. O Conselho de Administração tem responsabilidade na decisão da compra dessa empresa.

Ao olhar aqui a sua apresentação, o senhor mostrou que garantias bancárias, pelo que eu estou vendo, até 2012, de 156 milhões de dólares, foram pagas certamente a partir da decisão de 2008, quando o Conselho de Administração não aceitou a realização da cláusula de *put*. Não sei se estou certo na minha análise do relatório ou se esse custo da garantia bancária foi gerado anteriormente, mas se ele foi gerado a partir da decisão do Conselho de não aceitar a cláusula de *put*, a Presidente Dilma é responsável por 150 milhões de dólares desse 1 bilhão e pouco que custou a refinaria. Então, eu queria saber se esses 156 milhões existem a partir da decisão do Conselho de Administração de não acatar o *put* e, a partir daí, de ser obrigado a colocar uma garantia bancária para garantir o negócio realizado, primeiro por arbitragem, e, depois, por uma decisão extrajudicial, segundo se informou.

Eu pergunto: quando o *put* foi aprovado na Diretoria, como votou a Diretora Graça Foster na decisão do *put*? Como votou a Diretora Graça Foster? Foi por consenso ou a Diretora Graça Foster votou contrariamente à decisão da execução do *put*? Por último, eu pergunto: por quanto a refinaria estava assegurada no



momento da compra e por quanto ela está assegurada hoje? O senhor tem estas informações? Porque, com a informação do valor do seguro, nós saberemos quanto a Astra avaliava o preço da refinaria. Já estou encerrando. Então, é importante...

Vou concluir. Deixe-me ver se tem mais alguma pergunta. A gente vai escrevendo no papel e no celular.

Então, são estas as perguntas. E eu insisto, Sr. Cerveró, pela forma como o senhor redigiu o texto, de alguma forma, direta ou indireta, por vontade própria ou não, há uma proteção à posição dada pela Presidente Dilma, e cada um aqui tem que responder pelos seus atos.

Quanto à questão do Conselho de Administração, repito, não dá mais para acionistas minoritários no Brasil, milhões de brasileiros que são acionistas da PETROBRAS e de outras empresas, pagarem pela irresponsabilidade de uma estrutura que, na minha avaliação, não funciona no Brasil, que são os conselhos de administração.

Então, eu espero que o senhor possa nos explicar detalhe a detalhe como funciona, para provar que a Presidente Dilma tinha, sim, as informações. Se ela resolveu não ler o contrato, o problema, a responsabilidade é dela.

São estas perguntas que ficam para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, o Deputado Ivan Valente veio até esta Mesa e, por dever de justiça — os dois Líderes que estão inscritos verdadeiramente, que não estão por ofício das suas Lideranças, são os Líderes Domingos Sávio e Ivan Valente —, nós daremos a palavra ao Deputado Domingos Sávio, porque se inscreveu primeiro, e depois daremos a palavra a S.Exa., o Deputado Ivan Valente. E seguiremos a ordem, por um dever de justiça, atendendo à questão de ordem de V.Exa., a qual a princípio nós havíamos indeferido.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Nestor Cerveró, convidado desta Comissão, colegas Parlamentares e imprensa, para mim fica evidente que esta reunião contribui para deixar claro para o Brasil, para deixar claro para aqueles que querem e que estão com ouvidos e corações abertos para ouvir que é necessário, sim, uma CPI sobre esse assunto, até mesmo pelo



comportamento de tentar evitar que se aprofundasse em algumas perguntas, de tentar antecipar as respostas do convidado e até de partirem para alguma agressão aqui, tentando levantar outros assuntos estranhos a esta reunião, para impedir o andamento da reunião, para tentar constranger.

Eu deixo claro, Presidente, que sempre defendi a CPI da PETROBRAS e toda e qualquer outra CPI que seja para investigar uso de dinheiro público, que seja para investigar carteis — que existem em vários Estados da Federação e que é um problema a ser enfrentado, porque é um conluio de empresas — e que seja para enfrentar qualquer construção. Que se façam separadamente e não com esse propósito premeditado de uma coisa impedir a outra. Mas aqui eu elenco o que é contraditório e salta aos olhos, Sr. Nestor. Ao apresentar-lhe as contradições, o senhor terá oportunidade ou de me convencer que eu estou enganado, ou de realmente esclarecer a todos nós e ao Brasil.

Começo até pelo que o Deputado Stepan Nercessian colocou, e que tem a ver com essa grande contradição entre o senhor dizer a uma coisa e a Presidenta da República dizer outra — dizer que não recebeu informações e que, portanto, não teria permitido o negócio —, a Presidenta da PETROBRAS dizer que o negócio é ruim e o senhor dizer que o negócio é bom.

Agora, a pergunta que ele coloca já aponta para a CPI. É preciso saber se nesta reunião do Conselho foram fornecidos os documentos com antecedência e se neles constavam — e não importa a opinião pessoal do senhor, se não é importante, pois, se não fosse importante, não estaria no contrato, e estava no contrato e gerou todo esse problema de ter que comprar mais 50% —, essas duas cláusulas que obrigaram a PETROBRAS a comprar os outros 50% por preços bem maiores e a outra cláusula que garantiu uma rentabilidade, que não se explica adequadamente, à empresa Astra.

Mas eu começo por uma contradição. O senhor fez a exposição — e eu louvo a colaboração do seu filho, que o senhor disse ser produtor de teatro —, o senhor fez a exposição, e eu observei: está aqui. Aí veio a primeira contradição. A respeito dessa empresa que custou 42 milhões de dólares, o senhor vem afirmar, parecendo até que já tinha um conhecimento muito íntimo lá com a empresa, que na verdade ela valia 360 milhões e que a PETROBRAS, ao comprar 50%, no mínimo pagou o



dobro. Tudo bem, é a questão do mercado, mas depois acabou pagando mais 800 milhões pelo restante e acabou comprando por 1 bilhão e 200 milhões de dólares, o que o senhor afirma que não eram 42 milhões, eram 360 milhões. Mas qual é a contradição? O senhor coloca por escrito, e leu aí, o seu filho mostrou: *“Serviços de refino pagos à Crown”*. O Deputado Mendonça indaga: *“Ora, mas espera aí, se você compra uma empresa, você vai dizer que, além do patrimônio, dos ativos, você vai pagar por um serviço que ela prestou?”* O senhor disse: *“Não, não é serviço, é investimento que ela fez para pôr a empresa para operar”*. Ora, isto está contraditório. Só uma CPI é que vai poder provar, efetivamente.

Aí, eu pergunto ao senhor: o senhor pode comprovar isso que o senhor está dizendo? E é grave, porque o senhor está dizendo que não eram 42 milhões, valiam 360 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - S.Exa. dispõe de 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor pode comprovar que havia, de fato, 104 milhões de dólares de estoque, que havia tudo isso? E há na ata, quando apresentou para os conselheiros, essa informação? Havia essa informação que desdobrava nesses 360 milhões?

Outra informação: o senhor coloca que era importante e que ela daria lucro, se fossem feitos os investimentos. Como é que a PETROBRAS cobra só 50%, se ela até podia comprar 60%? Eles ofereceram. Compra 50% e não põe na cláusula, lá no contrato, que tem que fazer os investimentos. Aí a empresa que vendeu os 50% diz: *“Olha...”* Logo em seguida — o senhor falou que foi logo em seguida, em fevereiro de 2006, o senhor afirmou —, a empresa já se recusou a fazer investimentos. O senhor disse que foi profundamente analisado. Será que nesta análise toda o senhor, que era encarregado, não debateu com eles que o senhor estava comprando, mas que tinha que fazer investimentos e que esses investimentos podiam chegar a mais de 2 bilhões de dólares? Não se discutiu isso? E, se discutiu, por que o senhor não pôs isso no contrato, por que o senhor não acertou isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor faz a PETROBRAS comprar 50%, deixar a opção de que ela tem que comprar o restante, e a empresa depois se recusa a fazer investimento, como se isso fosse um fato novo. O senhor está falando de uma operação de mais de 1 bilhão de dólares e acha que isso aí é irrelevante e que o negócio foi bom, foi bem planejado e foi bem discutido? O Presidente Lula sabia disso? O Presidente sabia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor disse que ele tinha um interesse muito grande em ampliar a PETROBRAS para mercados externos. Ele era o Presidente. A Presidenta Dilma sabia disso, que a empresa não tinha o compromisso de fazer novos investimentos?

Então, essas indagações não ficaram claras. Se o senhor puder esclarecer, eu teria outras. O senhor vai nos tirar da contradição, senão é preciso fazer a CPI da PETROBRAS sim. Mas não uma CPI que, na hora em que se instalar, a base do Governo tumultue. Não deixa a gente nem fazer pergunta, não deixa aprofundar, porque não quer investigar o assunto.

Essas são as perguntas, Sr. Presidente. Eu concluo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, o Deputado Ivan Valente com a palavra. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu vou adotar com o nosso convidado um sistema de pingue-pongue. Eu vou pedir a resposta “sim” ou “não”, imediata, do nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso deverá ser feito dentro do tempo de V.Exa., porque esta Presidência só acatará as perguntas em bloco, como tem feito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, dentro do tempo. Perfeito.

A primeira pergunta que eu queria colocar, Sr. Nestor Cerveró, é a seguinte: V.Sa. conhece o Paulo Roberto Costa, sim ou não?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Evidentemente que sim, o Paulo foi colega da gente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor sabia de algum envolvimento dele com as questões que levaram à prisão dele?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor já ouviu falar ou conhece o doleiro Alberto Youssef?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nunca ouviu falar?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não conhece também?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Terceira questão, Sr. Cerveró. Eu entendi o seguinte: quando saiu essa questão na imprensa, a denúncia, o senhor estava viajando ou foi viajar, o senhor saiu de férias. Não é um caso grave demais, para o senhor sair de férias e se calar durante 15 dias?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não. O senhor quer que eu explique?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, vamos lá. O senhor falou "*sim ou não*". Mas aí eu não decidi que o caso surgisse. Eu já tinha viajado. Então, eu simplesmente tenho direito, como qualquer cidadão que trabalha, eu tenho direito a férias.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem, eu já entendi a sua resposta, eu já entendi a sua resposta.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, mas, detalhe, detalhe...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor não julgou a gravidade.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, espere aí. É que o senhor perguntou... Eu perdi uma semana de férias, porque, dada essa pressão toda — e é por isso que o meu advogado está dizendo —, eu antecipei uma semana de férias. Eu perdi uma semana de férias já pagas, justamente por conta dessa pressão. Então, não foi uma decisão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem, eu já entendi.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, o senhor está caracterizando como se fosse uma decisão...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor foi demitido por isso.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não! O senhor está caracterizando como se fosse uma decisão irresponsável, que eu tivesse viajado no meio da crise. Não viajei no meio da crise.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é no meio da crise, mas o senhor foi demitido por isso. E aí a sociedade ficou esperando o senhor retornar, mais de 15 dias, para ter informações.

Tem uma colocação na imprensa; diz que há uma declaração do senhor — o senhor diga sim ou não — de que *“não vai cair sozinho”*.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Nunca falei isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor nunca falou isso aí?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Nunca.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas está na imprensa.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, mas a imprensa pode falar. Tem muita coisa na imprensa que não corresponde exatamente à verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem, é para ficar registrado aqui. O que interessa para a gente é a resposta, é só isso: não existe.

Muito bem, agora vamos direto à questão. Eu quero dizer a V.Sa. o seguinte: eu não sou daqueles que quer analisar ponto por ponto uma compra da PETROBRAS, porque eu não sou especialista nisso, embora seja engenheiro. Não sou e acho difícil conter todos os dados. Mas eu acho que tem elementos que talvez o senhor possa esclarecer.

Onde é que está o ponto dessa questão? Bem, a Graça Foster ontem falou que o processo custou 360 bilhões inicialmente. Foi o número a que o senhor chegou aí também. Então, pelo menos chegou aí. O problema está no pulo seguinte e no prejuízo que houve.

Tem uma questão: V.Sa. declarou aqui... V. Sa. fez um longo processo de explicação — como especialista, inclusive, Diretoria Internacional — mas no dia 16/1/2007 V. Sa. aqui colocou no seu texto o seguinte: a Diretoria aprovou as recomendações com expansão de capacidade 200 mil bpd, entretanto a Astra não quis avançar no projeto. E V.Sa. deu a seguinte informação aqui: porque ela não é uma refinadora, ela é uma comercializadora. Ou seja, a PETROBRAS é uma



empresa estratégica, que pensa tudo, desde a extração até o refino, só que a Astra é uma comercializadora. Então, veja, aí é que entra a importância da cláusula! Aí entra a importância da cláusula, sim, porque, se a cláusula de saída diz que qualquer sócio pode dizer *“Eu não quero tratar isso aqui, porque não me interessa”*, isso elevou brutalmente o preço.

E quero dizer a V.Sa. o seguinte, aqui tem uma questão: V.Sa. não respondeu se participou da reunião — a pergunta foi feita pelo Deputado Duarte —, V.Sa. não respondeu ainda se participou da reunião em que o Conselho de Administração resolveu o problema, decidiu pela compra, com ou sem a exposição das cláusulas. Isso vai resolver a seguinte questão: que a Presidenta da República afirmou que não faria o negócio, se tivesse lido as cláusulas. V.Sa. diz que a cláusula é normal, mas a cláusula pode não ser normal a se fazer com uma empresa que tem mais interesses em comercialização, e não no refino, e não em altos investimentos em outra questão. Então, não é só o problema *“porque o mercado mudou, porque o pré-sal foi achado”*, porque ela não tinha interesse. Isso elevou. E depois houve um segundo *round*, que foi entrar na Justiça e pagar os custos do processo, que elevou o valor a quase 1,3 bilhão.

Mas quero dizer aqui, Sr. Nelson Cerveró, o seguinte: existe uma coisa na PETROBRAS chamada Estatuto e Manual de Governança, onde consta que cada membro do conselho tem não só o direito como o dever de requerer a documentação para se instruir, para deliberar sobre a questão. O senhor acha que a Presidente Dilma deveria ter requisitado todos os documentos a que se referem o Estatuto e o Manual de Governança da PETROBRAS? Ela deveria ter requerido isso — para poder afirmar depois que não viu as cláusulas? E indago se V.Sa. esteve presente nessa reunião que se deliberou e se nessa reunião foi dito, em alto e bom som, que havia essas cláusulas opcionais — que depois, por desistência, a Astra saindo, a PETROBRAS teve que fazer sozinha. Então, essa questão define, na verdade, o prejuízo que foi causado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou concluir dizendo isto: é evidente que há uma contradição entre as declarações do Sr. Nestor Cerveró, do ex-



Presidente Gabrielli, da Presidente atual, Graça Foster, e da Presidente da República. E a sociedade quer saber isso! E nós devemos esclarecer isso!

Politicamente — eu acho que V.Sa. assim está aqui —, eu peço que responda objetivamente a esta questão: se a Presidente e os membros... E não é só a Presidente, não; o alto PIB brasileiro estava lá, como o Sr. Fábio Barbosa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... Gerdau, SENDAS e outros que estavam lá e acederam também. Por que eles acederam? Então, deveriam ter lido o manual? Foi um problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para concluir, Presidente.

Foi uma negligência política? Ou V.Sa. não forneceu esses dados que deveriam ter sido fornecidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, passarei a palavra ao próximo inscrito, Deputado Lucio Vieira Lima, pela Liderança do PMDB da Bahia. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Vou procurar ser sucinto, até porque já se perguntou muito. Eu vou procurar ser objetivo nas perguntas.

Eu gostaria de saber o seguinte — talvez me tenha passado e eu não tenha entendido. Normalmente, quando se faz um negócio, quem oferta diz o preço que quer. Aqui, pelo relatório, pela exposição, diz que foi a Astra que propôs uma parceria. No entanto, ela não disse o preço que queria na refinaria. Foi a PETROBRAS que fez uma avaliação, dizendo o quanto estaria disposta a pagar. Talvez, se a Astra falasse quanto queria, se ela tivesse um lucro de 100% — o que já é um excelente lucro, uma coisa inimaginável, que não é normal —, ela talvez tivesse pedido 82 milhões de dólares à PETROBRAS. Então, a primeira pergunta é esta: se houve efetivamente uma pedida, daquele que está vendendo, pelo patrimônio que estava vendendo. Ou foi realmente a PETROBRAS que ofertou? Porque, na verdade, poderia ter feito uma compra por menor valor, uma vez que não sabia.



Segundo questionamento. Foi dito pela imprensa: assim que estourou esse problema, houve uma verdadeira briga de Senadores para saber quem foi que indicou V.Sa. para o cargo. Logicamente, nós ouvimos até as palavras do Presidente do PT, Sr. Rui Falcão, dizendo que o PMDB não teria o sexto Ministério, mas que poderia ter espaço nas estatais. De fato, foi confirmado pelo Presidente do PT que as posições em estatais são frutos de indicações políticas, por questões eleitorais até, de espaço de televisão. Atrai este ou aquele partido. Então, eu gostaria de saber de V.Sa., apesar de reconhecer sua capacidade técnica — e normalmente se sabe que, mesmo sendo um técnico competente, tem um apadrinhamento político, como foi dito pelo Presidente do PT —, quem foi efetivamente que indicou V.Sa.? E aí não estou me referindo ao partido, mas efetivamente o nome, para que o senhor não fique, perante a população, como aquela batata quente que ficou na mão — “*É sua! É seu! O filho é seu, tome lá!*” —, para esclarecer a população quem fez a sua indicação.

Quando V.Sa. diz que a operação não foi malfadada e mostra até uma certa indignação com isso, eu quero deixar claro que quem diz que a operação foi malfadada é a Presidenta Dilma. E ela não diz se foi malfadada lá atrás ou se foi malfadada depois que soube o resultado. Efetivamente, ela diz que foi malfadada a partir do momento em que ela dá uma nota em que fala: “*Se eu soubesse dessas cláusulas, eu não aprovaria a negociação*”. Então, também lá atrás foi uma operação malfadada.

Resta saber — e aqui nada é em relação ao senhor, mas em relação ao negócio — se a causa da operação ser malfadada foi incompetência, conveniência ou efetivamente o mercado. Como a Presidenta Dilma diz que lá atrás ela não aprovaria, se não soubesse das cláusulas, então eu já descarto a possibilidade de mercado, porque a Presidenta Dilma, apesar de toda a competência como gestora — tenta-se vender isso à Nação brasileira —, ela também não prevê o futuro, para saber que o mercado, anos depois, tornaria malfadado esse negócio.

Quarta pergunta: quando V.Sa. fala da questão das cláusulas — e a questão foi muito bem abordada pelo Deputado Stepan Nercessian —, V.Sa. diz que é uma cláusula normal, qualquer criança saberia. Então, qualquer membro do conselho ou qualquer criança que se fizesse membro do conselho — se lá tivesse uma criança, e



não pessoas de responsabilidade, como Presidente da República, Governador da Bahia, empresários, etc. — obrigatoriamente saberia dessa cláusula. Eu lhe pergunto se a Presidenta ou algum membro do conselho questionou se nesse negócio, uma vez que estava diferente dos demais, não tinha cláusula... Indago se não cabia perguntar: *“E aquelas cláusulas que normalmente estão nos negócios, por que não estão nesse aí?”*, já que eram tão comuns. Essa é outra indagação que eu gostaria de fazer a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Para concluir, a última pergunta. Logicamente, quando a Presidenta dá uma nota dizendo que não faria, ela reconhece que foi um negócio malfeito — como ela gosta de dizer que é contra, que será contra, que irá apurar qualquer malfeito. Logicamente, quando ela dá uma nota daquela, ela joga toda a responsabilidade nas costas do senhor.

O senhor se manifestou, colocou-se à disposição para vir a esta audiência pública, justamente — pelo menos foi dito na imprensa — porque iria colocar os pingos nos is, iria mostrar que era inocente, que não tinha nenhuma participação, nenhuma indução nesse negócio. E inclusive cita seu filho. Eu inclusive me emocionei, porque eu sei o que é o amor de um filho para um pai e de um pai para um filho. Então, eu acho que é a hora de efetivamente o senhor objetivamente dizer: *“A Presidenta Dilma tinha todas as informações, o conselho tinha todas as informações para dizer se era favorável ou contra o negócio”*, senão, me perdoe, o seu filho, perante os colegas dele de escola, perante os cidadãos, levará sempre essa dúvida. O senhor tem oportunidade aqui, perante a Nação brasileira, de efetivamente tirar esse peso das costas de seus filhos, do espelho que o senhor olha de manhã, quando vai escovar os dentes, e perante seus amigos, perante seus colegas de PETROBRAS.

Inclusive, estranho quando o senhor fala que trabalhou 39 anos na PETROBRAS — e até se emocionou novamente —, que aquilo é uma grande família: eu não entendo que não haja nenhuma manifestação de funcionários da PETROBRAS, de sindicatos da PETROBRAS, para dizer efetivamente que o negócio é normal. E se o negócio é normal, como V.Sa. colocou e explanou aqui, por que tanto questionamento? Por que a imprensa questiona tanto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Vou concluir, Excelência.

Já que está explicado, está esclarecido, não houve sobrepreço, foi vantajoso, ou a imprensa brasileira está efetivamente com má vontade, ou os Parlamentares daqui e boa parte do Congresso não têm inteligência suficiente para perceber a vantagem desse negócio, ou vamos sair daqui sem esclarecer nada. E V.Sa. disse que viria aqui para esclarecer os Parlamentares e a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra ao convidado. S.Sa. tem até 25 minutos para responder. Em seguida, suspenderemos a audiência por 5 minutos, para que o convidado possa ir ao banheiro e beber uma água. Depois, recomeçaremos.

V.Sa. prefere responder ou ir?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Prefiro responder, para encerrar. Realmente, começo a... Já estou há quatro horas e meia aqui. Mas, tudo bem, vamos lá!

Pela ordem, a primeira pergunta foi de V.Exa., Deputado.

Paulo Roberto Costa, na época, era Diretor de Abastecimento. E ele participou — não só ele como toda a equipe de abastecimento. E nós compramos uma refinaria. que faz parte da área de refino, ou seja, todos os técnicos envolvidos eram técnicos... Um esclarecimento: a Área Internacional na PETROBRAS não é uma área que reproduz todos os técnicos dentro da atividade da PETROBRAS. E reparem que a principal atividade da Área Internacional é a área de exploração e produção, que é uma área em que a PETROBRAS detém uma tecnologia muito avançada. Então, essa utilização dos técnicos é normal. Então, o Paulo Roberto, não é que tenha participado: ele participou, como toda a Diretoria, no momento em que as decisões são colegiadas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - O senhor disse aqui que as cláusulas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, questão de ordem. Tem que responder, senão o tempo vai...



O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Todo mundo teve o direito de réplica.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, réplica depois de concluído. Depois de concluído, é a réplica, mas não durante a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos deixar o Dr. Nestor concluir as respostas. Se V.Exa. tiver mais algum questionamento, refaz a pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Após a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida alguma.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Sim, mas a pergunta é se eu participei da reunião do conselho. Eu participei. Aliás, diretoria participa como convidada. A Diretoria não faz parte do conselho. Então, como em todas as reuniões do conselho, eu participei como convidado para esclarecimentos de assuntos relativos à minha área. Então, nessa ocasião, foi feita uma apresentação, como já foi dito aqui, já foi relatado, em que foram colocadas as principais questões relativas à aquisição de Pasadena.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Foram feitas perguntas?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Normais, de questionamento sobre o tipo de investimento, ou seja, os aspectos principais do negócio. Isso faz parte de uma rotina. Além do resumo, é feita uma apresentação. São apresentadas as características principais daquele investimento. Eu não me lembro — já faz 8 anos — quem perguntou o que, mas é um procedimento normal, simplesmente isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, isso são cláusulas de saída. Eu não me lembro se houve. Na realidade, o que acabou acontecendo foi um acordo extrajudicial. Então, isso era parte das condições colocadas na cláusula de saída. Não sei dizer. *(Pausa.)*

Acabou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Duarte encerrou? *(Pausa.)* V.Exa. tem até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - A Presidente Dilma, nas notas que apresentou, diz que as cláusulas eram muito relevantes, e o senhor disse aqui



que as cláusulas não eram relevantes. O senhor ou a nota oficial da Presidente está com a razão? Essa é a indagação que faço ao senhor.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe, Deputado, isso é subjetivo. Eu acho que o meu objetivo aqui... Eu quero mais uma vez dizer: eu não vim aqui — não sei quem me fez essa pergunta — para desmentir ou para mentir. Eu vim aqui para relatar — e acho que o meu objetivo foi esse quando me dispus a atender ao gentil convite da Comissão — como sucedeu e como foi o embasamento da operação. E acho que ficou clara, dentro da análise que foi apresentada, na minha visão, a importância ou não dessas cláusulas. Aí passa a ser uma questão de julgamento, e não vou entrar nesse mérito.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Minha última indagação. O senhor fez a apresentação, todos nós aqui a acompanhamos claramente. Eu indago se nessa conta que o senhor colocou de custo do volume de barris refinados, no caso Pasadena, 100 mil barris/dia — o senhor apresentou 5 mil ou 6 mil dólares por barril, foi isso que o senhor apresentou —, eu indago se nessa conta estão os 3 bilhões necessários para fazer a refinaria funcionar e se esse preço, esse valor de produção por barril, incluiu os vários investimentos que foram feitos ou estão orçados, segundo um exemplo a que a gente teve acesso, de no mínimo 1,100 bilhão.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Evidentemente não, porque esses investimentos não foram realizados. O item de comparação é a comparação de quanto custou Pasadena naquele momento. Naquele momento, eu coloquei uma série — aliás, isso é disponível no mercado, não foi uma invenção — em que mesmo o preço final de aquisição da refinaria, que ficou na faixa de 5.500 dólares por barril, ficou muito abaixo da média das aquisições no período. É isso que eu quis dizer. Evidentemente, não pode ser colocado um investimento que não foi realizado. Esse investimento seria se a refinaria estivesse adaptada, estivesse otimizada para processar petróleo pesado.

Fica claro que esse é o valor de aquisição. Foi o que foi pago em relação ao total. Não é nem no momento inicial, porque o momento inicial de 50% era até mais baixo. No fechamento, naquele demonstrativo que eu faço de quanto custou efetivamente Pasadena, a refinaria custou 550 — algo em torno disso — milhões de



dólares, o que dividido por 100 mil barris corresponde a 5.500 dólares por barril, num cenário em que nós temos aquisições da ordem de 13 mil, 12 mil, em que a média de aquisições, no período, é de 9.700 dólares por barril.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Mais uma coisa, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, não é possível isso. É réplica e tréplica, não inquirição autocrática!

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Doze mil em condições de produção, produções satisfatórias. Compra Pasadena por 5 mil o barril e tem que ter um investimento...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não é possível isto, Sr. Presidente, dar a um orador o direito de ficar fazendo inquirição autocrática! Réplica e tréplica, e devolve para os outros.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu estou com a palavra? Eu estou replicando, estou nos meus 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Pode ter a palavra, já teve a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero deixar bem claro que esta Presidência, desde o início da audiência, quando os ânimos estavam ainda mais aflorados, nós não nos deixamos em nenhum momento nos contaminar nem pela Oposição nem pelo Governo. Então, nós vamos manter esta linha de respeito ao povo brasileiro, que nos assiste neste momento.

O Sr. Nestor Cerveró já respondeu à réplica do Deputado Duarte Nogueira. Vou pedir a V.Sa. que passe para o próximo Parlamentar e continue a explanação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Não está existindo monopólio aqui, a não ser o monopólio dos bons questionamentos e das respostas que o convidado está dando.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - O próximo foi o Deputado Rodrigo Maia, que não está presente.

(Não identificado.) - Ele pediu para ouvi-lo, Diretor.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu vou repetir. Eu acho que está se tornando exaustivo.



Um esclarecimento que não tinha sido perguntado ainda — eu acho que o Deputado não entendeu perfeitamente — é que as garantias bancárias fazem parte da operação da comercialização de combustível nos Estados Unidos. Então, existe. Um comercializador tem que apresentar garantias bancárias, independente do momento em que houve a separação ou não. Isso é o que foi aplicado, o que foi necessário investir, em termos de garantias bancárias, para manter a operação, que, aliás, até hoje continua. Nós somos comercializadores de derivados no mercado americano. Nós compramos a participação da Astra. Então, esses 156 foram a garantia necessária que a atividade exige para...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mas tem relação com a *put option*?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não tem nenhuma relação...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Nenhuma relação com a *put option*.

Agora eu me perdi porque aqui está difícil...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O seguro, o seguro da refinaria. Qual é o valor do seguro?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não faço a menor ideia. Repare que esse seguro é renovado anualmente. A PETROBRAS faz seguro de todas as suas instalações. Então, os senhores têm que perguntar... Essa informação eu não tenho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Isso faz sentido em relação à questão do Conselho Deliberativo...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Deputado Hugo, durante a resposta não é permitida interrupção.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Estou ajudando a memória do...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não, não. O Regimento não permite, durante a resposta do convidado, que ele seja interpelado. E isso está sendo feito seguidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Amauri, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não estou voltando a falar, não. Está nervoso!

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Nestor, V.Sa. tem a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Vou atender ao próximo orador, o Exmo. Deputado Domingos Sávio. Desculpe-me, não há contradições no que foi apresentado aqui, ou seja, as cláusulas... De novo foi feita a... O meu objetivo foi quantificar essas cláusulas e qualificá-las no sentido de ser a cláusula de saída uma cláusula comum, e a cláusula Marlim, eu acho, foi detalhadamente explicada, conforme ela foi elaborada. É uma proteção.

A cláusula Marlim, só para lembrar — já faz 4 horas que eu falei isso —, diz respeito a uma proteção e à realidade do sócio, para evitar... Ou seja, há uma defesa, porque nós íamos processar petróleo pesado, 70% de petróleo pesado, numa refinaria em que tínhamos 50%. E nós é que marcaríamos o preço do petróleo pesado. Foi dado como garantia de não haver transferência de resultados indevidos para a PETROBRAS, em que a diferença mínima seria de 3,5 dólares entre o petróleo pesado e o petróleo de referência, o que correspondia a uma garantia de 6.9. Esse valor nunca aconteceu, nem vai acontecer essa diferença de petróleo leve e petróleo pesado. Isso era uma proteção para que a gente não supervalorizasse o nosso petróleo, o que poderia acontecer, ou seja, nós transferiríamos lucro de uma operação de produção de petróleo em detrimento do resultado da refinaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, o Sr. Nestor não respondeu objetivamente às duas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... às duas perguntas que eu fiz, as quais eu vou lembrá-lo e as quais eu me manifestei sobre a contradição.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor apresentou, no Power Point, que o custo não era 42,5 milhões de dólares, que o custo seria 360, e o senhor, no Power Point, disse que eram “serviços de refino” que a Astra pagou à Crown. Curiosamente... Inclusive, o senhor disse que a refinaria estava parada quando a Astra a comprou. Portanto, compra parada, mas pagou “custos de refino” para a Crown, mas aqui dizendo “serviços”. Depois o senhor respondeu ao Deputado Mendonça dizendo que “não, que foram custos para colocar em



operação”. Essa é a primeira contradição. Eu perguntei ao senhor se constou dos documentos que foram apresentados — porque é muito relevante —: “eu vou comprar por 360 milhões 50% de uma empresa que originariamente valia 42 milhões, o valor total da empresa”. Agora, existe um detalhamento de estoque, etc.

Eu perguntei se o senhor apresentou, no seu resumo, esse detalhamento lá em 2006, se constou da ata; ou se é agora, que o problema veio à tona, é que começam a aparecer números para justificar os 360. Se naquela hora — e é por isso que eu falei em CPI; a gente tem que ir lá e ver a ata — foi dito: “*Nós não estamos comprando só uma refinaria, nós estamos comprando estoque, nós estamos comprando isto...*”. É claro que isso é relevante no negócio. Isso constou da ata e do seu relatório?

Quanto à outra pergunta que eu fiz, o senhor disse que só justificava, que o negócio só era bom se fosse feito investimento de mais 2 bilhões e tanto de dólares, só seria bom se ela crescesse. Mas o senhor orienta a compra de 50%, sem a PETROBRAS virar majoritária, e não inclui nenhuma cláusula de que quem está vendendo tenha o mínimo de compromisso com o investimento, a tal ponto que o senhor disse que já em 2006 começaram as discórdias. Logo após a definição da compra, o senhor disse que a Astra se recusava a fazer qualquer investimento. Não houve essa preocupação? As duas perguntas: como é que o senhor comprova esses 360 milhões de dólares e como explica comprar 50%, não ser majoritário, e não ter o cuidado de garantir que quem está lhe vendendo vai ter interesse em continuar no negócio?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Talvez o senhor tenha esquecido — já faz tempo a apresentação —, mas no primeiro memorando de entendimentos, nós definimos com a Astra, e ela concordou, que essa refinaria teria que ser adaptada para processar óleo pesado, daí a cláusula Marlim de garantia. Do que a Astra diverge, e aí não há nenhuma contradição, e eu também deixei isso claro, é que nós, uma vez aprovada a parceria — na realidade, a Astra queria ser nossa sócia —, são desenvolvidos estudos para definir o projeto que constava do acordo inicial, do memorando de entendimentos, ou seja, transformar essa refinaria de 100 mil barris por dia com capacidade de processar petróleo pesado.



O que ocorre é que os nossos técnicos, volto a repetir, altamente qualificados, chegam à conclusão, inclusive com a participação dos técnicos da Astra que trabalhavam na refinaria, de que o melhor projeto, de muito maior rentabilidade, seria elevá-la para 200 mil barris por dia, praticamente o dobro de taxa de retorno, de 18,5 para 10, e o VPL — Valor Presente Líquido muito superior. Aí, sim, é que surge a divergência. A Astra não era divergente do projeto de 100 mil barris por dia. Então, não houve nenhuma decisão contrária ao que estava... A Astra não quis aumentar o investimento previsto. Então, não há nenhuma contradição. Foi explicado aqui o que levou a Diretoria a aprovar esse programa de investimentos e, uma vez criado o impasse, a negociar a compra dos outros 50%, de maneira a permitir a execução desse projeto. Entendeu? Então, não há nenhuma contradição.

Quanto à questão do valor que a Crown pagou, o que foi feito foi uma avaliação da refinaria. Lembro que nós ficamos 1 ano e pouco com uma série de consultores, consultores internacionais, avaliando o valor da refinaria, dos 50%. Quanto a Astra pagou foi mais uma questão posterior, levantada por conta dessas informações, dessa falácia que foi colocada de que a Astra só pagou 42 milhões de dólares. A Astra teve um custo superior a isso. Agora, a avaliação que foi feita foi a avaliação da refinaria. Entendeu? É isso que eu estou querendo dizer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já teve direito à réplica.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero insistir com uma tréplica, o que é previsto, por uma razão muito óbvia. Ele acabou mesmo dizendo agora, com as duas perguntas. O Sr. Cerveró não me disse como ele explica se isso foi informado, e consta dos documentos, desses 360 milhões, e agora vem dizer que era o valor da companhia. Isso é relevante, porque ele está trazendo uma informação que dá conta de alguém que tinha conhecimento muito íntimo lá da própria Astra, porque ele está trazendo essa informação agora, em 2014. O senhor era o homem responsável por aconselhar ou não...

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... a compra, e o senhor deve ter dado conta disso no dia da reunião. Eu quero saber se isso constava em ata. E o senhor também me deixa surpreso, porque disse que houve uma festa no mês de



setembro de 2006. O senhor disse que em janeiro de 2007, poucos meses depois, já começou a haver a divergência, porque a Astra não queria fazer investimento e não pôs isso como cláusula, e compra só 50%, não é majoritário. E ainda assim não é um negócio malfadado? Isso é absolutamente surpreendente! Enfim, a minha tréplica é para saber se o senhor informou que estava comprando estoque, pagamento de serviços, porque consta aqui no Power Point. O senhor é quem disse que estava pagando serviços, que a Astra pagou à outra empresa de quem ela comprou. Ou seja, isso é uma contabilidade para justificar para o povo brasileiro ou é verdade? Isso é teatro ou é verdade? No dia que comprou, quem comprou tem que saber: “eu estou comprando 50% de uma empresa que vale 360 milhões de dólares”.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, isso é uma nova intervenção.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu estou pedindo explicação.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - É uma nova intervenção.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esse é o grande problema...

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - O Deputado não está satisfeito (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PT tem alguma razão de não querer que o Brasil saiba.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Tem que concluir, Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A gente pede esclarecimento e o PT interrompe.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Isso aqui não é palanque de oposição, isto aqui é a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PT interrompe para não ser esclarecido. Olha que coisa interessante! Ótimo, Deputado Edson, V.Exa. está se revelando!

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. está abusando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. veio aqui para impedir os esclarecimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos, eu pediria a V.Exa. que concluísse, até porque já exauriu o tempo a que V.Exa. tem direito. V.Exa. conclui, o convidado responde e depois passará a responder aos outros Deputados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, só para concluir.

Objetivamente, Sr. Cerveró, o senhor é um homem importante nesse processo, o senhor estava presente lá dentro da sala de reuniões, o senhor é que apresentou o relatório: “Olha, Conselho Diretor, eu acho que 50% da empresa valem 360 milhões. Por que vale? Porque o estoque é tanto, porque o serviço para a Crown é tanto”. O senhor deu esse detalhamento à época ou hoje é uma explicação para o povo brasileiro? À época, compramos por 360 milhões os 50% da refinaria propriamente parada, quero dizer, 720 milhões por uma refinaria parada. Ou o senhor deu o relatório?

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Presidente, sinceramente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Objetivamente, tinha o relatório?

(Não identificado) - Está repetindo. Para encerrar.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Posso encerrar, Deputado?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis. O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) - Mais uma vez quero fazer um apelo a V.Exas. É a quarta vez que V.Exas. se desentendem e atrapalham o trabalho da Comissão.

V.Sa. tem a palavra, Sr. Nestor Cerveró.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - O que foi apresentado ao Conselho — isso foi colocado aqui durante a minha apresentação — foi todo o embasamento, todo o levantamento do valor dessa refinaria, referendado por consultorias internacionais, o valor dessa refinaria. Isso é que foi apresentado juntamente com a *fairness opinion*, a opinião do Citigroup, que considerou o negócio válido, ou seja, perfeitamente dentro dos parâmetros, e isso é o que foi apresentado ao Conselho. Isso foi apresentado no dia e foi o que a Diretoria aprovou.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou dizendo... Eu não vou ficar... Desculpe-me, Deputado, mas aí nós estamos discutindo opinião. Eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir a V.Exa. que, ao terminar de responder ao Deputado Domingos Sávio, passe a responder ao Deputado Ivan Valente, que é o próximo.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Acho que eu já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, como V.Sa. tem que responder a mais Deputados, eu peço que dê continuidade e conclua.

O próximo é o Deputado... Ah, desculpe. Acho que faltou...

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu estou esperando a resposta. Ele perdeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não terá mais 5 minutos para refazer. Eu peço a V.Exa. que seja conciso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O depoente está cansado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Roberto Freire, é porque nós estamos fazendo blocos de cinco e...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O depoente está cansado, Presidente, e nós temos que respeitar isso. Mas eu queria pedir licença só para colocar uma questão muito objetiva, que foi minha pergunta no final.

Eu coloquei o seguinte: quando se chegou ao resultado desses 360 milhões. É mais ou menos redondo isso aí. Eu acho que sobre isso não há divergência, mas há divergência sobre a continuidade. O senhor há de convir que a Presidenta Graça Foster falou exatamente isso ontem, foi um mau negócio, nós perdemos 550 milhões de dólares. Então, V.Exa., pelo depoimento que eu ouvi, não concorda com isso. V.Exa. acha que o negócio foi feito e na época estava bom. Então, há uma divergência.

Aí eu quero levantar a seguinte questão, porque é um problema de responsabilidade de quem é da direção da PETROBRAS ou do Conselho da PETROBRAS, em primeiro lugar, existe um manual e um estatuto de governança. V.Sa. apresenta lá a proposta, alguém falou assim: "*Eu não concordo com isso*".



Que a Presidenta da República, agora, colocou claramente, ela soltou uma nota — ela pode ter dado até um tiro no pé, mas ela soltou uma nota pública — falando o seguinte: *“Se eu soubesse que tinham as cláusulas, eu não teria assinado, porque eu acharia que era um mau negócio”*, lá atrás, não agora, mas lá atrás. Então, ou ela não ficou sabendo, e ela deveria saber, não só ela, como Presidenta do Conselho, mas todos no Conselho deveriam saber. E tem uma questão específica, dada a experiência de V.Sa. nessa questão.

Eu acho que se o senhor tem uma visão estratégica da PETROBRAS, tem 40 anos de PETROBRAS, a PETROBRAS pensa o circuito todo, ou seja, desde o pré-sal, lá embaixo, até a distribuição, passando pela extração e pelo refino, e ela se associa a uma refinaria no exterior, e essa companhia também não trata de questões estratégicas. Então, quando se faz um acordo de saída, que é o *put option*....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda existem vários Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que a resposta é seca. Eu acho que a resposta é seca, não é factível. Ou V.Sa. tem razão ou a Presidenta Dilma tem razão, aí precisa esclarecer. Se é uma empresa que não quer investir nesse tipo de coisa, então não era uma boa compra como a uma empresa que não tinha interesse em refinar mais e optar por isso. Então, eu quero que V.Sa. responda a isso: a Presidenta Dilma errou, o senhor colocou todos os elementos, ela acatou isso e agora está tirando o corpo fora? Na época era um bom negócio. Ou o senhor também tem culpa aqui no cartório, porque V.Sa. ofereceu uma opção, que não era uma boa empresa para fazer esse tipo de investimento?

É isso, Presidente.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Bom, Deputado, a decisão — acabei de explicar ao Deputado Domingos Sávio — da desistência do investimento se deu depois da mudança do projeto, ou seja, quando nós decidimos ampliar o projeto. Não havia nenhuma sinalização do parceiro em não fazer o investimento. Eles tinham interesse, inclusive, e, mesmo na duplicação, lembre que foi apresentado, o



senhor me desculpe, mas foi apresentado que a própria Diretoria da refinaria, constituída por membros também da Astra, era favorável ao maior projeto; e a alta Direção da Astra é que resolve não investir uma quantidade de dinheiro necessária a fazer essa ampliação. Então, não é porque ela não é uma comercializadora, não. Foi uma decisão do momento. Nós já estamos falando de depois disso. E quanto ao restante, quer dizer, eu acho que, desculpe, mas estou repetindo mais uma vez, mas a cláusula Marlim já foi suficientemente explicada e a cláusula de saída também. Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas V.Sa. foi responsabilizado pelo que aconteceu. V.Sa. tem que falar: *"Eu não sou responsável"*.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu sou responsável pelo que eu fiz. O que eu fiz foi apresentar um projeto, que era extremamente viável, como foi demonstrado aqui, e do qual essas cláusulas constavam do contrato.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Presidente, já respondeu. Presidente, já respondeu.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Senão eu vou ficar eternamente repetindo.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Está parecendo mantra: recorrente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só que V.Sa. foi exonerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir a V.Sa. que responda ao Deputado Lucio Vieira Lima.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. foi exonerado por causa disso. Teve consequências.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Presidente, não tem problema, não. Eu espero ele...

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, eu prefiro, eu prefiro responder, desculpe.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - ...ir ao banheiro, se for necessário, para responder a mim. Eu aguardo.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, desculpe, mas eu não estou... Eu não sou, não tenho... Nós já estamos há 4 horas e 30 minutos... Não, não, mas não



é por causa do banheiro. Eu já estou cansado porque é um trabalho de... Eu não tenho o hábito de ficar tanto tempo falando, mas tudo bem, respondendo às suas perguntas para...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Hein? Pode ser pior? Está bom. Mas a...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas ele foi exonerado. Essa é a questão. V.Sa. assumiu uma responsabilidade e foi exonerado. Essa é a questão. O senhor não respondeu por que foi exonerado.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Já respondi. Isso é um procedimento normal, determinado. Eu fui substituído na Diretoria Internacional em 2008 e fui substituído agora, 6 anos depois.

Respondendo ao Deputado Lucio Vieira Lima a questão, desculpe-me, da indicação. Sinceramente, V.Exa. falou do meu filho, mas eu acho que é uma desconsideração. V.Exa. mesmo falou que eu tenho 39 anos de PETROBRAS, eu sou um técnico, um técnico formado nessa área. Então, quando eu sou indicado para a diretoria, é profundamente injusto ficar procurando “ah, se é...” porque não é esse o problema. Eu vou me recusar a responder, melhor dizendo, vou responder dizendo que fui indicado pela minha capacitação e pela minha competência. Isso é um orgulho que eu tenho, mas se V.Exa. prefere reduzir isso para uma mera indicação política, aí eu não posso fazer nada.

Em termos de... Desculpe-me, Deputado, qual é... Eu estou aqui com um negócio de... Eu anotei aqui “malfadada”, V.Exa. já falou. Eu não vou falar de novo, porque eu acho que é a décima oitava vez que falo que não concordo com a expressão “malfadada”, então...

(Não identificado) - Quem falou foi a Presidenta.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - A Presidenta não falou em “malfadada”.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Bom, disse que o negócio lá, que se ela soubesse não faria. Então, eu não sei o que é.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - “Malfadada” foi uma expressão que eu não vi sendo utilizada.



O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Então, vamos tirar a “malfadada” e colocar “infeliz”.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Eu não sei. Eu não posso interpretar...
Aí fica a seu critério interpretar e usar sinônimos.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Perfeito.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Então, não vou entrar nesse mérito.
Quais as outras perguntas que V.Exa. fez?

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - A outra pergunta que eu fiz é se não houve oferta, quando foi oferecida a PETROBRAS, se o senhor não disse: “*eu quero tanto pela refinaria*”.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe-me, Deputado, mas isso foi colocado na apresentação. Houve uma negociação em que a Astra nos... Nós oferecemos, isso é normal.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Não, eu quero saber se ela não pediu. É isso que eu não estou entendendo. Quando o pobre vai comprar um cachorro-quente, ele pergunta quanto é, certo? Quando o cidadão vai comprar o feijão no mercado, ele vê lá o preço. É lógico que eu não estou dizendo que a PETROBRAS deva ser tratada como uma mercadoria, banana, apesar de estar sendo, de ter sido nesse negócio. É apenas isso.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Só para encerrar, desculpe-me...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como defensor dos direitos humanos, eu espero que suspenda a reunião para o depoente ir ao banheiro se recompor. Ele está bastante tonto diante do cansaço. Então, seria bom dar um tempo para ele ir ao banheiro e retornarmos com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir para o senhor...

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Essa foi a minha sugestão, que ele fosse e voltasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode concluir.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Para encerrar, Deputado, a questão da oferta de preços. Se V.Exa. se lembrar da apresentação... Desculpe-me, mas isso foi mostrado logo no início. Quando a Astra manda uma carta propondo uma



parceria — ela não propôs uma venda, ela propôs uma parceria —, o nosso pessoal técnico é enviado para avaliar se caberia continuar o negócio ou não. Uma vez feita essa avaliação, é feita uma proposta inicial, que partiu da gente, poderia... E, imediatamente, eles retrucam com outra proposta, até que se chegou ao valor final, aquele que foi apresentado: 359 milhões.

A questão de onde partiu a primeira proposta, para mim, não é relevante. Eu estou dizendo que a iniciativa da parceria partiu da Astra. E depois de uma avaliação feita pelo nosso pessoal, e extensa avaliação, é que foi feita essa proposta que acabou sendo negociada. E há uma questão que tem de ser deixada bem clara. A Astra tinha interesse em permanecer como parceira da PETROBRAS, tanto que ela não admite vender toda a refinaria. Ela admite a parceria para se manter no mercado de comercialização e derivados e entrar no mercado de refino. Ou seja, entrar com um parceiro da qualidade, do nível da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem direito à tréplica.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Veja bem: eles propuseram uma parceria. Vocês apresentaram alguma proposta para a parceria? Eles não propuseram vender. Vocês apresentaram proposta para compra. Para mim, parceria é diferente de venda.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não, Deputado. Desculpe-me, Deputado, V.Exa. vai me permitir...

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Não, deixa eu fazer a tréplica de todas as respostas, depois o senhor fala, para ficar... Depois serei todo ouvidos. Depois eu vou aceitar sua resposta como uma recusa em falar quem foi o seu padrinho, porque você teve dois Senadores da República: um, que disse que foi o outro; o outro, que disse que foi o "um". Eu não creio que Senadores da República sejam figuras que não mereçam credibilidade. Então, ou os dois estão equivocados, ou os dois estão certos; e vamos saber quem foi que indicou, ou se foram os dois que indicaram.

Agora, respeitando a sua competência, lógico que eles procuraram alguém competente para apadrinhar. É lógico que houve um apadrinhamento, até porque depois o senhor foi recolocado, como disse, não foi demitido no primeiro momento. Ninguém, sem um apadrinhamento não teria... Seria uma atitude amena dessa,



colocar alguém de um canto para outro, certo? Se não tivesse padrinho político, simplesmente seria demitido sumariamente e depois, inclusive, recolocado.

E o senhor não respondeu se a culpa é realmente, se a Presidenta Dilma está certa quando diz que a culpa é sua, que não colocou as cláusulas; ou o senhor, então, tem que dizer que a culpa é dela, como Presidenta do Conselho. Se o senhor não responder que ela tinha as informações necessárias para decidir corretamente, o senhor vai sair daqui, perante o Brasil, como culpado pelo negócio. Então, eu gostaria que o senhor falasse.

Eu saio daqui insatisfeito, porque eu não consegui ver quem tem razão, se a Graça Foster ou se o Gabrielli. Se a Graça Foster tiver razão, eu tenho medo dos negócios que se antecederam em todo esse tempo de Gabrielli; se o Gabrielli tem razão, eu tenho medo dos negócios que estão ocorrendo no período da Graça Foster. Realmente, eu gostaria que o senhor falasse sobre essas questões.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Desculpe-me, mas V.Exa. não me fez uma pergunta. V.Exa. fez uma série de afirmações que eu não posso, simplesmente... Aí fica uma discussão de afirmações, a sua impressão. Eu não tenho... Desculpe-me, Deputado, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - *(Inaudível.)* ... decidir. E aí, no momento, o senhor, então, vá até o banheiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Inclusive, até porque padrinho por...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, eu quero...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis. O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir a atenção dos Deputados. Eu quero pedir a atenção dos Deputados. Eu quero pedir a atenção dos Deputados. Ao chegar a esta Comissão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ao chegar a esta Comissão — nós estamos aqui desde as 11 horas —, o Sr. Nestor Cerveró nos colocou que o horário do seu voo de retorno para o Rio de Janeiro com sua família e seu advogado seria entre 18 horas e 18h30min. Entendíamos, até então, que até às 16 horas seria



altamente suficiente para que os questionamentos pudessem ser dirimidos. Estamos a 15 minutos do horário pensado. Eu irei suspender a reunião por 5 minutos. Faço um apelo ao Sr. Nestor Cerveró para que estenda o horário até às 16h30min. Nós diminuiremos o tempo dos questionamentos, não haverá mais tréplica nem réplica, para que todos os inscritos presentes possam fazer seus questionamentos, e ele responde a todos em bloco e depois faz suas considerações finais, para que ele não perca o seu voo de volta. Dessa forma, atenderemos a um pedido do convidado, que prontamente se comprometeu a vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Está suspensa a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está reaberta a reunião.

Voltando aos trabalhos...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Deputado Hugo, posso fazer um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como sempre, acatamos a sugestão de V.Exa., que como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais sempre tem sugestões que contribuem para o bom andamento da Comissão .

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Primeiro, quero fazer um encaminhamento. Estabeleci lá na Comissão de Seguridade que esse tipo de convite ou convocação dure 4 horas. Nós temos que ter o mínimo de razoabilidade ao convocar ou convidar alguém, porque não é suportável a nenhum ser humano um interrogatório sem fim. Acho que nós já chegamos à exaustão; as perguntas são as mesmas e as respostas também.

Portanto, sugiro aos Parlamentares presentes que o Sr. Cerveró faça suas considerações finais e nós encerremos a sessão, porque agora será apenas repetição.

É uma sugestão que faço. Se ele perder o avião e ficar todo mundo rindo, sem levar em conta a sua condição... Não há mais passagem para canto algum, muito menos para o Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele não vai perder o avião porque vamos cumprir o acordo preestabelecido para que ele tenha tempo de chegar com sua família ao aeroporto.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Edson Santos, farei o chamamento dos Deputados inscritos que não estão presentes, para que possamos logo colocar a ausência. Então, já se manifesta quem estiver aqui, e assim damos continuidade, porque não há mais por que aguardar o tempo deles.

O Deputado Edson Santos está presente; o Deputado José Stédile está inscrito pela Liderança do PSB; o Deputado Felipe Bornier não está presente; o Deputado Vanderlei Siraque também não está; o Dr. Rosinha foi ao médico, se chegar, concederemos a ele a palavra; o Luiz Carlos Hauly não está presente; Benedita da Silva também não está; Adrian também não está; Bruno Araújo não está; Amauri Teixeira, presente; Vicente Candido, ausente; Francisco Chagas, ausente; Rosane Ferreira, ausente; Ságuas Moraes, ausente; Fernando Ferro, presente.

Portanto, temos, pela ordem, o Deputado Edson Santos...

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, gostaria de falar por pelo menos 2 minutos, em nome do PPS.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, 1 minuto para mim basta. Se der ao final, 1 minuto para Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Não vou fazer nenhuma pergunta a ele, mas eu quero me manifestar.

(Não identificado) - O PPS já falou, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se for possível, ao final 1 minuto para o Deputado Domingos Dutra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 2 minutos a V.Exa., para V.Exa. não me colocar na Comissão de Direitos Humanos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Exatamente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, vou usar o tempo da Comissão, de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Edson Santos.



Para que tenhamos uma ordem, falarão os Deputados Edson Santos, José Stédile, Fernando Ferro, Roberto Freire, Domingos Dutra e Dr. Rosinha, se ele voltar.

Com a palavra o Deputado Edson Santos e aí V.Exa. responde e faz as considerações finais.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Vou usar o tempo da Comissão de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem V.Exa. até 10 minutos. Peço para cronometrar o tempo do Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Nestor Cerveró por ter se prontificado a vir a esta Comissão. Não sei se os senhores têm informação, mas foi a partir de uma provocação de seu advogado que esta audiência foi marcada, com o Dr. Cerveró se prontificando a vir para trazer informações sobre esse tema. E traz aqui sua família, mostrando o desprendimento que S.Sa. tem em relação a esse caso, a certeza de que, na condição de funcionário de uma empresa como a PETROBRAS, S.Sa. cumpriu com o seu dever de proteger e promover o nome dessa empresa no exterior.

Quero dizer que esse tema aqui, Sr. Cerveró, é um tema político. Nós estamos vivendo um ano eminentemente político. Estamos vivendo um ano eminentemente político e, evidentemente, a questão de Pasadena, para além dos temas técnicos que V.Sa. aqui trouxe para esta Comissão, Pasadena está marcada por um debate político intenso no Brasil.

Quero dizer que, em relação à PETROBRAS, estou falando em nome da Liderança do PT, nós sempre tivemos claros o valor e a importância da PETROBRAS para o desenvolvimento do nosso País. Quero lembrar aqui o período dos Governos tucano, quando o Presidente da Agência Nacional de Petróleo, em 1999, deu uma entrevista dizendo que, em 5 anos, a PETROBRAS estaria pronta para ser vendida. Ou seja, a intenção era de alienação desse patrimônio chamado PETROBRAS. Felizmente, não tiveram esse tempo para cometer esse crime contra a soberania do nosso País.



A questão que V.Sa. aqui traz e várias pessoas vêm colocando é da conjuntura nacional de estagnação do consumo e a conjuntura financeira internacional onde o mercado de petróleo estava bastante aquecido. Se não me engano, foi essa a primeira argumentação que V.SA. aqui nos trouxe. E que, portanto, o Brasil tinha um excedente de óleo e, dentro de uma estratégia definida — não pelo Governo do Presidente Lula, é importante dizer isso —, uma estratégia definida durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, discutiu-se a internacionalização da PETROBRAS, e não sob o viés de colocar um X no lugar do S da empresa para poder fazê-la palatável aos interesses do mercado internacional. Pasadena se dá dentro desse viés. A questão do preço é que as pessoas ouvem, mas não querem ouvir. Entendemos perfeitamente que Pasadena foi adquirida por 42 milhões e houve um investimento para que ela se adequasse aos padrões ambientais dos Estados Unidos e também de produção. Houve um investimento da ordem de 80 milhões de reais naquela refinaria. Isso foi o que deparei da sua intervenção. E é importante, então, dizer que a refinaria recebeu investimentos da ordem de mais de 100 milhões de dólares do seu proprietário anterior à PETROBRAS.

Quero aqui falar também sobre o problema do estoque de óleo. Tenho informação de que Pasadena tinha um estoque de 40 milhões de dólares em óleo quando ela foi adquirida pela PETROBRAS. Esse é um dado importante, porque óleo vai para o mercado. Então, passa a ser um ativo da empresa em questão.

Quero aqui repisar uma questão: o PT não está temendo ter uma CPI, até porque Pasadena, meus caros Deputados, está sendo tão discutida, mas tão discutida, que talvez só não seja mais discutida hoje do que a escalção da Seleção Brasileira. Mas todo brasileiro tem uma opinião, uma informação a respeito de Pasadena. Então, Pasadena envolvida numa CPI, não tememos. Por isso, foram expostas aqui as razões que levaram a PETROBRAS a fazer esse investimento e que hoje é um investimento que rende, que dá um lucro de 58 milhões de dólares anuais. Não tememos esse debate, não tememos confrontar isso numa CPI. O que preocupa aos Deputados da Oposição é que existe uma caixa-preta em torno do tema da Alstom, em São Paulo, denúncias com materialidade e que serão objeto de investigação na CPI.



Quero aqui dizer à Oposição, viu Deputado Mendonça, que, se querem exatamente combater as irregularidades no Brasil, que não sejam seletivos. Escândalos que estão aí envolvendo a Oposição são fartos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Não posso conceder aparte a V.Exa., porque estou fazendo numa Comunicação de Liderança, mas poderei fazer esse debate em outro momento, em plenário, com V.Exa.

Quero dizer também que a PETROBRAS está sendo atacada e até alguns setores no Brasil estão incensados para fazer esse ataque por conta da mudança de modelo do pré-sal. Lembro a V.Exas. que o Sr. Serra, quando candidato a Presidência da República, foi captada no *WikiLeaks* uma mensagem dele dizendo para a Chevron dizendo que iria mudar o modelo de exploração, voltando ao modelo de concessão.

Recentemente, o candidato Aécio Neves foi a uma reunião de lideranças empresariais em São Paulo e ratificou essa visão de mudança do modelo de concessão. O que isso significa, Srs. Deputados? Significa que há uma insatisfação, um desejo de que o lucro do petróleo fique no Brasil, porque a mudança de modelo vai ensejar exatamente que aqueles que vão retirar o óleo do pré-sal fiquem com o seu lucro. Esse é o pano de fundo de toda essa questão.

Por isso, digo, Sr. Cerveró, que a sua vinda aqui, para além das questões técnicas que V.Sa. colocou com muita propriedade, ela vem sob um clima de debate político e de definição de rumos para o Brasil do futuro muito intenso.

Quem quer mudar o modelo de exploração do petróleo está atendendo às insatisfações já elencadas das grandes empresas de petróleo do mundo. Vejam que eles não participaram, não se apresentaram para a licitação do pré-sal. Por quê? Porque esperam que se sente na cadeira da Presidência da República uma pessoa que vá mudar o modelo de concessão e voltar o lucro para as suas mãos.

Então, quando nós do PT, vou concluir, Sr. Presidente, viemos aqui para fazer esse tipo de intervenção e esse questionamento aos Deputados de oposição é nesse sentido, e não apenas no sentido ético da coisa, Sr. Cerveró, é a questão política que esse tema envolve. Essa é que é a questão central, que vem sendo mascarada com debate ético, combate à corrupção etc. e tal, ataque à



PETROBRAS, mas, na verdade, é para viabilizar a volta do modelo, quero dizer até, de caráter colonialista de exploração do nosso petróleo.

Então, eu quero aqui finalizar, Sr. Presidente, parabenizando o depoente. S.Sa. enfrentou de forma hercúlea todos os questionamentos aqui feitos, e quem veio para obter esclarecimentos técnicos saiu satisfeito. Agora, quem já veio com a cabeça formada para o debate político, de enfrentamento político, não quis ouvir com profundidade as colocações que V.Sa. aqui fez.

Então, agradeço e cumprimento V.Sa. e sua família, por vir, na véspera de um feriado, aqui a Brasília para enfrentar uma verdadeira batalha, mas em que seu nome, a sua honra, a sua história, enquanto servidor da PETROBRAS, estava em jogo. Parabéns!

Aqueles que quiseram ouvi-lo com propriedade estão satisfeitos e sabem de sua correição na função que V.Sa. desenvolveu no âmbito da direção da empresa PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, só para dizer ao Deputado Edson Santos que eu não tenho medo de assinar CPI, não. Se ele quiser fazer uma CPI dos cartéis, eu já intimei o Governo...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, vamos continuar as inscrições.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Pode convocar. E quem diminuiu a importância do Cerveró foi a Presidente Dilma.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, vamos continuar as inscrições.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Peços desculpa, o Cerveró, à Presidente Dilma.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não houve nenhuma citação. A princípio, ele não tem direito de resposta. Vamos continuar as inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos encerrar às 16h30min, inevitavelmente.

Passarei a palavra aos Deputados: Stédile, que fala pela Liderança do PSB, Fernando Ferro, Roberto Freire, Domingos Dutra. Chegaram dois Deputados que



estavam inscritos, a Rosane Ferreira e o Dr. Rosinha. Diante do tempo, veremos essa possibilidade, já que nós fizemos a chamada.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu quero declinar da minha inscrição, porque, como eu fiquei ausente, infelizmente, por mais de 1 hora, de repente a pergunta que eu teria de fazer pode até já ter sido respondida. Eu vou ter acesso às notas taquigráficas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência agradece.

Deputado Stédile, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ STÉDILE - Sr. Presidente, primeiro quero discordar, de forma enfática, do Deputado que acabou de falar, o Edson. Nós estamos diminuindo o papel dos Deputados ao dizer que não se pode debater esse tema, porque é ano eleitoral. Ano eleitoral não existe, aliás, ano eleitoral é ano sim, ano não; ou tem eleição para Presidente e Governador ou tem eleição para Prefeito. Então, nós só podemos debater as causas do Brasil um ano sim, um ano não? Acho que diminui o papel dos Parlamentares essa afirmação.

Também nós do PSB não estamos fazendo uma disputa aqui de Oposição ou Situação. Nós queremos esclarecer o que está acontecendo com a PETROBRAS para melhorar a PETROBRAS, para salvá-la.

Mas vamos às perguntas, Sr. Presidente, Sr. Nestor Cerveró. Eu assisti atentamente ao pronunciamento da Presidente Graça e também da Presidenta Dilma, e o senhor foi acusado, por tabela, de improbidade, de prevaricação, de ocultação de documentos. O senhor assume essas afirmações da Presidente da República e da Presidente da PETROBRAS?

Independente do apadrinhamento, que foi perguntado, quem lhe indicou para o seu cargo? Eu queria saber não quem é o padrinho, mas quais os políticos — no futuro a gente vai saber — que tinham relação com a PETROBRAS, com o seu setor e com a sua atividade?

Na semana passada, quase todos os Deputados do PT utilizaram o plenário para falar da presença do Sr. Gabrielli, ex-Presidente da PETROBRAS, aqui nesta Casa, que teve o mesmo discurso seu: que foi um bom negócio, que estava tudo esclarecido.



Ontem, no depoimento da Presidente Graça, foi exatamente o contrário. O que se sentiu ali é que a Presidente Dilma ou a Presidente Graça ou foram enganadas, ou foram incompetentes, ou foram negligentes. Quero saber qual sua opinião sobre o que aconteceu com a Presidente Dilma com relação à aceitação naquele momento da compra de Pasadena.

Quero também dizer que o Partido Socialista Brasileiro orientou seus Deputados a assinarem as CPIs. Aliás, eu assinei a CPI da CBF, assinei a CPI das Telecomunicações e assinei as duas CPIs, a CPI que investiga o que está acontecendo nos outros Estados, mas eu quero investigar para salvar a PETROBRAS.

Essa é a posição do PSB. Nós estamos muito preocupados com o futuro dessa grande empresa, que é importantíssima para o futuro das nossas crianças e do nosso País.

Era esse o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fernando Ferro com a palavra.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro quero dizer que da apresentação nós podemos constatar que há um relato técnico fundamentado e conduzido com conhecimento por alguém. Como se afirmou aqui, esse é um quadro que se formou na empresa PETROBRAS, é um quadro político, um quadro técnico que teve um cargo político na empresa, evidentemente.

Quando eu ouço alguns Deputados aqui falarem: "*Quem é o padrinho político?*" Ouvi mesmo o Deputado, irmão do Geddel Vieira Lima, falando de apadrinhamento político. Apadrinhamento por apadrinhamento, o Geddel Vieira Lima era Diretor, até recentemente, da Caixa Econômica Federal. E, pelo que me consta, os conhecimentos dele em finanças não são tão exagerados, mas ele foi por um reconhecimento político, e não há nada demais nisso.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Presidente da PETROBRAS, o Sr. Reichstul, era um homem de finanças. Veio, inclusive, com o objetivo de fazer um raio-X da empresa a fim de prepará-la para uma mudança em seu perfil.



Reduziram a presença do Estado brasileiro na PETROBRAS. Se não me engano, na época, a participação do Estado diminuiu, ficou em 36, 38%. Foi praticamente um processo de privatização, a maioria ficou privada. No Governo do Presidente Lula, isso foi revertido, inclusive a maioria veio para as mãos do Estado brasileiro.

Então, o fato de ficarem reclamando aqui que tal ou qual político indicou... Olhem, se um cargo, como o do Cerveró, foi indicado por algum político, ele não foi implantado aleatoriamente na PETROBRAS, ele tem um histórico lá dentro. Eu posso até não concordar com a visão política dele ou com a de quem o indicou, mas ele tem uma carreira de técnico.

Eu prefiro que se coloque nas empresas estatais quadros que são forjados lá dentro a trazer gente de fora para colocar. Eu sempre acho melhor, esse comportamento é mais adequado. Mas essa não é a questão central.

O Deputado Edson Santos observou muito bem: esse debate está muito permeado pelas intenções eleitorais aqui colocadas. Qual era o objetivo desta audiência? Esta audiência veio para a Oposição criar uma contradição, ou para dizer que a Presidenta Dilma é uma irresponsável e mentiu, ou imaginar que o Sr. Cerveró ia fazer uma grande delação para provocar um pânico e justificar a CPI ou coisas do tipo. Eu acho que não conseguiram o objetivo.

Por outro lado, há um aspecto positivo: Eu, por exemplo, com os dados que vi aqui, posso interpretar que o negócio, à época em que foi feito, não foi um mau negócio, foi um negócio justificável. Eu tenho essa impressão, fico com essa impressão de que foi um negócio justificável pelos dados aqui trazidos. Obviamente, pelos argumentos aqui levantados, parece-me que é uma operação justificada.

Agora, transportada no tempo uma pergunta: *“Se hoje seria o negócio a ser feito?”* É outra pergunta. Em qual contexto está? E foi muito bem dito aí: qual era o mundo em 2006, antes da crise de 2008? Qual era o papel e o cenário da evolução da produção do petróleo? Qual era o ambiente dos negócios de petróleo naquela época para hoje?

Então, são realidades distintas que, muitas vezes, quer-se analisar como se fosse possível transpor no tempo e fazer o mesmo tipo de raciocínio de negócios em épocas distintas. É evidente que há uma questão em que fica a dúvida...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Para concluir. Sobre as cláusulas que são aí colocadas, eu não tenho a informação definitiva se elas, de fato, foram dadas a conhecimento de todos os conselheiros que tomaram aquela decisão. Essa é a informação que eu não tenho efetivamente. E pode não ter chegado essa informação.

Então, fica essa dúvida que eu quero, aqui, colocar, como parte de uma preocupação, e qual o papel, de fato, dessas informações para a realização desses negócios. Com relação a essas questões, eu me permito ter o direito da dúvida neste momento.

Muito obrigado, Presidente.

Sr. Cerveró, eu quero, respeitosamente, considerar que a contribuição de V.Sa. foi importante para a PETROBRAS e para a realização dos negócios que a empresa promoveu e que estão aí, evidentemente, dando resultados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, inscrito como membro. Depois, passarei a palavra ao Deputado Roberto Freire e ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V. Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está bem. Eu acompanhei dois terços do debate aqui; infelizmente, tive que sair. Eu vi, nesses dois terços de debate, muito mais um sentido de tentar colocar palavras na boca do Sr. Cerveró, não ditas por ele, ou, mais do que isso, querer fazer com que ele entrasse em contradição com toda a exposição técnica que fez aqui.

E tudo isso com um único objetivo: atingir a Presidenta Dilma Rousseff, quase ignorando que, naquele Conselho, na hora de tomar aquela decisão, estavam lá os Srs. Jorge Gerdau, Fábio Barbosa e Cláudio Haddad. Quer dizer, são pessoas que, em nenhum momento, foram questionadas pela decisão que tomaram. Só o Deputado Nercessian que lembrou desse fato.

É importante dizer que o que se apresentou foi dentro de um planejamento, quando se compra a Pasadena. Foi tudo dentro de um planejamento, como bem



disse o próprio Dr. Cerveró, que não se completou o projeto que se tinha, E deixou muito claro e eu entendi que, por toda a exposição, é um projeto que, sem dúvida alguma, ainda vai evoluir. E tenho absoluta certeza de que vai contribuir com o desenvolvimento da PETROBRAS.

Acho muito interessante quando alguém vem aqui e diz: *“Olha, porque lá atrás a PETROBRAS valia tanto.”* A PETROBRAS foi desvalorizada tremendamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que tentou mudar seu nome para PETROBRAX, para fazer sua privatização. E o que vejo agora é um discurso de desvalorização da PETROBRAS, justamente para deixá-la com capacidade de competição.

Todo mundo vê o que está ocorrendo no mundo: acaba a guerra fria, os Estados Unidos fazem intervenção no Afeganistão, no Iraque. É só perguntar por quê. É só ler um pouco os documentos que estão divulgados pelos próprios Estados Unidos, que são divulgados em toda a imprensa, e mostram o planejamento estratégico dos Estados Unidos. Não é à toa que eles fazem intervenção na Ucrânia! O Mar Cáspio está ali, com toda a produção. E não é à toa o tipo de financiamento, com mais de 80 milhões, já divulgado, inclusive pela imprensa, da intervenção política na Venezuela.

Eu posso até suspeitar que aqueles que fazem discurso hoje contra a PETROBRAS estão a serviço dos Estados Unidos, até porque quando se descobriu o pré-sal, os Estados Unidos colocaram em ação a 4ª frota. Não foi à toa. Eu nunca vi nenhum Deputado norte-americano fazendo discurso contra a Chevron; ou qualquer holandês fazendo discurso contra a Shell; ou qualquer inglês, contra a British Petroleum. Nunca vi. Só aqui. E depois negam que tem intervenção americana, como negam quando houve em 1964 e está se provando agora toda a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Já concluo.

Quero crer que há muito mais um dedinho de intervenção de desvalorização da grande empresa que pode competir no mundo todo do que outro tipo de interesse, porque aí faz se privatização interna.



Concluo. A questão da CPI ou CPMI, participei de várias aqui e acho que esta Casa já se rebaixou demais ao aprovar CPIs que não dão em nada. Vejam o caso Cachoeira, caso recente. Aquele relatório excelente, que mostrava o envolvimento de Marconi Perillo até o último fio de cabelo. E quem levou vantagem foi justamente os corruptos, porque lá não foi aprovado um relatório.

Para mim, para não usar uma palavra muito pesada, CPI hoje é para atender a interesses econômicos de setores e de alguns indivíduos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, vou passar a palavra ao Deputado Roberto Freire e depois ao Deputado Domingos Dutra.

Dispõe V.Exa. de até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Não vou fazer nenhuma pergunta ao convidado, até porque pergunta será feita e ele vai ter que responder na CPI. Aí, Sr. Cerveró, vai ser muito mais duro, muito mais cansativo, porque não se pode fugir de responder questionamentos, mesmo que tenham dimensão política, porque o que aqui evidentemente teve de contraditório não é muito de questão técnica, até porque há poucos técnicos. O que houve aqui de contraditório é porque há um cipoal de contradição nesse negócio, que alguém pode achar que foi bom negócio, e eu acho que foi uma grande negociata. Mas vai ficar a palavra de quem diz que é bom com a palavra de quem diz que foi um péssimo negócio, como eu. Mas o problema é grave não aqui, é a contradição no seio do Governo e da PETROBRAS.

A gestão Lula/Gabrielli diz que foi um grande negócio, e vem aqui V.Exa. dizer que foi. E quem diz que era um negócio, que se soubesse de tudo que o senhor tinha que dizer, por obrigação e responsabilidade funcional dizer... ela disse que na hora não foi dito e que, se soubesse, não faria o negócio, porque ela o considera nefasto. Quanto ao nome, dê o nome que quiser, não é malfadado, nefasto, mas ela disse que não faria o negócio, porque não era do interesse nacional.

E não ficou nela. Ficou na atual direção da PETROBRAS, Graça Foster, que ontem aqui no Congresso Nacional disse que era um mau negócio. E não falou em questões relativas ao mercado, antes e de agora.



Daí a necessidade de uma CPI. E V.Exa. voltará. Eu só alerta: não seja bode-expiatório. Estão seus filhos e a sua família aí. Vai ter que dizer a verdade, mesmo que seja para desmentir a Presidente da República e dizer que foi uma Presidente de Conselho inepta, se for necessário dizer. Ou, então, a irresponsabilidade será sua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos Dutra, V.Exa. tem até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu, diante do que ouvi aqui, presencialmente e através da televisão, chego a algumas verdades, pelo menos para mim. Primeiro, houve prejuízos. Ninguém nega que foi um negócio que deu prejuízo e está dando. Segundo, precisamos definir de quem é a responsabilidade. A Presidente Dilma disse que, se ela tivesse recebido as informações, não assinaria. O ex-Presidente Gabrielli disse que foi um negócio bom. Ontem, no Senado, vi a Presidente Graça Foster dizer que foi um mau negócio. Afinal, esse mau negócio e o prejuízo ficam só na demissão do senhor? Quem paga a conta? Eu já sei, é o povo brasileiro.

A segunda verdade dessa questão toda é que ela desmistifica que empresas públicas como a PETROBRAS são empresas profissionais. Na verdade, está caracterizado o uso político, o uso eleitoral e o uso para enriquecimento de alguns. O uso político tanto porque indica quanto depois, para interferir nos negócios bilionários que são feitos.

Portanto, eu acho que a primeira conclusão de uma CPI ou deste Congresso tem que ser como evitar que as empresas públicas brasileiras sejam utilizadas por uso político tanto na hora da indicação dos cargos quanto no dia a dia das empresas. A terceira é definir responsabilidades, porque nessa história já vimos muitos escândalos nos últimos anos, e eu não tenho notícia de ressarcimento aos cofres públicos.

Eu sou de um Estado extremamente pobre, que é o Estado do Maranhão. Mais de 30% da população mora em casa coberta de palha e tapada de palha. Cem por cento da agricultura maranhense ainda é no toco, agricultura familiar, é no machado, é no facão, é na foice. As pessoas carregam a produção nas costas de jumento, de jegue. Muitos pescam ainda no jiqui.



E, em 2010, o Presidente Lula, a Presidente Dilma, o Sr. José Sarney, D. Roseana Sarney, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, fizeram propaganda da Refinaria Premium, que, em 2014 era para estar produzindo e seria a redenção do Maranhão. Nós já estamos no final de 2014, essa refinaria não saiu, dizem que já gastaram 2 bilhões de reais só na terraplanagem. As obras pararam, e, no lugar do óleo refinado, o que tem lá, Dr. Nestor, hoje, é mata-pasto, tiririca, unha de gato e outras da nossa selva maranhense.

Portanto, eu fico indignado quando eu vejo na imprensa os bilhões. Na PETROBRAS, não se fala em milhões de reais, mas em bi. E, quando a gente mora em um Estado pobre, em que vê as pessoas ainda bebendo água de cacimba, disputando com o gado, com o jumento, na beira do riacho, a água podre, e a gente vê esses bilhões de reais para lá e para cá, não dá para não ficar indignado. É uma vergonha o que se vê neste País.

É uma vergonha verificar que, em uma empresa como essa, que tinha um padrão de qualidade, de profissionalismo, as pessoas assinam contrato sem ler, assinam contrato sem documentação completa. Foi a Presidente Dilma que disse: *“Se eu tivesse tido conhecimento dessas cláusulas, eu não assinaria”*.

Então, o que me deixa escandalizado, Deputado Roberto Freire, é que uma empresa do porte da PETROBRAS ainda é manipulada politicamente, manipulada eleitoralmente, manipulada para alguns enriquecerem. Enquanto isso, irmãos meus maranhenses, do Norte e do Nordeste, estão lá passando fome,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... estão lá tomando água de cacimba, de riacho, e a gente vê passar na imprensa bilhões e bilhões.

Portanto, eu não faço a pergunta para o senhor, porque o senhor é da área internacional, mas eu queria saber por que a Refinaria de Bacabeira, no Maranhão, prometida pelo Presidente da República, pelo atual Ministro de Minas e Energia, pela atual Presidente da República, em vez de óleo, tem lá só tiririca, fedegoso, unha de gato, macaco, urubu e não tem óleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Domingos Dutra.



O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Se você junta isso, pela primeira vez na história, um diretor da PETROBRAS sai de lá para ir para cadeia, isso tudo que ele diz tem muito sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou encerrar aqui todas as intervenções. Vou passar a palavra a V.Exa. Faltam 2 minutos para as 4h30m. Darei a palavra a V.Exa. até 4h35m, para que V.Exa. responda e faça as considerações finais.

Eu recebi um comunicado do Ministério de Minas e Energia. Após as considerações finais do Sr. Cerveró, eu irei passá-lo para o plenário.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Houve mais uma pergunta. Eu não posso admitir que eu tenha sido acusado. Eu não fui acusado de improbidade. Eu acho que a minha apresentação, o meu depoimento deixa isso bem claro. Eu não vou entrar de novo nessa questão, que já me foi perguntada, sobre indicação política. Isso, de certa maneira... O Deputado Ferro falou que não, mas isso é extremamente ofensivo, ou seja, reduz a minha qualificação técnica a uma mera indicação política. Então, desculpe-me, Deputado, mas eu não vou entrar nessa questão.

Eu queria fazer só um esclarecimento. Quando eu fui ao banheiro, foi feita uma pergunta que me deixou preocupado. Não sei se houve esse entendimento, eu quero deixar bem claro que essa reunião em Copenhague se deu única e exclusivamente com a diretoria da PETROBRAS, o Presidente da PETROBRAS e o CEO da Astra. Quer dizer, aproveitando a viagem da diretoria e de outras pessoas, acompanhando a missão do Presidente Lula à Escandinávia. Não houve nenhum envolvimento do Presidente Lula nesse assunto, mesmo porque não cabia. Então, essa reunião foi em um hotel, onde estava a diretoria da PETROBRAS hospedada, na qual se convidou o CEO da Astra para tentar chegar a uma solução final. Eu só queria deixar esse esclarecimento.

Então, eu espero ter esclarecido, provavelmente não todas as perguntas feitas, mas a minha preocupação foi trazer aqui os fatos e as análises técnicas, que ao longo de mais de 1 ano embasaram e justificaram o investimento feito em Pasadena. Não só isso, como também o investimento que seria feito em Pasadena.



A discussão não é se há uma opinião de Fulano, Gabrielli, Graça, ou de Nestor. Existe uma realidade. A realidade é que esse projeto não foi realizado plenamente. Então, não é justo compará-lo, ou seja, considerar um projeto que não foi bom no momento em que esse projeto não foi realizado. Eu só admitiria esse julgamento se o projeto tivesse sido completado.

(Não identificado) - Não foi?

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Não, não foi porque houve uma mudança de decisão estratégica, função da nova realidade — eu quero deixar isso bem claro — do mercado brasileiro que demanda novas refinarias para atender ao consumo brasileiro. A grande realidade — volto a repetir — muda completamente o cenário da PETROBRAS, que é o investimento necessário ao desenvolvimento do pré-sal.

Eu queria agradecer mais uma vez ao Deputado Hugo Motta, a todos os senhores presentes, que fizeram todas as perguntas, seja qual for. Acho que foi um exercício. Eu nunca tinha participado de uma Comissão. É uma...

(Intervenção fora do microfone. inaudível.)

O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Muito bem, que seja! Mas é extremamente cansativo, mas acho que é uma oportunidade do cenário democrático. Eu acho que isso é importante, eu acho que isso enaltece a nossa democracia atual.

Então, era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir a V.Sa. para não sair ainda.

Primeiro, quero agradecer a presença de V.Exa., de seu advogado e de sua família, agradecer aos Deputados que desde o início estão acompanhando os trabalhos, aos componentes das demais Comissões. Mas aqui, independentemente de uma posição de Governo ou de oposição, acredito que os cidadãos brasileiros que têm a PETROBRAS como um símbolo nacional torcem para que essas possíveis irregularidades que estão sendo ventiladas sejam apuradas, para que essa grande empresa, que não pertence ao Governo do PT, ao Governo do PSDB, mas ao povo brasileiro, possa estar o mais rápido possível longe dessas acusações



e volte a ser aquilo que todos nós brasileiros queremos, uma empresa que cresce, que gera emprego, que gera renda e que leva uma imagem positiva do nosso País mundo afora.

Tenho aqui e quero submeter aos senhores a aprovação da ata conjunta desta reunião.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam queria se manifestar (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Eu recebi um comunicado do Ministro Edison Lobão, que informa que o Sr. Ministro da Casa Civil está acertando pessoalmente com a Presidente Graça Foster, da PETROBRAS, e também o Ministro Edison Lobão, e pede que nós aguardemos até a próxima quarta-feira esse posicionamento da vinda ou não da Presidente Graça Foster.

Qual o comunicado que eu fiz ao Sr. Ministro, antes de o Deputado Mendonça colocar algum questionamento? Eu o informei que nós estaremos, sim, aguardando. Está reservada a tarde da próxima quarta-feira, a partir das 14h30min, para a Presidente Graça Foster. Nós aguardaremos até terça à noite a confirmação da sua vinda ou não. Não havendo essa confirmação ou havendo a confirmação de que a Presidente não virá, nós submeteremos, já na reunião ordinária da quarta de manhã, o cumprimento do acordo de convocação do Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, como nós acertamos aqui e como ficou combinado tanto com os partidos do Governo quando com os partidos da Oposição.

Indago se há algum questionamento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não. Quero só cumprimentar V.Exa. pela boa condução dos trabalhos desta Comissão. Parabéns! Quero também dizer que é uma questão até de autonomia do Poder Legislativo e da Câmara trazer a Presidente Graça Foster para a Comissão de Fiscalização. Não tem sentido ela ir para o Senado e se negar a vir à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida alguma, até porque a Presidente não se negou em nenhum momento a vir. Então, acreditamos que ela virá na próxima quarta-feira.



Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, eu gostaria, outra vez, de agradecer a presença do convidado nesta reunião.

Está encerrada a reunião.